

ATA N.º 9/2023

ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LEIRIA DE 17 DE NOVEMBRO DE 2023

Aos dezassete dias do mês de novembro de dois mil e vinte e três, no Teatro José Lúcio da Silva, reuniu extraordinariamente a Assembleia Municipal de Leiria.

Dos cinquenta e um membros que a compõem estiveram **presentes** os seguintes deputados municipais:

1. Abel Oliveira Vieira;
2. Acácio Fernando dos Santos Lopes de Sousa;
3. Adriano Barreiro Neto;
4. António Ferreira Pereira de Melo;
5. António Lacerda Sales;
6. Artur Rogério de Jesus Santos;
7. Carlos Alberto Garcia Poço;
8. Célia Maria Magalhães Brogueira Teixeira Afra;
9. Céline Moreira Gaspar;
10. Cristiana Duarte Pinto;
11. Eugénia Maria de Jesus Costa;
12. Fábio Micael Costa Bernardino;
13. Fernando Paulo Mateus Elias;
14. Helena Cristina da Fonseca Brites;
15. Hugo Miguel Heleno Morgado;
16. José Artur das Neves Ferreira;
17. José da Silva Alves;
18. José Manuel da Cunha;
19. Júlio Paulo Videira de Jesus;
20. Luís Manuel Coelho Prata;
21. Luís Paulo Pereira Fernandes;
22. Manuel António Azenha dos Santos Pereira;
23. Manuel Carreira Bernardes da Cruz;
24. Manuel Oliveira Carreira;
25. Maria Alexandra Faria Fernandes Silva Serôdio;
26. Maria Margarida Guarda Verdades de Sá;
27. Mário de Sousa Gomes;

28. Mário João Ley Garcia;
29. Mário Rodrigues;
30. Marta Sofia Sampaio de Sousa Violante;
31. Nelson Manuel Carreira Ferreira;
32. Paula Cristina Pires Marques Jorge;
33. Paulo Pedrosa Pedro;
34. Raul Testa Fortunato Faustino;
35. Renato José dos Santos Cruz;
36. Sandro Miguel Monteiro Ferreira;
37. Sofia da Silva Francisco;
38. Telma Carreira Curado;
39. Tiago António Leal Duarte;
40. Tiago Manuel Pereira dos Santos;
41. Tiago Gago dos Santos;
42. Vítor Manuel Casimiro Matos;

Estiveram presentes os seguintes **membros do executivo**:

- Álvaro José Madureira;
- Ana Catarina de Moura Louro
- Ana Margarida Félix Valentim;
- Anabela Fernandes Graça;
- Branca da Conceição Oliveira e Silva Meireles de Matos;
- Carlos Jorge Pedro Simões Palheira;
- Daniel Rodrigues Marques;
- Gonçalo Nuno Bértolo Gordalina Lopes;
- Luís Manuel da Silva Almeida Lopes
- Ricardo de Jesus Gomes;
- Ricardo Miguel Faustino dos Santos;

Os seguintes deputados municipais **solicitaram a sua substituição**:

- Alexandra Cristina Pinheiro Carvalho (PSD), substituída por Olga Sofia Gomes Marques;
- João Paulo Lavos de Morais (PSD), substituído por Carlos António Pinheiro Francisco e Silva;
- José Carlos Matias (UF Parceiros e Azoia), substituído por José Manuel Vieira Fernandes (Vogal);
- Mário Rodrigues (UF Sta. Eufémia e Boa Vista)
- Oriana Cláudia Ferreira Cristóvão (Freg. Caranguejeira), substituída por Hugo Ferreira de Oliveira (Secretário);

- Paulo Alexandre Jesus Clemente (UF Marrazes e Barosa), substituído por Catarina Sampaio Barbedo Dias (Secretária);
- Pedro António Amado da Assunção (PSD), substituído por Cristina Pinheiro Marques Lopes;
- Susana Margarida Martins Sequeira Bertão (PS), substituída por Ricardo José Cordeiro Abreu;
- Telmo Filipe Moreira Marques (IL), substituído por João Luís Gaspar da Silva;

Faltou o senhor deputado Carlos António Pinheiro Francisco e Silva, convocado em substituição do senhor deputado João Paulo Lavos de Moraes.

Faltou o senhor Presidente da União de Freguesias de Santa Eufémia e Boa Vista, senhor Mário Rodrigues, tendo justificado previamente a sua ausência.

A sessão foi presidida pelo senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, António Lacerda Sales, pelo senhor **1º Secretário da Mesa**, José da Silva Alves e pela **2ª Secretária da Mesa**, Célia Maria Magalhães Brogueira Teixeira Afra.

Havendo “quórum”, foi pelo senhor **Presidente da Assembleia Municipal** declarada aberta a sessão, eram **21h16** horas, com a seguinte **ORDEM DO DIA:**

Ponto único – “Apreciação do Estado do Concelho” – Apresentação e discussão.

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** a todos cumprimentou e deu início à sessão começando a senhora **2ª Secretária** por efetuar a chamada de modo a verificar-se se já existia quórum para se poderem iniciar os trabalhos. Confirmada a existência de quórum o senhor **Presidente da Assembleia Municipal** deu início à sessão começando por informar os pedidos de substituição da sessão.

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** explicou que a sessão iniciaria com uma intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal, seguida de intervenção dos partidos por ordem decrescente (geralmente feita pelos respetivos líderes), abertura de inscrições para os senhores deputados que pretendam intervir terminando com nova intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal.

De seguida, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal** deu início ao “Período da Ordem do Dia”.

****** PERÍODO DA ORDEM DO DIA ******

Ponto único – “Apreciação do Estado do Concelho” – Apresentação e discussão.

Intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal

Transcrição:

"Muito boa noite a todos. Cumprimento toda a Assembleia na pessoa do senhor Presidente da Assembleia, também todas as pessoas que assistem em casa.

Para intervir sobre o estado do concelho ia pedir para projetarem só aqui a imagem que assim é mais fácil poder apresentar. Não sei se está a dar. Bem, enquanto não funciona vou fazendo aqui uma intervenção.

Portanto, sobre aquilo que é o desempenho do município, do concelho nestes, no último ano e em especial nos dois anos desde que iniciou este mandato importa dizer que, do ponto de vista do enquadramento social, económico, cultural houve uma grande transformação do município de Leiria e do país que resulta, naturalmente, do contexto internacional que vivemos. Hoje temos uma, um concelho com mais pessoas, com uma população mais multicultural e que resulta, naturalmente, de um crescimento muito grande daquilo que são os desafios não só dos serviços públicos, da oferta pública seja ela de origem municipal, seja de origem nacional e isso coloca e colocou ao longo destes 2 anos uma preocupação muito grande que conseguiu manter o nosso desempenho em termos de qualidade de vida oferecida aos leirienses, mas também uma preocupação de manter as nossas contas municipais em ordem vencendo aquilo que tem sido um dos principais desafios da governação, o aumento dos preços de uma maneira inesperada ao longo dos últimos, em especial do último ano o que tem reflexo daquilo que é não só a despesa corrente, mas também o aumento do custo das obras a título municipal e, por isso, a partir do momento em que estamos com este cenário que é um cenário novo, que não estávamos habituados ao longo dos últimos anos em que estamos a governar a câmara, a gerir, tínhamos que ter não só o objetivo de manter bem focado naquilo que era os objetivos a que nos tínhamos proposto nas últimas eleições há 2 anos, mas também ter uma atenção muito redobrada daquilo que são os desafios que surgem, que surgem de maneira inesperada como é o caso de viver em pleno emprego, taxas de inflação altas, obras mais caras e a necessidade de dar resposta a um conjunto de desafios, nomeadamente o PRR, utilização dos fundos comunitários. Por isso, deixámos aqui bem exposto nesta apresentação as duas áreas fundamentais do nosso programa eleitoral, a preocupação em garantir um aumento da qualidade de vida das populações e também ao mesmo tempo promover um desenvolvimento sustentável e, portanto, é nesta, nesta perspetiva com este conceito que apresentamos hoje aqui naquilo que é o balanço do mandato sabendo que num país que tem mais de 300 concelhos, nós temos aqui também alguns indicadores que nos distinguem. No que diz respeito à pandemia, como devem saber, foi um dos concelhos que teve melhor performance em termos de, de apoio às populações, mas, por outro lado, apostámos também na melhoria daquilo que é a transparência do município, naquilo que é a sua gestão e também aquilo que era as prestações no que diz respeito ao ambiente de

empreendedorismo, daí ter sido classificado em 2023 como o 5º concelho do país com melhor ecossistema de inovação em Portugal e, por isso, mantemos aqui uma preocupação de dar qualidade de vida e ao mesmo tempo promover as nossas empresas. Algumas distinções valem o que valem, são importantes para quem as tem, acho que devemos também reforçá-las, tivemos atribuído o Prémio 5 estrelas regiões 2023 aos nossos monumentos e projetos de promoção gastronómica. É o concelho do país na região Centro onde há mais empresas gazela, as empresas têm níveis de crescimento muito elevados, ganhámos o prémio de autarquia mais familiarmente responsável, mantemos uma atividade muito intensa na área da cultura, daí termos a distinção de cidade criativa da música da UNESCO e em 2022, para além de termos sido cidade europeia do desporto foi considerada a melhor cidade europeia do desporto entre as diversas cidades europeias que trabalharam o desporto nesse ano. Por isso, tendo em conta as diversas áreas de governação deixo aqui alguns apontamentos sobre aquilo que têm sido alguns dos resultados alcançados. A importância do espaço público, a importância do ambiente, a importância de ter respostas na área daquilo que é a bacia hidrográfica do rio Lis, a preocupação com a poluição, como sabem foi sempre e tem sido uma preocupação do município, foi um dos pontos ao qual estamos mais comprometidos em termos de governação e nestes 2 anos, o que conseguimos de mais relevante, daí estar aqui sublinhado na parte de cima, abrimos o novo Parque Verde de Leiria, antes tínhamos apenas o Jardim Luís de Camões como a zona verde da cidade, hoje temos o Jardim da Almuíña e temos o Parque Verde de Leiria e também no futuro iremos ter o Jardim da Vila Portela que irá, no fundo, aumentar aquilo que é a oferta de espaços de lazer e de ambiente no nosso, no nosso concelho para além de termos ampliado, como é do vosso conhecimento, o desempenho do circuito Polis. Por outro lado, houve um esforço muito grande de encontrar empresas para desenvolver aquilo que no programa eleitoral denominámos do cluster de economia circula, relacionado com os produtos dos efluentes agropecuários e temos em curso, em planeamento duas propostas de duas empresas para a criação de produções de biometano que, no fundo, terão o seu desenvolvimento nos próximos anos no montante apurado de investimento na ordem dos 50 milhões de euros e, portanto, isto foi o trabalho até ao momento desenvolvido para conseguir mitigar, resolver um dos principais problemas do município que é a poluição dos rios, em especial do rio Lis, em virtude da descarga de efluentes junto a esses mesmos rios. Além disso, criámos o Serviço Municipal de Vigilância Ambiental que dá resposta com frequência a muitos destes, destas ocorrências e destes crimes. Fizemos uma limpeza da Ribeira dos Milagres, uma intervenção de 31 km não só para garantir a melhoria daquela ribeira, mas também a identificação de pontos críticos de poluição e, para além disso, temos desenvolvido um trabalho na área da recolha do lixo onde temos um projeto em curso de



recolha seletiva de bio resíduos em 14 mil habitações, o que nos vai trazer melhoria também naquilo que é a separação dos resíduos domésticos. Para além disso, temos uma experiência de porta a porta na freguesia de Regueira de Pontes que abrange 735 habitações, que tem tido um enorme sucesso uma vez que a população desta freguesia já se habituou a este tipo de recolha porta a porta. Um aspeto muito relevante, a Lagoa da Ervideira e a própria Praia do Pedrógão viram aumentar não só a sua procura, mas também a sua qualidade ambiental e hoje temos uma praia fluvial na Lagoa da Ervideira que é procurada por muitos veraneantes e, portanto, também foi um aspeto muito positivo desenvolvido durante estes dois anos. Depois, na questão relacionada também com a sustentabilidade e o ambiente na cidade, em especial no que diz respeito à mobilidade, desde o início, e já estava também enquadrado naquilo que era o Plano Estratégico Leiria 2030, sabíamos que teríamos que tomar uma decisão relativamente ao terminal rodoviário ou mantínhamos o terminal rodoviário aqui na Heróis de Angola ou teríamos que encontrar uma nova localização e desde este, desde que começámos este mandato decidimos que teríamos que encontrar uma nova localização e negociar com a Rodoviária do Tejo, grupo Barraqueiro, que é dona do edifício do terminal rodoviário, que deveriam também eles procurar uma solução para o imóvel e por isso, quer a localização da central de mobilidade de Leiria, que já está definida a localização e cujo projeto está em curso, quer o próprio edifício que já foi transacionado vai trazer uma nova cidade nos próximos anos e, portanto, a meio do mandato cumprimos uma parte importante daquilo que era o nosso objetivo e, por isso, vamos, no nosso entender, melhorar muito aquilo que é a qualidade ambiental e a mobilidade em Leiria retirando cerca de 100 expressos que atualmente circulam dentro da cidade e que passarão a funcionar junto ao estádio e tendo como prioridade de utilização da rotunda do estádio Euro 2004, o que faz com que haja uma retirada do centro da cidade desse tipo de transporte. Para além disso, aumentámos o estacionamento gratuito com um parque estacionamento tático das Olhalvas e estão, estão em curso também a preparação de outros parques de estacionamento, nomeadamente na avenida Papa Francisco, junto ao centro de saúde Gorjão Henriques, portanto, estamos aqui a construir novos parques de estacionamento, alguns deles temporários, outros para médio prazo e outros definitivos que nos irão ajudar a aliviar também a carga de carros no centro da cidade e iremos lançar um novo concurso para aquilo que é os circuitos Mobilis e o tipo de viaturas com que iremos utilizar até ao final do mandato em que as viaturas irão ser substituídas por viaturas elétricas de uma maneira gradual e, portanto, também aqui estamos a fazer essa transformação existindo já 2 viaturas elétricas a circular, portanto, nós temos cerca de 12 autocarros do Mobilis, portanto, o nosso objetivo é no prazo de 2 anos termos essas viaturas a circular na sua maioria, vamos tentar que sejam todas, a eletricidade. Por outro lado, temos também um projeto em curso que irá ser implementado ainda no decorrer do

próximo ano que é o sistema de share biking de 150 bicicletas elétricas que irão estar disponíveis em especial para a população estudantil, em especial do secundário, das escolas secundárias da cidade de Leiria e evitando assim a utilização e o transporte até à porta da escola por parte de viaturas.

No que diz respeito à parte económica, que é um dos pilares da nossa, da nossa comunidade, o nosso setor empresarial, como foi dito no início, coleciona prémios distinções, crescimentos económicos. Também nós temos que apoiar não só esses investimentos quando trazemos aprovações de investimentos a esta Assembleia, mas temos também uma estratégia no que diz respeito ao desenvolvimento de investimentos municipais nesta área e, portanto, destaco aqui o lançamento do concurso do parque empresarial de Monte Redondo ainda este ano, depois de um calvário de mais de 2 décadas na preparação deste parque empresarial, portanto, no prazo de 2 anos andámos a um ritmo que nos permite lançar o concurso ainda este ano, a construção do Leiria Innovation Hub, no topo norte do Estádio do Leiria, o projeto está concluído, aguarda agora candidatura aos fundos comunitários para viabilizar um investimento que anda na ordem dos 17 milhões de euros e, portanto, um investimento extremamente arriscado daí estarmos a controlar esta, este investimento. Já está adjudicado a construção no topo norte do estádio, ao lado do Leiria Innovation Hub, o serviço da Autoridade Tributária, está aqui Triutária, pronto, que é uma nova maneira de cobrar impostos. A renovação do mercado municipal de Leiria, portanto, foi inaugurado durante estes 2 anos, também uma obra extraordinária daí ter sido escolhida para estar aqui neste slide, a imagem do novo mercado e temos em curso o Centro, o projeto para o Centro de Inovação Logística de Leiria, na Zicofa, e também está em projeto um novo espaço ligado à economia, um Cowork, no antigo edifício da EDP. Para além disso, as preocupações com a criação de gabinetes de apoio às empresas, os incentivos fiscais e a criação da via verde para acompanhar os investidores nas áreas do urbanismo e desenvolvimento económico que tem sido no fundo um dos aspetos mais importantes dos últimos anos em que os projetos ligados aos investimentos que criam riqueza não fiquem parados dentro da Câmara ou em entidades externas e, por isso, ter aqui uma atitude ativa na sua resolução. Outro aspeto importante que tem a ver com a requalificação do ambiente urbano, estas são as obras, algumas das obras que apontámos aqui neste como, como exemplo de intervenção, muitas delas foram obras que provocaram muito transtorno na vida das pessoas, uma vez que são feitas em avenidas estratégicas e em espaços que são muito utilizados pelas, pelas populações, mas o resultado depois no final quase sempre é elogiado pela maneira como é feito e, portanto, destacava aqui a rua Mouzinho de Albuquerque, um investimento de 1,7 milhões de euros, portanto, temos uma nova rua com passeios largos, com iluminação pública, com outro tipo de ambiente de circulação de cidade, portanto, com uma nova disposição sobretudo para quem circula a



pé, é esse um dos nossos objetivos e, portanto, uma rua que foi bastante elogiada a maneira como foi pensada uma vez que era uma rua onde não passava um carrinho de bebé, iluminámos também as paragens de carros em 2ª fila que inviabilizava a circulação e, portanto, hoje temos uma rua com este, com este aspeto. Por outro lado, o percurso Polis também foi todo melhorado, foi bastante comentado na altura a criação de ciclistas e a questão da ligação entre a bicicleta e a pessoa que passeia ou utiliza o Polis a pé, felizmente, desde que foi colocado esta solução não temos qualquer tipo de ocorrência, qualquer tipo de acidente, foi muito batido na altura e hoje temos, felizmente, algo que, que é utilizado por todos, quer pelos ciclistas, quer pelos peões segregando aquilo que era um perigo antigamente que era as bicicletas a passar no meio dos, dos peões e agora temos uma solução mais segura. Não foi só na cidade que fizemos intervenções, na Praça das Hortênsias, em Monte Real, no Santuário dos Milagres, para além dessas temos em curso outras intervenções que vão decorrer nos próximos 2 anos, o centro da Caranguejeira, o centro de Santa Eufémia, a zona urbana dos Andrinos e outras, e outras intervenções com desenho mais urbano que se vai dar nessas, nessas localidades também são projetos que estão em curso. Há intervenções na rua Dr. João Soares com a construção não só da rotunda junto às escolas, mas o planeamento que estamos a fazer para chegar à rotunda D. Dinis, uma intervenção bastante profunda que ainda estará dependente da aprovação da construção do parque de estacionamento junto a essa rotunda uma vez que o que se prevê ali é a construção de uma grande rotunda e eliminação de alguns parques de estacionamento que atualmente existem ali, portanto, só faz sentido quando tivermos uma resposta alternativa. Intervenções na rua Dom José Alves Correia da Silva, quase 1 milhão de euros numa 1ª fase, era a fase pior da estrada, era a estrada que tínhamos mais reclamações hoje está perfeitamente ultrapassada, devem estar bem recordados o tipo de estrada que existia em frente ao quartel na Cruz da Areia hoje temos uma estrada perfeitamente circulável, segura, com passeios, iluminação, todas as infraestruturas resolvidas. Requalificação da avenida da Comunidade Europeia, avenida Nossa Senhora de Fátima e avenida General Humberto Delgado que soma a quantia de 2,4 milhões de euros que foram obras já concluídas nestes 2 anos. Para além disso, todos os anos, em média, é um investimento de 5 milhões de euros na rede viária de todo o concelho espalhado por todas as freguesias. Um outro apontamento, a questão da tecnologia e eficiência energética, temos vindo a substituir a iluminação LED, temos vindo a substituir a iluminação pública por iluminação LED, algumas delas típicas de cidades inteligentes Smart City que permite regular as suas intensidades e investimos na mudança de luminárias de sódio para LED em edifícios municipais. Para além disso, desenvolvemos tecnologia para registo de ocorrência através de aplicações e estamos a preparar aquilo que é um investimento ainda significativo no que diz respeito à referenciação do transporte público em termos digitais

que irá decorrer ao mesmo tempo que vamos fazer as obras do novo terminal e ao mesmo tempo que vamos substituir as viaturas, vamos ter também mais informação referente aos fluxos de transporte das viaturas do transporte público.

A parte social neste contexto que vivemos, em especial naquilo que é a pressão demográfica que existe, o aumento do custo da habitação, o aumento das rendas, o município também teve uma atitude bastante ativa nesta área e é uma área que irá ter cada vez mais importância nas autarquias e é aqui que investimos uma parte do dinheiro que recolhemos dos impostos municipais, mas é através desta maneira que achamos que estamos a fazer justiça, mais alguma justiça e a criar alguma igualdade na nossa comunidade, destaco aqui o programa de comparticipação de medicamentos a famílias carenciadas do concelho, que atinge cerca de 450 agregados, o programa de comparticipação ao arrendamento, que atinge ou abrange cerca de 280 famílias, um investimento anual de cerca de 370 mil euros onde as famílias podem beneficiar de uma, de um apoio mensal para o pagamento das rendas que atualmente estão elevadas como é do conhecimento de todos, depois temos aqui a criação do programa Creche para Todos, onde demos durante 2022 e 2023 apoio a famílias para pagamento das creches, hoje as creches são gratuitas, mas existem creches privadas que não suportam e que não têm, não estão incluídas na oferta pública e, portanto, as famílias carenciadas continuam a receber o nosso apoio para poderem colocar as suas crianças nessas creches e para além disso desenvolvemos um programa de apoio ao investimento em creche no montante de 3 milhões, em que cerca de 3 creches irão custar uma média de 1 milhão de euros cada uma, nós iremos atribuir um apoio na ordem dos 300 mil euros para cada uma viabilizando assim o aparecimento de novas creches e estão em planeamento outras 3 e, por isso, a nossa oferta vai crescer em virtude daquilo que disse, temos cada vez mais pessoas a viver no concelho.

O Fundo de Emergência Social que é financiado com o montante arrecadado do daquilo que é o IRS municipal e que tem vindo a apoiar as famílias mais carenciadas. Em 2022 o apoio foi de 368 mil euros e, portanto, há aqui sempre uma necessidade de reforçar este montante.

No que diz respeito à habitação, à habitação, à estratégia local de habitação, o nosso, o nosso plano identificava as famílias mais necessitadas, naturalmente hoje temos a necessidade de atualizar esse mesmo plano. Nós temos a plena noção de que esta área da habitação não se resolve num período de um mandato, o atraso que existe na oferta pública de habitação é muito grande, mas, por outro lado, também queremos estimular a oferta privada de habitação como foi no passado e, portanto, se conseguirmos que o nosso concelho tenha mais licenças passadas em termos de habitação também nós conseguimos poupar naquilo que é o investimento público na construção de habitações e importa registar aqui que o ano passado Leiria foi a 3ª, o 3º concelho do país com o maior número de

licenças emitidas estando só à frente Braga e Sintra, o que está para perceber o dinamismo que existe nesta área por parte dos privados e a resposta por parte da Câmara.

Um ponto importante que resulta também de descentralização de competências nas autarquias tem a ver com saúde, este é eventualmente um dos grandes desafios do resto do mandato, é como criar condições, pelo menos idênticas, em termos de oferta de médicos, mas ao mesmo tempo melhorar os equipamentos de saúde dos cuidados primários de saúde, esse é um dos nossos objetivos nós nunca iremos conseguir atrair médicos para o concelho se não tivermos condições de trabalho nos centros de saúde e, portanto, temos que fazer isto este ano mesmo correndo o risco de depois de a obra estar feita não ter os médicos necessários, mas se não as tivermos feitas também não iremos ter médicos porque eles escolhem outros concelhos para ir trabalhar e, portanto, temos 3 centros de saúde feitos, Amor, Bidoeira de Cima e Parceiros, o da Bidoeira ainda não está em funcionamento porque não tem, não tem médico, Amor e Parceiros já está em funcionamento e está a funcionar bem, temos em planeamento 3 novos centros de saúde, o da Barreira, Santa Eufémia e Pousos, no caso de Santa Eufémia já comprámos o terreno, dos Pousos comprámos esta semana, da Barreira em princípio até ao final do ano compramos o terreno onde vai ficar. Depois tivemos aqui também cuidados acrescidos naquilo que é a captação e fixação de médicos, o programa de incentivos para a fixação de médicos no concelho ainda não está finalizado, tem vindo a ser melhorado de modo a que seja justo e, portanto, quando tiver pronto havemos de trazê-lo a reunião de câmara e à Assembleia, mas ao mesmo tempo desenvolvemos aqui um projeto que é o projeto Bata Branca, estamos a trabalhar nos últimos 3 meses neste projeto em virtude de termos nove centros de saúde fechados por reforma de médicos que se aposentaram neste período e, portanto, temos aqui uma necessidade de fazer uma resposta, uma resposta que não devia, que devia ter sido preparada pelo Ministério da Saúde, mas que vamos agora com, com alguma da nossa influência, juntas de freguesia, câmara conseguir captar aqui algumas, alguns médicos reformados para continuarem a prestar serviço nos centros de saúde até passar este momento crítico de falta de recursos humanos no setor público da saúde. Para além disso, temos também uma área muito importante, eu não sei se isto tem algum tempo, estou bem, tranquilo, ok. Uma área muito importante, setor decisivo quando falamos em, em futuro das nossas comunidades e que ocupa uma parte significativa do nosso orçamento, da nossa energia e que no nosso entender é o sítio onde possivelmente até ao final do mandato iremos ter mais, mais, mais resultados em termos de, de obra, tem a ver com os equipamentos escolares. A construção do centro escolar dos Marrazes e do pavilhão desportivo estará concluído no próximo ano, um investimento de 7,1 milhões de euros depois de muitos atropelos, que é do conhecimento público, concurso durante o período em que havia preços baixos em que depois a empresa ganhadora do concurso faz uma



parte da obra, aquela que é mais fácil de fazer e a seguir abandona a obra, processos de litígio, chegámos a acordo, reformulámos o projeto, ao reformular o projeto, que também estava mal feito, decidimos fazer um pavilhão desportivo que será o melhor pavilhão desportivo do concelho, voltar a lançar concurso, adjudicar a obra e a obra em curso a tempo, em tempo recorde para ver se até ao final do ano conseguimos ter a maior taxa de execução de fundos comunitários e, portanto, até agora tem estado a correr bem e, portanto, o nosso desejo é que ela fique pronta no próximo ano e depois o grande desafio será tornar, tornar aquela escola uma escola de referência e por isso contar com a ajuda dos professores, da comunidade educativa, da própria Câmara para que este centro escolar venha a ser uma escola de referência para o concelho.

Por outro lado, depois também de muitos comentários sobre aquilo que era as obras nos equipamentos do 2º e 3º ciclo e do, e do secundário, aquilo que tínhamos prometido estamos a cumprir que era a escola Afonso Lopes Vieira não iria ficar para trás, iria ficar juntamente com a obra da escola Dom Dinis, as duas preparadas para fazermos o projeto e depois lançámos concurso, durante um ano e meio tivemos a projetar e agora, finalmente, lançámos o concurso, elas estão prontas a iniciar no próximo ano, vão ser obras muito intrusivas na escola, pronto, estamos a falar de uma obra que atinge muitos alunos, uma mil alunos outra quase 900 alunos, estamos a falar de autênticas aldeias educativas onde vão entrar gruas, estaleiros, contentores e, portanto, é um grande desafio em termos de obra, mas vai-se cumprir justiça porque, de facto, estas escolas eram as mais necessitadas do concelho e a seguir havemos de planear as outras que ainda faltam. Para além disso, a construção de um novo centro escolar em São Romão, junto aos campos de ténis, um centro escolar que irá responder à necessidade de oferta da cidade. Como sabem, na cidade temos 3 escolas, 4 escolas relevante, não é? Incluindo também a de São Romão, a escola amarela, a escola branca, a escola dos Capuchos e depois a escola do Arrabalde. Esta é a resposta mais urbana com esta oferta na escola de São Romão, para além daquilo que é a oferta privada, como é óbvio, não estou aqui a fazer contas com esses. A escola de S. Romão vai aliviar um bocadinho a carga que existe no centro da cidade, atualmente o centro escolar que responde ao excesso de procura é o centro escolar dos Parceiros que está cheio e não é propriamente um centro escolar que está ali ao virar da esquina, ainda tem alguma distância da zona urbana, mas encheu num instante e também se prevê que seja necessário ampliar a oferta naquela, naquela zona e, por isso, em termos de equipamentos escolares acho que estamos num ritmo bastante bom e, portanto, vamos ter obra feita até ao final do mandato. Para além disso, todos os dias temos necessidades escolares, é contratar pessoal, é as refeições escolares, é os transportes escolares, é as AEC's, é as componentes de apoio à família, o prolongamento dos horários do 1º ciclo,

portanto, tudo isto é uma área muito importante e que, felizmente, tem vindo a correr bem naquilo que é o trabalho diário do município.

A parte da cultura, como sabem, foi um setor que na última década mudou o paradigma e a imagem de Leiria, foi esta aposta que fez com que a nossa notoriedade aumentasse quer no contexto regional, quer a nível nacional. Hoje temos uma cidade e um concelho bastante eclético e vibrante, como aqui está escrito, isso resultou muito do trabalho que fizemos com o associativismo. Nós, em 2023, investimos nas associações culturais cerca de 886 mil euros, algumas são obras, outras são investimentos na área da cultura e por isso, esta energia que foi sendo criada ao longo dos tempos que alimenta festivais, escolas de dança, escolas de música, toda a oferta naquilo que é instituições mais tradicionais como as filarmónicas, como os ranchos. Hoje temos um movimento cultural bastante robusto naquilo que é a preparação da oferta cultural. Por isso, neste mandato temos como dois objetivos fazer duas obras muito direcionadas para a cultura contemporânea, é essa que nos vai dar e atrair juventude, o investimento no Centro de Artes Villa Portela, investimento de 2,8 milhões de euros e que será, no fundo, um novo espaço verde da cidade e uma casa virada para as artes. Para além disso, está em curso também investimento na Black Box que é o aproveitamento das duas salas de cinema do antigo edifício da Zara, a atual Loja do Cidadão, onde aquelas duas salas de cinema se transformam em espaços de espetáculo, pode ser dedicado ao teatro, à dança, a concertos ondes as bancadas sendo rebatíveis podemos ter ali outro tipo de concertos musicais que permite outro tipo de experiência que não as de salas do teatro e, portanto, o investimento na área da cultura continua e temos que planear agora durante também os próximos 2 anos aquilo que é a 2ª fase de investimento do Castelo. Fizemos os acessos mecânicos ao Castelo, melhorámos a circulação dentro do Castelo, criámos um novo espaço cultural no Castelo, nomeadamente a Igreja da Pena que, juntamente com a Igreja de São Pedro, foi um dos principais investimentos realizados nos últimos anos e, portanto, a 2ª fase do Castelo terá que ter implicações, sobretudo no Palácio e também em alguns pontos que precisamos de reforçar mais por questões de segurança e, portanto, essa é a fase seguinte que também está a ser já preparada através de um grupo de trabalho interno da Câmara Municipal de Leiria.

Outro pilar muito importante daquilo que é qualidade de vida que transmitimos às nossas populações é a aposta no desporto. Aqui também o associativismo mereceu um apoio em 2022, foi um ano forte por causa da Leiria Cidade do Desporto, na ordem de 1 milhão de euros, em 2023 o apoio é de 730 mil euros e queria sublinhar aqui em termos de investimento, o investimento feito no pavilhão do Lis, no montante de 2,2 milhões de euros e como disse o investimento que estamos a fazer atualmente no pavilhão dos Marrazes, do novo pavilhão dos Marrazes é um investimento que ultrapassará este montante, mas teremos efetivamente um pavilhão com uma valência de multiutilização, não vou usar a



palavra multiusos senão vão dizer que aquilo é um multiusos, mas vai ter várias capacidades uma vez que tem cerca de capacidade de bancada sentada mil pessoas e em plateia pode chegar a mais 3 mil pessoas o que faz com que haja ali uma componente interessante não só desportiva, mas também cultural. Depois os mais diversos programas onde destacava o Viver Ativo que tem cada vez mais pessoas, mais núcleos, aonde é muito dedicado à população sénior, é um programa municipal que atualmente é uma referência também para outros concelhos da região e inclusivamente fazemos cá o encontro dos programas seniores dedicados ao desporto aqui em Leiria onde reunimos dos concelhos vizinhos que têm projetos idênticos ao nosso.

Os grandes eventos, este é uma, alguns dos exemplos dos eventos mais marcantes que temos. A Feira de Leiria atinge um público na ordem das 650 mil pessoas, é o nosso principal certame a exemplo do que acontece em Viseu com a feira de São Mateus ou em Aveiro com a Feira de Março, a nossa Feira de Leiria transformou-se muito nos últimos anos, hoje é uma feira que atinge vários públicos. Durante muitos anos em Leiria criticava-se as pessoas que iam à feira, sobretudo uma elite intelectual que condenava a Feira de Leiria como um recinto muito popular e pouco aprazível que só fazia barulho e não trazia nada de novo à cidade, nós transformámos a Feira de Leiria numa feira de referência, hoje tem uma das maiores praças de gastronomia durante um mês onde cada freguesia tem as suas tasquinhas e hoje é uma referência não só para Leiria, mas para a região e é por isso que tem tido tanto sucesso, tem tanta procura por parte dos feirantes e hoje é um grande evento, o maior evento que organizamos anualmente. Para além disso, criámos o Leiria Kids Festival, na freguesia da Caranguejeira, um evento que vai na sua 2ª edição num sítio extraordinário, uma quinta que parece que foi idealizada para este tipo de iniciativas, tem enorme potencial, fica junto à ribeira da Caranguejeira e, portanto, tem ali potenciais para explorarmos no futuro como o recinto visitável e que, no nosso entender, será um grande desafio para a Caranguejeira e também para a Câmara de Leiria poder tirar o maior proveito daquele espaço. O Festival da Sardinha, o Leiria sobre Rodas, o Leiria Natal, a passagem de ano, portanto, são os eventos principais qualquer um deles com muita procura, foram criados e foram idealizados para transformar a imagem de Leiria, este é um dos pontos mais polémicos, é por isso que às vezes dizem que o Presidente da Câmara só pensa em festas, não é? Pronto, mas se tirarem qualquer um destes eventos no futuro vão ver quantas pessoas é que irão condenar não o fazermos, pronto. Isto a partir do momento em que se faz e faz bem nós só temos que torná-los mais sustentáveis e cada vez mais impactantes junto da população e esta é, efetivamente, a imagem de marca que criámos ao longo dos últimos anos em especial nos últimos 2 anos.

Regeneração urbana, ainda há pouco falei, a encosta do Castelo, claro que a zona da encosta está a ser toda remodelada, também um investimento que estará pronto neste

mandato, o largo de São Pedro e da Sé já está concluído, a casa dos Pintores foi melhorada e comprámos os terrenos, numa área de cerca de 8 hectares, para fazer uma piscina ao ar livre, um equipamento ligado ao lazer mais um espaço verde associado e, portanto, vai completar esta coroa de espaços verdes e de oferta de lazer que temos, temos planeado, portanto, além do Parque Verde, que já está construído, o Jardim de Almuíña e o Jardim da Villa Portela, o Aqua Polis além de ter piscina ao ar livre terá depois uma mancha verde extraordinária que o liga ao Polis onde pretendemos depois também construir mais duas travessias de peão naquela zona estendendo então o Polis até à Barosa.

A área da Proteção Civil é uma área onde temos investido muito nos últimos tempos pelos motivos que são conhecidos, portanto, nós somos uma sociedade cada vez com mais riscos de catástrofes, as questões relacionadas com os incêndios florestais, as inundações, as epidemias obriga-nos a ter uma grande capacidade de resposta por isso criámos 3 unidades locais de Proteção Civil com as juntas de freguesia, hoje temos mais pessoas preparadas para responder a problemas de proteção civil, reforçámos, vamos reforçar o sistema de videovigilância da cidade melhorando aquilo que é o nosso desempenho na área da segurança pública e, naturalmente, há aqui um grande desafio para o futuro, é como tornar a nossa cidade ainda uma cidade segura uma vez que temos vindo a registar um aumento quer de atos de vandalismo, quer alguns fenómenos de insegurança, portanto, este será dentro daquilo que tinha dito da imprevisibilidade do que tínhamos pensado para 4 anos a preocupação da segurança que não estava no nosso, no nosso top, no nosso top de preocupações. Nos dias de hoje está colocada como uma das nossas principais preocupações e, portanto, em princípio vamos também preparar respostas nesta área até ao final do mandato.

A questão do peso das freguesias, o apoio às freguesias é a melhor maneira de podermos desenvolver todo o território. Hoje sabemos que as juntas de freguesia têm cada vez também mais competências, têm os mesmos meios humanos, os presidentes de junta ocupam muito do seu tempo não só na sua atividade política de atendimento às pessoas, mas também a fazer tarefas técnicas e a desenvolver muitos destes projetos. Nós temos é de ter a noção que colocamos muita carga em cima das freguesias e sei que sem eles não conseguimos desenvolver o concelho na plenitude e, por isso, temos aumentado não só o apoio às freguesias, criámos o regulamento de apoio às freguesias depois de ter sido alvo de uma inspeção em que identificámos algumas fragilidades, também fizemos isso em tempo recorde, hoje todos os presidentes de junta funcionam bem com o regulamento, também os nossos serviços têm vindo a melhorar o seu desempenho e, portanto, sabemos que é mais uma carga burocrática, mas no final do mandato vamos todos estar mais tranquilos com a quantidade de papel que temos lá metido nos dossiers, pronto. Depois, há também a necessidade e foi a importância de reforçar o investimento das

próprias freguesias, do seu património, e ao longo dos anos, dos últimos 10 anos, temos visto algo que me deixa bastante satisfeito que são a melhoria daquilo que são as viaturas ao serviço das freguesias, a melhoria das suas instalações e do conforto dos seus funcionários, o investimento que é feito nos estaleiros das freguesias, o investimento no parque informático das freguesias, portanto, temos vindo a melhorar bastante aquilo que é as condições e o património das juntas de freguesia e, portanto, será também fator a exemplo dos centros de saúde, não é? No futuro, se quisermos atrair alguém para uma freguesia, se estiver a funcionar no vão de escada ou em condições degradantes também não é assim que convencemos as pessoas a vir para a política e acho que o investimento está a ser feito naquilo que é as instalações e as condições de funcionamento de uma junta de freguesia acho que é algo que vai deixar marcas também para o futuro. A governança aberta e próxima, o Orçamento Participativo tem sido também um exemplo de participação cívica, a realização da Câmara Aberta, onde regularmente vamos reunir às juntas de freguesia onde recolhemos os contributos dos fregueses e, portanto, temos aqui também uma preocupação muito grande na proximidade das pessoas.

E por último a situação financeira, os dados de partida quando chegámos pela primeira vez à Câmara em 2010 e os dados de 2022, dentro de pouco tempo teremos os dados de 2023, entrámos com uma dívida aos bancos de 65 milhões, hoje está em 13 milhões, dívidas a fornecedores 12,2, hoje está na ordem do meio milhão de euros, o prazo médio de pagamento está em 6 dias, em 2007 era de 284 dias, a redução da dívida, portanto, tem sido uma das nossas preocupações e, portanto, isto também é obra para nós. A maneira como está distribuída pelas diversas áreas funcionais do, do Município, pronto, há aqui um valor transportes e comunicações tem muito a ver com a lógica de investimento nas redes viárias, pronto, a educação também com peso significativo e termino com aquilo que é o anuário financeiro da ordem dos contabilistas certificados que todos os anos analisa os municípios. No ranking global dos municípios de grande dimensão nós ocupamos a 8ª posição como aquele que tem a melhor eficiência financeira, a 6ª posição como independência financeira é, isto para alguns não é tranquilo, uns dizem que é bom outros dizem que é mau, pronto, chego à conclusão que é mau também porque, de facto, a nossa câmara tem, tem profissionais excepcionais, mas para aquilo que tem sido a pressão nos últimos tempos não, não são suficientes, mas é o município do país, o 12º município do país com menor peso de pagamentos de despesa com pessoal na despesa total e é o 2º se considerarem só os municípios grandes, significa, é uma média por cada mil habitantes o município de Leiria é o 2º maior município do país que tem menos gastos com pessoas e tendo em conta os resultados que obtemos em termos de produtividade acho que não podemos, devemos sentir-nos orgulhosos disto. Por outro lado, é também o município do país que ocupa a 17ª posição em volume de investimento, portanto, é o 17º que tem mais

investimento no país e ocupa a 14ª posição como o município com maior equilíbrio orçamental em 2022 e o quarto a nível das grandes dimensões.

Termino assim a minha apresentação disponível para ouvir os diversos, as diversas questões e comentários para depois poder responder. Muito obrigado.”

De seguida, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, deu início às intervenções dos diferentes partidos começando por dar a palavra à Iniciativa Liberal.

Intervenção do senhor deputado João Silva – IL

Transcrição:

"Boa noite a todos. Senhor Presidente da Assembleia, senhor Presidente da Câmara permitam-me nas suas pessoas cumprimentar toda a gente aqui presente e os que nos acompanham lá em casa.

Na verdade, é com grande sentido de responsabilidade que me dirijo a esta Assembleia para apreciar o Estado do Concelho refletindo sobre as conquistas, lá está, do último ano as áreas que também exigem algumas melhorias e os desafios que ainda temos pela frente. No decorrer do último ano testemunhámos algumas conquistas e iniciativas que, de facto, o senhor Presidente mostrou aqui na sua intervenção, e bem, e que, na verdade, fortalecem a nossa cidade e a nossa comunidade e que permitem, de certo modo, não só enriquecer a qualidade de vida dos cidadãos de Leiria, mas também promover os princípios da liberdade, da responsabilidade individual e de prosperidade que são, na verdade, princípios tão acarinhados por qualquer liberal. Nós temos um exemplo também tão recente disso que gostava de realçar que foi passado tão pouco tempo a questão da aprovação também da desagregação da União de Freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes, um exemplo que na verdade é tão importante e que segue dois princípios que para mim são da máxima importância. Em 1º lugar a aproximação do poder aos cidadãos, tem assim de dar-se uma maior capacidade de resposta aos seus desafios e, em 2º lugar, a vontade do indivíduo, uma vontade que foi ouvida, o poder, na verdade, foi devolvido ao povo. Contudo, nós reconhecemos que há desafios a serem superados e melhorias a serem implementadas para garantir um futuro ainda mais promissor para Leiria e, por isso, não podemos ignorar as áreas que exigem a nossa atenção e ação imediata e deste modo começemos pela saúde. No que toca à saúde pública, a situação atual que vivemos para além de degradante é desesperante. Nós temos, por exemplo, o Centro Hospitalar de Leiria a apresentar várias vezes o encerramento da urgência pediátrica, cirurgia obstétrica e até mesmo o próprio bloco de partos obrigando grávidas e crianças em emergência a procurarem ajuda noutras cidades colocando em causa as suas próprias vidas visto que a resposta à emergência é inexistente ou bastante lenta, na verdade e acho que nem precisamos de tocar também na questão das listas de espera intermináveis, na incapacidade de valorização dos profissionais de saúde para perceber que o Sistema Nacional de Saúde enfrenta um momento muito

difícil como o senhor Presidente da Câmara também disse, e bem, na Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria, mas é preciso mais, na verdade é preciso ir mais longe, basta constatar factos, é preciso ter coragem de apontar responsabilidades políticas e de pressionar o Governo para que se arranjem soluções e se implementem medidas que estejam focadas na melhoria rápida da qualidade dos serviços de saúde em Leiria porque, apesar de governar o país há 8 anos, o governo do Partido Socialista, do partido do senhor Presidente, não consegue assumir responsabilidades na degradação do estado da saúde atual e continua a colocar a ideologia acima do bem-estar das pessoas e, por isso, aconselho todos, todas as pessoas aqui presentes a olharem também para o programa autárquico da Iniciativa Liberal onde defendemos, por exemplo, o cheque da Saúde Municipal ou a promoção do próprio Centro Hospitalar de Leiria a estatuto de hospital central visto que para nós acaba por ser duas medidas que, por mais pequenas ou grandes que possam eventualmente ser podem ter algum impacto positivo nesta temática e, por isso também deixo aqui a pergunta ao senhor Presidente se é sequer do, do vosso interesse, se há trabalho, se há pressões a serem feitas neste sentido ou então também aconselho-os a olharem para uma alternativa ao SNS que a Iniciativa Liberal apresentou, o programa Sua Saúde, que é nada mais nada menos que uma reforma estrutural que está assente num sistema público e universal que garante na verdade mais liberdade e qualidade de serviço para os utentes, mais liberdade de carreira para os médicos, enfermeiros, técnicos e demais profissões do setor. Caríssimos, uma pessoa em situação de urgência não quer saber se o hospital que lhe vai prestar um serviço público é privado, público ou social, a pessoa quer sim é ser tratada e o mais rapidamente possível e não deixemos ou peço-vos que não deixemos que questões ideológicas nos deixem cegar e nos levem a comprometer a vida dos nossos cidadãos.

Outra assunto também que acaba por nos preocupar muito é a questão da Educação e aqui mesmo em Leiria nós temos professores e demais técnicos a insurgir-se contra as quotas e a bater-se diariamente por uma escola digna para todos enquanto que os alunos já só pedem a possibilidade, na verdade, de poder escolher a sua escola, que tenho professores motivados e a trabalhar em condições dignas para os ensinar e isto na verdade não é só em Leiria é em todo o país, os pedidos esperados por melhores condições para professores, assistentes e alunos é, na verdade, ensurdecedor e fica claro mais uma vez que a ideologia levou este Governo à incapacidade de reformar, de renovar e de lançar educação pública para o século XXI e este panorama reforça a necessidade urgente de reformas profundas, de reformas estruturais e, por isso, é preciso e é urgente uma abordagem inclusiva que integre quer os setores público, quer o privado, quer o social na educação com vista a uma maior liberdade profissional para os professores, para os assistentes e técnicos e mais liberdade de escolha quer para os pais, quer para os próprios alunos. É preciso, na verdade,

descentralizar a gestão das escolas confiando e promovendo a autonomia na sua gestão, é necessário reduzir a burocracia da profissão, nós queremos professores mais prontos a ensinar e menos distraídos com papelada e preocupados, na verdade, com o sítio onde vão acabar por pernoitar e, por isso, nós voltamos a dizê-lo não interessa aos professores nem aos pais e aos alunos se a escola é a A, B ou C. Interessa, na verdade, que o professor tenha dignidade da sua profissão, o pai liberdade na escolha na educação do seu filho e o aluno uma educação de qualidade.

Viremos agora a página para a questão da habitação, nós vivemos em tempos extremamente preocupantes neste contexto, eu próprio com 27 anos sou uma das vítimas de sucessivas apostas erradas que hoje comprometem a minha independência e o meu futuro neste campo onde, na verdade, se forçado praticamente a escolher por 3 opções ou manter-me sob o teto dos meus pais, ou a chegar ao fim do mês a sobreviver sem a possibilidade de viver ou até mesmo a emigrar. A crise da habitação, na verdade, exige uma abordagem muito mais liberal direcionada para a promoção da construção de mais fogos habitacionais, para a redução e eliminação de burocracias obsoletas e para a aceleração de processos e licenciamentos e por mais que reconheça, na verdade, o esforço que o Executivo fez por tomar a iniciativa de avançar com a construção de novos fogos habitacionais, isto não é suficiente para colmatar o problema e é, portanto, já agora realçar também que a construção de fogos habitacionais em modo bairro, gueto, o que lhe quiserem chamar, não é uma solução definitiva para a integração de pessoas com menos capacidade financeira na sociedade, em vez disso devemos incentivar a diversidade e a inclusão social por meio de políticas que promovam a integração e comunidades mistas onde pessoas de diferentes origens e níveis de rendimento possam conviver e se beneficiar mutuamente. Isto não apenas promove a coesão social, mas também estimula a iniciativa privada e o mercado livre permitindo que o setor privado desempenhe também um papel ativo na oferta de habitação acessível e na promoção da mobilidade social. Relembro também que sem um investimento profundo e estrutural de uma rede de transportes públicos as nossas possibilidades continuarão a ser limitadas e ao centro urbano e também aqui vos convido a olhar de novo para o programa autárquico da Iniciativa Liberal onde propomos a criação do gabinete de construção 2.0, a isenção de IMI para reabilitação de imóveis devolutos de particulares ou até mesmo o portal municipal para a promoção de investimento imobiliário nos imóveis do município ou então um exemplo que ainda ocorreu ontem, salvo erro, da Câmara de Vila Real que assumiu o compromisso em baixar impostos municipais e agora mesmo aprovaram isenção de IMT para os jovens até aos 35 anos que lá comprem casa, mas para além da saúde, da educação e da habitação temos todo um outro conjunto de matérias que exigem a nossa atenção como a cultura, a segurança, o

futuro dos jovens, a economia, tudo matérias que onde continuamos, na verdade, a calcar a mesma pedra a que este Executivo e os anteriores nos habituaram.

Quanto à cultura, eu na verdade sou prova viva de que Leiria, de facto, respira cultura, mas esta cultura vive do esforço do trabalho de todos os leirienses, é uma cultura na verdade subsídio-dependente e com isto quer dizer que quando falamos da cultura devemos também refletir sobre a aposta no mercado livre e na iniciativa privada dentro do setor, tiramos a fogo sobre o pescoço dos contribuintes. Embora devido à conjuntura que vivemos seja importante valorizar o apoio público, nós devemos também incentivar a participação do setor privado promovendo um ambiente próprio para o financiamento ou, aliás, para o florescimento de iniciativas culturais independentes e até vos deixo a pergunta, quantos artistas não se sentem realizados porque são obrigados a viver de mão estendida ao Estado? Caros colegas, ao estimar, ao estimular a livre concorrência e a criatividade empreendedora nós podemos diversificar e fortalecer ainda mais a nossa oferta cultural garantindo a sustentabilidade a longo prazo e sim, a nossa cultura subsídio-dependente não é sustentável e se falarmos da segurança pública, o senhor Presidente falou bem, aliás, basta ir buscar o exemplo onde os moradores e os comerciantes do centro histórico de Leiria viram-se obrigados a fazer um ou a assinar recentemente um abaixo-assinado a alertar para um profundo descontentamento com as condições de segurança para perceber se, de facto, que as coisas não estão bem. Lá está, todos conhecemos os relatos de vandalismo e violência gratuita que deixam compreensivelmente uma sensação de insegurança e também temos o Comando Distrital de Leiria da PSP também a sofrer, na verdade, uma redução substancial do número de polícias nos últimos 10 anos, o que, na verdade, pode ser o resultado de uma gestão insuficiente e uma falta de visão a longo prazo pois é imperativo, e acho que todos conseguimos reparar nisso neste momento, que é imperativo o aumento de policiamento não só em Leiria, mas também em todo o país e isso apenas consegue na verdade com a valorização e respeito que a profissão merece.

E será que me atrevo ainda a falar dos jovens? onde é que estão na verdade as medidas e as soluções para os jovens, para o futuro da nossa cidade e do nosso país? O que é que está, de facto, a ser feito para que os nossos jovens possam senhor em ter sequer um futuro, uma vida digna, uma família? O que estamos a fazer para reter o talento da famosa geração mais qualificada de sempre? A verdade é que sem segurança, sem saúde, sem educação, sem habitação e sem oportunidades nós nunca vamos conseguir reter nem ter qualquer solução eficiente de longo prazo para jovens e depois temos decisões e inações que, na nossa ótica, atrasam, estagnam ou impedem simplesmente que a cidade de Leiria possa ser mais competitiva, desenvolvida e mais próspera. Nós continuamos a insistir na aprovação das taxas máximas da Derrama e do IRS, e aqui relembro a defesa da Iniciativa Liberal na redução progressiva da Derrama Municipal até atingir 0% em 2025, tal como a

devolução da parcela de IRS que é cobrada. Continua-se também a apostar em inutilidades como os 200 mil euros em ilhas urbanas, esbanjamos dinheiro como os cerca de 250 mil euros em candidaturas falhadas aos milhões no AquaPolis que, na verdade, não sabemos bem quando e como vai acontecer. Nós continuamos a ter a aprovar gastos supérfluos como foi o caso da adesão recentemente a duas associações, a Associação Portuguesa de Municípios com Centro Histórico e a Qualifica, por mais nobre que possa ser as suas causas a Associação Portuguesa de Municípios com Centro Histórico não deixa de ser uma associação que trespassa simplesmente a ideia que estamos apenas a alimentar mais um lobby visto que os seus associados e dirigentes são uma maioria de câmaras socialistas e quanto à Qualifica ainda ninguém foi capaz de quantificar a mais-valia que esta adesão veio trazer ao município e aos leirienses enquanto isto nem o saneamento chega a 100% da população, algo que gostaríamos inteiramente de ver concretizado ou pelo menos que o seu número aumentasse muito.

Temos também a questão da Feira do Levante que voltou 3 vezes a esta Assembleia para a isenção de taxas, nós continuamos nisto todos os anos aparentemente sem preocupação em encontrar uma solução definitiva para estas pessoas que volta e meia veem interrompidos o seu sustento e já agora também aproveito para perguntar ao senhor Presidente se está a trabalhar numa solução definitiva para acabar com a interrupção constante da Feira do Levante.

Temos também a questão pouco consensual da nova rodoviária, que os senhores querem mudar para a zona desportiva junto ao estádio e à piscina municipal, não fica perto do centro histórico, mas também não fica perto da estação ferroviária, não há visão de futuro para a intermodalidade quando Leiria venha teoricamente a receber o comboio de alta velocidade.

É notável, de facto, o esforço do Executivo quanto ao rio Lis, mas, de facto, o rio Lis também continua por despoluir, andamos um bocadinho a passos bebés e nesta perspetiva, a Iniciativa Liberal recomenda, de facto, o Executivo a conseguir reforçar a identificação e eliminação também de descargas de esgotos e outras fontes de poluição nas ribeiras e linhas de água e na orla costeira e a todo o conjunto, na verdade, de decisões e ações que acontecem ao mesmo tempo que o município apresenta resultados líquidos acumulados de cerca de 13 milhões nos últimos 2 anos, nos últimos 2 anos e nesta ótica nós propomos também, já agora, a eliminação de todas as taxas inferiores a 10 euros porque, na verdade, senhor Presidente continuar a lucrar à custa dos contribuintes não servindo o interesse público não é contas certas é roubo e neste momento crucial reafirmo o compromisso de Iniciativa Liberal com os princípios liberais que acreditamos serem fundamentais para o florescimento de Leiria, a defesa da liberdade individual, o estímulo à iniciativa privada e a procura incessante pela excelência devem, de facto, nortear as nossas ações e decisões

quer no Executivo, quer na Assembleia Municipal e que o rumo, de facto, daqui para a frente esteja focado muito mais na promoção do bem-estar, na liberdade e na prosperidade de todos os leirienses. Muito obrigado.”

Intervenção do senhor deputado Joana Cartaxo - PCP

Transcrição:

“Muito boa noite, senhor Presidente da Assembleia Municipal, na sua pessoa permita-me que cumprimente a restante Mesa, senhor Presidente da Câmara na sua pessoa cumprimentar todos os vereadores, senhores membro deputados desta Assembleia, senhores Presidentes de Junta, comunicação social, operadores técnicos, muito boa noite e para quem está a ver-nos em casa.

Estivemos 46 minutos a ouvir o senhor Presidente e, de facto, enfim levantei a questão de estando a meio do mandato temos, de facto, muita obra ainda para fazer.

E permitam-me que comece a minha intervenção.

O salário médio no concelho continua a ser inferior ao salário médio nacional. Os baixos salários e a precariedade laboral continuam a caracterizar económica e socialmente Leiria. Leiria precisa de atrair novas empresas; empresas de dimensão média e grande, e criar as condições materiais para as existentes se poderem expandir sem terem de mendigar soluções que passam invariavelmente pela violação do PDM com medidas de excepção, completamente banalizadas, que continuam a vir a esta Assembleia como pretexto de Interesse Estratégico Municipal sendo, por si só, objectivamente susceptíveis de criar as condições para a promiscuidade entre o negócio privado e o interesse público.

Passou mais um ano e o concelho continua a não ter zonas industriais preparadas. A Câmara continua a não fazer o necessário para que elas passem rapidamente de necessidade em realidade.

A Câmara, no quadro das atribuições municipais, não cria as infraestruturas necessárias para que a indústria transformadora, que apresenta em Leiria um grande potencial, possa desenvolver-se e reforçar-se no contexto regional e nacional. O potencial é desperdiçado e vimos escaparem-se investimentos. A agricultura continua a ser esquecida, como se não fosse relevante e como se o concelho não tivesse condições privilegiadas para a produção de bens alimentares. Assiste à cada vez maior concentração da produção pecuária, nomeadamente suinícola. Ao longo deste tempo, continuou a promoção do modelo de urbanismo comercial, baseado em grandes e médias superfícies dos monopólios da distribuição, reduzindo cada vez mais o espaço do pequeno comércio local, cujo definhamento já atinge os pequenos negócios de cafetaria e pastelaria, sacrificado no altar do neoliberalismo – liberdade de negócio, mas cada vez mais intensamente para os oligopólios do comércio. Um PS com as mesmas políticas e medidas dos partidos de direita.

Mais um ano passou e continuamos sem medidas para revitalizar o comércio local, nomeadamente no centro da cidade. Medidas que têm de ser pensadas e discutidas por todos os interessados, num modelo de participação cívica que o Município devia desencadear e conduzir. A vida dada pelo pequeno comércio é vital para os centros urbanos. A Câmara parece não querer saber de Monte Real como estância termal. É esta a conclusão que temos de retirar da inércia e do perverso manto de silêncio que foi lançado sobre o assunto. O que se soma à falta de preservação do património histórico e ao desastre urbanístico e paisagístico resultante da busca do lucro imediato, da falta de visão e da acção das várias maiorias que a desvalorizaram enquanto estância turística. Monte Real é vítima das políticas locais de direita, protagonizadas agora pelo PS.

Este é outro concelho do país onde, considerando o rendimento médio das famílias, a habitação atingiu preços proibitivos, obrigando inúmeros trabalhadores, com ou sem família, a viverem em quartos ou em habitações partilhadas, não poucas vezes em edifícios com condições muito deficientes. Por isso daqui saudamos o movimento Porta a Porta - Pelo Direito à Habitação e a plataforma Casa para Viver pela iniciativa que realizaram no passado dia 30 de setembro e que teve um momento simbólico alto com a colocação de um pano gigante dependurado no Castelo. Esta acção, inédita em Leiria, por onde passaram cerca de 200 pessoas, jovens em grande quantidade, foi fértil em testemunhos impressionantes que mostraram a gravidade da situação, principalmente na cidade ou, se preferirem a terminologia, na zona urbana.

Apesar dos preços incrivelmente especulativos que se praticam na habitação e no comércio de lojas e escritórios, O PS, acompanhado do PSD, CDS, Chega e IL, os partidos da política de direita, manteve as isenções de taxas municipais, que, por não produzirem baixa do preço do imobiliário, são socialmente injustas e só servem para uma maior acumulação do capital.

Ficou mais uma vez comprovado, designadamente com o loteamento na Quinta do Martingil na Barosa, da Polígreen, na sequência de alteração cirúrgica do PDM em 2022, com a alteração do PDM do Arrabalde e com o negócio da Rodoviária, que a maioria está ao serviço do negócio imobiliário, descure os problemas ambientais e o equilíbrio do território. Tudo a coberto do desenvolvimento, em processos muito semelhantes aos que agora vieram a lume em Sines.

A este problema soma-se o gravíssimo défice de qualidade do espaço público e das infraestruturas municipais na vasta Zona Urbana de Leiria, em Monte Real e na Maceira, a exigir avultados investimentos, planeamento rigoroso, participação popular e boa concepção.

Este é um território que sofre amargamente na pele as consequências da violação sistemática dos planos em vigor, da rejeição do planeamento e da falta de ordenamento, mas que garante convenientes passagens de solos rústicos a solos urbanos.

A cidade continua claramente desequilibrada quanto ao investimento e à intervenção municipais, que praticamente se reduzem ao seu centro, deixando bairros desqualificados, sem investimento, em degradação, quase ao abandono e onde residem milhares de pessoas. Estamos muito longe de iniciar o processo de combate às assimetrias no território urbano de Leiria.

A maioria enferma de uma concepção política elitista centrípeta que não abre a cidade e que exclui da pólis parcelas do território, consideradas apenas fonte de receitas para o orçamento. Basicamente, políticas nefastas para a qualidade de vida das populações e indutoras de desigualdade social e segregação.

A situação ambiental continua grave e nada se fez neste ano para a melhorar. Pelo contrário, como revelou o estudo da Oikos deste ano que demonstra que o Rio Lis estava mais poluído no troço urbano do que a chamada Ribeira dos Milagres e que a situação na Ponte das Mestras, no Rio Lena, estava pior do que há 10 anos.

E continua a não haver solução para a poluição das águas, dos solos e atmosférica dos efluentes suínícolas. Nem as prometidas soluções da iniciativa privada avançam e que nos suscitam dúvidas quanto à transparência dos actos e a defesa do interesse municipal.

Passou meio mandato e nada de palpável aconteceu a não ser para pior. Na cidade reina o ruído dos incessantes eventos. Com a zona desportiva transformada também em espaço para corridas automóveis onde a poluição sonora, atmosférica, com os gases prejudiciais à saúde e de efeito de estufa, e de partículas de borracha, os milhares que estão sujeitos a esta indecência fartam-se de penar.

O futuro vai continuar a ser um vazio de soluções concretas. A maioria fica-se pelas proclamações quando nós precisamos de acções, em nada se distinguindo de todas as anteriores. Uma mão cheia de nada!

As espécies invasoras medram sem que haja medidas que contrariem este processo. A biodiversidade perde-se e nada se faz para conter a situação.

O Pinhal de Leiria aguarda, seis anos depois dos incêndios de 2017, pelas operações para a sua regeneração.

Ainda há trabalho a fazer com a rede de esgotos. A reabilitação da rede de água é há muito uma urgência. Continuamos com desnecessárias perdas de água e rupturas frequentes na rede, com custos extraordinários e degradação dos pavimentos da rede viária.

As empresas de reciclagem, por falta de zonas adequadas para o efeito e com permissão da Câmara, continuam instaladas junto a habitações, mantendo-se os problemas ambientais que prejudicam a natureza e a qualidade de vida.

O Plano Estratégico Municipal da Cultura, aprovado em 9 de Julho de 2021, com a promessa de ser um instrumento para além da candidatura à Capital Europeia da Cultura 2027 não produziu frutos. O diagnóstico nele feito mantém toda a actualidade.

E queremos reafirmar a necessidade de descentralizar equipamentos e intervenção cultural na cidade, onde é preciso construir, pelo menos, o Centro cultural de Marrazes, o Auditório de Pousos, polos da Biblioteca e dar vida às antigas instalações do IVV.

O que se passa com o Terminal rodoviário e a insana vontade de o instalar em plena zona Desportiva é paradigmático desta gestão. É uma operação que serve os interesses privados dos detentores da propriedade da "Rodoviária" e não defende o interesse público. Não houve qualquer estudo para avaliar os efeitos no comércio do centro da cidade e parece que a sorte dos comerciantes pouco interessa à Câmara e a todos os que aqui aprovaram esta operação.

Invocar-se como fundamento para a localização na Zona Desportiva a falta de terrenos municipais é apenas a confissão da má gestão por parte da Câmara. É inacreditável que 14 anos depois de ter acedido ao controle da gestão do concelho a Câmara PS não tenha uma política de aquisição de solos e uma reserva de solos para as necessidades. É, portanto, uma justificação vergonhosa.

Esta incompreensível falta de investimento em terrenos, que se traduz em múltiplas situações, como o parque industrial de Monte Redondo e a falta de terrenos para construir escolas e outros equipamentos, é castradora da livre iniciativa municipal em muitas áreas de intervenção.

Continuamos sem políticas municipais para a cultura e o desporto. Há associações e outros agentes que se queixam de critérios de apoio diferenciados, alerta que temos de trazer aqui.

Este é um concelho onde a mobilidade continua a não ser uma prioridade para esta Câmara. A promoção do transporte individual continua a ter prioridade, porque as pessoas continuam sem alternativa a isso. E a prova evidente disto é a falta de uma faixa própria para os transportes públicos, mesmo para a escassa oferta da rede rodoviária de hoje. São muitas as evidências da falta de vontade no investimento na mobilidade.

A prometida passagem do comboio de alta velocidade é adiada de ano para ano, mesmo sendo óbvia e assumida a importância que tem para o país e para a região. É por isso urgente a modernização da Linha do Oeste, que continua com atrasos sistemáticos e inaceitáveis na sua concretização.

No plano da Educação, muitas matérias fulcrais continuam por resolver, como é o caso da oferta de salas e infraestruturas para o pré-escolar e 1º ciclo. Para poder ser cumprido o plano Pedagógico as escolas existentes não são suficientes.

Continuam a existir relatos sobre a falta de qualidade e escassez das refeições escolares, onde as grandes empresas continuam a ser a preferência no fornecimento. E não se vislumbra qualquer intenção em mudar este paradigma por parte do executivo.

Não basta afirmar a indispensabilidade do reforço e desenvolvimento das instituições da educação e ciência. O Instituto Politécnico continua a ver adiada a pretensão da sua passagem a universidade e, passado mais um ano, não se conhecem as iniciativas da Câmara para fazer concretizar esta necessidade.

Os problemas na área da saúde continuam por resolver. Continuamos a assistir ao défice de recursos humanos nas extensões e centros de saúde. Perante o caos que hoje existe no Hospital Santo André de Leiria, desconhecem-se as intenções da Câmara junto do poder central, para a resolução dos problemas existentes que levam ao fecho das urgências gerais, ginecológicas, obstétricas e pediátricas.

O concelho continua a sofrer da inequívoca promiscuidade entre os interesses privados e o poder político municipal. É o pensamento único neoliberal e o ambiente dos negócios que determinam a acção municipal e nunca a actividade de satisfação de necessidades colectivas e individuais da população.

Leiria merece uma política com outra visão para o seu desenvolvimento, que esta Câmara, com a arrogância com que assume a maioria absoluta, é incapaz de oferecer.

Muito obrigada.”

Intervenção do senhor deputado Manuel Azenha - BE

Transcrição:

“Exmo. Senhor Presidente da Mesa, Exmo. senhor Presidente da Câmara permitam-me que nas vossas pessoas cumprimente todos os presentes e todos aqueles que nos assistem em casa.

Senhor Presidente, um pequeno aparte antes de começar o meu discurso. É um gosto sempre ouvi-lo, eu tive a ver António Costa naquele que foi o seu último, sabe-se agora debate do Estado da Nação, teve um discurso de abertura de 22 minutos e 40, senhor Presidente, 47, é obra feita.

Exmo. senhor Presidente, talvez por coincidência ou não o noticiário local desta semana destaca o facto de Leiria ser a 4ª região do país com maior poder de compra a nível nacional. Talvez por coincidência, ou não, o noticiário local desta semana destaca o facto de Leiria ser a quarta região do país com maior poder de compra a nível nacional (estudo do INE a partir de dados de 2021).

A mesma comunicação social debruça-se, também esta semana, sobre o caos do trânsito em Leiria, recordando números interessantes como, por exemplo, que 86% da população empregada residente na região, utiliza transporte individual nas suas deslocações diárias e que, só entre Leiria e Marinha Grande, há um movimento diário de cerca de 15 mil veículos.

Poderemos começar por estes dois indicadores para falar do estado do Concelho.

Poder de compra e mobilidade, na verdade no caso deste estudo do INE até estão interligados, é que

O curioso deste assunto reside no facto de uma das 16 variáveis usadas para nos colocar no topo do poder de compra nacional, é precisamente o Imposto Único e Circulação pago. Dito por outras palavras: a inexistência de soluções públicas que nos limita- a nós, munícipes- a um significativo esforço individual, é precisamente um dos aspetos que nos coloca no pódio do poder de compra nacional.

O crime compensa e retoca a fotografia.

Mas há mais. Três das 16 variáveis usadas neste estudo, referem-se ao esforço feito pelos residentes no concelho com a respetiva habitação:

Crédito concedido, IMI e IMT. Quanto mais pagamos, mais bonitos ficamos.

Sabemos que os números mostram o que se quiser. Neste caso (que apenas é um exemplo) revela o conceito de gestão do território que tem subjacente, valorizando o que se paga e ignorando o que (não) se recebe, transformando o território numa espécie de campeonato de futebol que em vez de promover a cooperação e a complementaridade, realça a competição e o individualismo.

Registe-se que este mesmo estudo a que nos referimos, mostra uma região com desigualdades gritantes, em que grande parte dos concelhos aparece bem perto do fundo da "tabela classificativa".

Falar no Estado do Concelho, começa a ser uma espécie de ritual com data certa e vazia de significado.

O que a este respeito dissemos no ano anterior, podia ser hoje repetido sem receio de perder a atualidade.

Ou seja, uma total ausência de medidas que respondam aos graves problemas ambientais; confusão entre resolver os problemas da habitação e aumentar a construção; incapacidade de responder aos problemas de mobilidade e transportes, atirando para a população as culpas e os custos.

Senhor vereador Luís Lopes: depois de estarmos há anos a condicionar as pessoas ao transporte individual por falta de oferta de transporte público, claro que não vai ser de um dia para o outro que estarão disponíveis para alterar as suas rotinas.

O problema está em saber quanto tempo vai o executivo resistir, até usar o argumento do "eles não querem mudar os seus hábitos", para desistir de quaisquer alterações e soluções.

Deixe-me debruçar sobre alguns aspetos concretos

Este executivo teve, e ainda tem, todas as possibilidades para fazer as alterações estruturais que Leiria tanto precisa, tem essencialmente duas condições que tal o permitem, uma maioria absoluta e capacidade financeira.



Falemos assim de aspetos positivos, falemos da central de biometano que irá finalmente, ao fim de mais de 40 anos, por termo ao atentado ambiental da bacia hidrográfica do lis... Permita-me que faça aqui uma resenha histórica de uma longa novela....

O Bloco de esquerda, como bem tem conhecimento, sempre defendeu a solução para a despoluição de bacia hidrográfica do lis através da construção de uma ETES com capacidade de tratamento adequada ao volume dos resíduos produzidos na região, e fundamentalmente de gestão pública.

Esta solução foi sempre amplamente acolhida por todos, governo incluído, e não se concretizou porque, em 2020, o mesmo ministro que tinha assinado o despacho conjunto que previa a sua construção – João Pedro Matos Fernandes (não sei se o nome vos diz alguma coisa) -, veio dar o dito por não dito argumentando que, e passo a citar:

"Nos anos 2000 o governo disponibilizou 35 milhões e só se conseguiu a ETAR do Coimbrão pois não houve resposta por parte dos suinicultores...;

Em 2018 perderam-se cerca de 10 milhões de fundos comunitários por inercia da Recilis, e O problema é que agora se fala de dinheiros dos contribuintes e não de fundos comunitários e não podemos contar com a boa vontade daqueles", fim de citação

Assim, morreu a ETES como solução de tratamento dos afluentes suinícolas e....

Nasceu esta nova solução, a criação de unidade de biometano, a "fábrica de energia" como a apelida...

Que não restem quaisquer dúvidas esperamos e desejamos que seja esta a solução que ponha fim a este prolongado problema que tarda em ser resolvido, cá estamos para apoiar esta solução, mas Sr. Presidente...

Ora, se o entrave à construção da ETES foi a falta de colaboração dos agentes suinícolas que por inércia nos fizeram perder 10 m€ de fundos comunitários, como nos poderemos sentir esperançosos ao percebemos que a face de um dos promotores desta iniciativa é a mesma que em nome da Recilis nos fez perder este mesmo dinheiro.

Sr. Presidente,

A despoluição da bacia hidrográfica do Lis é uma questão pública, é uma das principais preocupações dos Leirienses, e assim como pública deveria ser tratada, deveria estar na alçada da Câmara e nunca ser deixada na mão e dependência de privados...

Assim, exigia-se mais, exigia-se que a Câmara tivesse tomado, não só as rédeas, mas também a titularidade deste processo.

Exigia-se uma participação pública e dominante do município na criação desta unidade...

E por isso pergunto Sr. Presidente, sendo esta solução financiada através do PRR porque não apresentou o Município uma candidatura para o mesmo efeito?

Contudo este não é caso único... falemos de transportes públicos

Não voltando a falar do problema da sua parca oferta, falemos da solução que nos parece óbvia.

Porque não avançou também o Município para a criação de uma empresa municipal de transporte público de passageiros?

Até quando iremos estar dependentes da Rodoviária do Lis, ou do Tejo, enfim do Grupo Barraqueiro para garantir a prestação de este serviço que é a única solução para pôr termo ao caos em que se está a tornar o trânsito em Leiria?

É que foi mais uma oportunidade perdida Sr. presidente, pois o PRR também previa uma verba para financiar a aquisição de material de transporte público de passageiros para empresas municipais. Esta solução só precisava de 2 exigências:

A primeira era visão estratégica (que não existe) a segunda era a criação de uma empresa municipal (como alias agora fez com o TJLS) ...

O financiamento existia, estava no PRR acessível, mas deixámo-lo ir...

Habitação Sr. Presidente, falemos de Habitação...

Regularmente, quando o confronto nesta Assembleia sobre o facto de não existir estratégia para a habitação (para além da que está no papel e que apenas serviu para o acesso ao 1º direito), o Sr. Presidente responde:

Que se trata de um problema transversal a todo o país, e

Que somos dos Concelhos onde são emitidas mais licenças de construção...

E aqui reside o problema...

É que o problema da habitação em Leiria, conforme já aqui lho disse, não é a falta de construção, nem tão pouco a falta de oferta....

O problema da habitação em Leiria reside também no facto de os poucos proprietários dos prédios da zona histórica os deixarem devolutos, por interesses económicos...

O problema da habitação em Leiria reside no facto dos Leirienses não terem dinheiro que lhes permita comprar e/ou arrendar casa,

E esta é a verdadeira razão, não é falta de oferta que condiciona o acesso à habitação em Leiria, é sim a especulação imobiliária.

É venderem-se T3 em Leiria por € 600.000,00 e € 800.000,00

É arrendarem-se T2 a € 800 e 1000€ por mês... Este é o problema...

Por quanto acha que irão ser vendidos os T2 ou T3 nas dezenas, se não centenas, de apartamentos que irão ser construídos na nova leiria junto aos hotéis de 5 estrelas?

Sabe o valor pelo qual se arrenda um T3 nos capuchos e em Santa Clara?

Eles existem quer para venda quer para arrendamento, não estão é acessíveis à maior parte dos Leirienses.

Exigia-se, pois, também a criação de uma bolsa de arrendamento de prédios do município a preços acessíveis e controlados, exigia-se o aproveitamento dos edifícios da câmara devolutos, exigia-se mais uma vez uma proatividade da Câmara que não existe...

E aqui termino como comecei... como a 4ª região do País com maior poder de compra, dados do INE de 2021... dados calculados com base no parque automóvel, crédito a habitação e IMT...

Trocado por miúdos, somos... enfim... a 4ª região do país onde mais uso se faz do automóvel por falta de oferta pública de transportes e somos a 4ª região do país onde, para se comprar casa, maior valor de crédito bancário se pede.

É este o estado do Concelho... um concelho onde não existem soluções para habitação, saúde, educação e transportes.

Um concelho onde se oferece à iniciativa privada a gestão dos verdadeiros serviços de interesse estratégico municipal...

Um concelho amorfo, sem ambição, sem visão estratégica, e acima de tudo, sem vontade política... E assim parece que iremos continuar.... Disse."

Intervenção do senhor deputado Manuel Carreira - CDS-PP/MPT

Transcrição:

"Então muito boa noite a todos.

Deus perdoa sempre, o ser humano às vezes, a natureza nunca.

Exmo. senhor Presidente e todos os presentes e a todos os que se interessam das causas da ecologia, do humanismo e da educação. A nossa cidade é uma cidade maravilhosa, uma cidade linda e quem a viu sobretudo só nestes últimos 20 anos, como eu, é bom ver a maravilha que nós vamos vendo, os edifícios que se vão restaurando, a natureza, mas temos todos muito ainda que fazer e o CDS e o Partido da Terra têm como sentido longitudinal sobretudo a visão do mundo em termos de ecologia e humanismo não podem deixar de se agarrar, não se vão agarrar a pequeninas coisas embora as pequeninas coisas é que constroem juntas as grandes e uma das coisas que mais do que avaliar seria gostar de ver era o investimento na educação e na educação nós vemos milhões para a escola, milhões para isto, mas não vemos nada ou muito pouco para a formação das pessoas, para a formação dos alunos, para espaços mais recreativos, para a valorização dos professores não apenas naquilo que nós vemos politicamente em termos daquilo que é mais anos, 6 anos, 6 dias. Gostaríamos de ver pessoas com autoridade, gostaríamos de ver pessoas sem medo a lecionar, a educar, a gostar daquilo que João de Deus, criador dos jardins-escola João de Deus e do pai dele criador da cartilha maternal, também João de Deus, a dizer que há duas coisas fundamentais na educação e penso que temos que caminhar muito para aí, escrever e ler. Se sabemos escrever e ler tudo o resto pode vir, sendo crianças, sobretudo, brincar e nós precisamos de muito espaços para brincar e de bons educadores a brincar



com eles e ajudá-los nos recreios. Gostaria ainda de deixar um outro aspeto importante relacionado com a educação que seria aquilo que eu chamaria a educação mental e a saúde mental. Falamos dos nossos hospitais, e eu trabalho há 20 anos nos hospitais, e eu acho que mais do que as estruturas a saúde mental que, felizmente, com a pandemia começou a manifestar ser uma das prioridades do ser humano de hoje, temos muito a fazer e se a crítica vai frequentemente para esta Câmara iria o mesmo para as outras e não é por ser apenas de um partido ou de outro é um bocadinho o espírito do ser humano que corre nos tempos de hoje é, de facto, demasiada festa. Todos nós estamos neste momento já a assistir àquilo que é o Natal na cidade e nós não imaginamos o sofrimento que isto provoca a muita gente. Se por um lado há uma euforia muito grande e muita gente participa e há muitas associações, instituições que é ótimo, mas nós não imaginamos aquilo que é o aumento de depressão, o aumento de ansiedade e aquilo que é as nossas consultas de saúde mental, isto é pesado e, portanto, trago esta reflexão como das coisas importantes aquilo que em língua inglesa diríamos o "Christmas blue", ou seja, quanto mais euforia mais disforia, ou seja, a depressão é profunda nestas fases e esta reflexão tem que nos valer hoje, amanhã, longitudinalmente, independentemente de partidos ou de legislaturas. A saúde mental é alguma coisa que se manifesta no bom e no mau depois de muito tempo, nós, neste momento, por exemplo, estamos a começar a sentir alguns dos efeitos do chamado covid longo, são coisas muito graves, pessoas que definitivamente não vão conseguir ter uma vida saudável física e, sobretudo, mentalmente sobretudo, neste caso, pensando nos jovens e isto é uma reflexão que trago a esta Assembleia.

Aproveito para mais do que avaliar aquilo que vemos na nossa cidade, que é maravilhoso do ponto de vista cultural, do ponto de vista desportivo, eu acho que é extraordinário essa parte, deixaria algum desafio que é continuarmos a plantar árvores, mas plantar árvores não do modo que se tem feito e não vou dar o exemplo do Pinhal de Leiria vou dar exemplos dentro da nossa cidade, junto à ponte 2004, durante 20 anos já se fizeram 3 plantações, uma delas com 2 mil árvores, fotografias maravilhosas de crianças. Da 1ª plantação penso que não existe nenhuma árvore, da 2ª plantação talvez haja alguma, na 3ª puseram tubos ou canudos, não sei bem como é que se chama, para proteger as árvores, metade dos tubos foram para a Vieira, a água encarregou-se de os levar, outra metade foram levados para o lixo e ficamos a ver árvores por um canudo, ou seja, uma poluição imensa, não há uma árvore nesses tubos, ficamos a ver árvores por um canudo. Isto leva-nos a pensar que muitas vezes o nosso investimento tem que ser, eu vou usar aqui uma expressão linguística que seria "fazer um filho é um prazer, educar é uma arte, voar com ele é um desafio". As árvores são assim e temos aqui uma exposição fora que nos mostra o embondeiro que é um bom exemplo disso, portanto, é um desafio que nós temos em relação às árvores que não é plantá-las é sobretudo cuidá-las, é sobretudo desafiarmo-nos a crescer com elas e,

portanto, gostaria que as próximas plantações de árvores no nosso Polis fossem vistas nessa perspetiva, fossem avaliadas nesta Assembleia, as que ficam, para não ficarmos a ver árvores por um canudo.

Finalmente, gostava também de ver mais do que avaliar o presente mais ciclovias, a nossa saúde mental tem melhorado e tem que melhorar muito também a esse nível no exercício físico, não temos tantos problemas nos nossos hospitais, as urgências se calhar até podem fechar às vezes um bocadinho mais se nós para além de outras melhorias a nível de saúde cuidarmos muito da nossa saúde do ponto de vista físico, do ponto de vista mental, do ponto de vista relacional e, se calhar, uma ciclovia até às Cortes, se calhar chegaria até às Fontes também e até ao mar levar-nos-ia a horizontes maravilhosos porque o mar ainda é de todos nós. Obrigado.”

Intervenção do senhor deputado Hugo Morgado - CHEGA

Transcrição:

“Boa noite. Cumprimentar o senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhor Presidente do Executivo e nas suas pessoas cumprimentar todos os presentes.

Eu estava a ouvir a intervenção do senhor Presidente e às tantas estive para interpelar a Mesa para perguntar se ainda estávamos a falar mesmo de Leiria, fiquei na dúvida, espero que sim e se for outra Leiria quero mudar para aí porque realmente tudo parecia ilídico. Em vez, em vez de vir aqui falar daquilo que eu penso para o concelho de Leiria, que depois viria eventualmente a guarda de honra socialista dizer que somos alarmistas, que somos isto e aquilo, venho dizer aquilo que Leiria pensa sobre o concelho de Leiria e vamos começar por uma notícia do Jornal de Leiria de 26/10/2023 em que em 2 anos o município fez 20 contratos nas áreas de comunicação e marketing cujos montantes ultrapassam os 400 mil euros e o que é que isto nos diz? Diz-nos que estamos perante um município de aparências e prioridades trocadas, procura focar as pessoas nos projetores enquanto aquilo que importa vai ficando para trás nas sombras. O problema é que as pessoas começam a olhar para a sombra e a perceber tudo o que estão a perder e que efetivamente o rei vai nu, é este o problema de governar para as aparências, para os rankings, com base em marketing e comunicação, mais tarde ou mais cedo as pessoas são confrontadas com a dura realidade. Podem gastar milhares, como têm gasto, de euros dos contribuintes em comunicação e imagem aquilo que não podem e não conseguem fazer é esconder a realidade para sempre principalmente quando esta bate de frente com os leirienses, trata-se de um município que prioriza o parecer ao invés de o ser.

Segurança, outra notícia do Jornal de Leiria em que o senhor Presidente diz “...o que mais me assusta é que Leiria perca a imagem de cidade segura...” Ao contrário do senhor Presidente, aquilo que ao CHEGA mais preocupa e aos leirienses não é que Leiria perca a imagem de cidade segura, de cidade segura, mas que deixe efetivamente de ser uma cidade



segura. Numa Assembleia anterior expressei preocupações sobre a segurança na cidade de Leiria, inclusive no seguimento de episódios de violência em estabelecimentos de diversão noturna, preocupações aliás partilhadas pelas pessoas, inclusive por comerciantes, e disse aqui que Leiria ainda é uma cidade segura, mas com foco no ainda, meu Deus, fui acusado disto, daquilo, de ser alarmista, de ser mais não sei o quê, felizmente, na Assembleia seguinte foram aqui trazidos dados retirados do RASI, do Relatório Anual de Segurança Interna, e não do www.portugal.PS que indicam efetivamente o aumento da criminalidade no distrito de Leiria e no concelho e isso sim preocupa-nos.

Outra das coisas que os leirienses vão perdendo na sombra dos projetores é o acesso aos cuidados de saúde sejam eles primários ou das urgências hospitalares. Ainda esta semana tivemos uma manifestação, em que o CHEGA esteve lá presente, junto à extensão de saúde dos Milagres reclamando pela falta de médicos. Nas palavras da população pretendiam gritar por socorro devido ao desespero, palavras das pessoas. Eu tenho andado a fazer um périplo por todas as freguesias do concelho e realmente a situação está insustentável, antigamente dizíamos que esta ou aquela freguesia não tinham médicos agora é mais fácil de dizer as que têm médicos e perante isto o que é que o senhor Presidente faz? Atira a toalha ao chão e diz aos leirienses que têm de se habituar a não ter médico e a chegar ao centro de saúde e estar o centro de saúde fechado. Quando os problemas são sérios, graves e afetam aquilo que mais importante nós temos que é a nossa saúde e dos nossos o que é que o senhor Presidente faz? Atira a toalha ao chão dizendo, entre outras justificações, não posso fazer nada, não sou médico. Ora, em última instância esta justificação resolve e iliba o município de vários problemas, por exemplo, o senhor Presidente deduzo que não seja bombeiro está o problema dos incêndios resolvidos, não é canalizador está o problema das inundações resolvidos. Serve para quase tudo só não serve para os leirienses, mas o problema não é só no acesso aos cuidados de saúde primários porque, por exemplo, à hora que aqui estamos uma grávida que queira dar à luz tem de fazer 80 Km de distância, tem de viajar 1 hora para ir a Coimbra dar á luz, isto na capital de distrito e se isto não nos envergonha a todos não sei o que é que nos envergonha e não, não é uma situação pontual, não é uma situação excecional é cada vez mais a regra, talvez seja isto que os socialistas chamam de rotatividade, ora está fechado, ora está encerrado com a agravante, com a agravante de que a falência dos serviços de urgência do Hospital de Leiria colocam em risco outras instituições como é o caso dos bombeiros diminuindo, reduzindo a capacidade de resposta dos mesmos. Mais uma vez não sou eu que o digo é o próprio Presidente da Associação Humanitária dos Bombeiros passo a citar "...estamos a ser trucidados. É raro o dia em que não há serviços de urgência fechados em Leiria obrigando a deslocações constantes a Coimbra ou à Figueira da Foz...". Fecho do serviço de urgências reduz a

capacidade de resposta dos bombeiros, não é esta malta populista que o diz é Leiria, são os jornais de Leiria.

Para terminar, já aqui foi abordada a questão do trânsito, passo a ler também "...alerta vermelho no trânsito em Leiria...", quase me atrevia a dizer que não é meramente um alerta vermelho é um cartão vermelho ao Executivo porque ao mesmo tempo que procuramos descentralizar o país assistimos a uma maior centralização do concelho de Leiria na cidade, isto traz, evidentemente, notórios e graves problemas, nomeadamente ao nível da mobilidade. Têm-se feito obras e intervenções, gasto muito dinheiro como aqui foi trazido, mas o certo é que o trânsito está cada vez mais caótico, chama-lhe o Executivo "dores de crescimento". Uma cidade não tem dores de crescimento, tem planeamento ou não tem planeamento. Aquilo que o Executivo chama de dores de crescimento nesta e noutras situações é na verdade falta de planeamento e visão estratégica de futuro para o concelho, uma navegação à vista se quisermos, porque os problemas de hoje não se resolvem amanhã resolvem-se ontem com planeamento. Muito obrigado."

Intervenção do senhor deputado Carlos Poço - PSD

Transcrição:

"Senhor Presidente da Assembleia Municipal,

Senhor Presidente da Câmara Municipal,

Senhoras e senhores deputados,

A todos que nos acompanham aqui e nas redes sociais,

Senhoras e senhores jornalistas,

No cumprimento do regimento estamos aqui hoje a fazer a avaliação do estado do concelho, decorridos dois anos deste mandato. Estamos a meio do mandato e, portanto, já há condições para se fazer uma avaliação e uma perspetiva do que será o concelho com esta gestão. Estamos a falar de um executivo com maioria absoluta e também na Assembleia Municipal, com todas as condições políticas e financeiras para poderem imprimir uma dinâmica de desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida no concelho. Todos ansiamos por ela.

Ainda estamos a tempo de corrigir algumas decisões e seguir pelo caminho do desenvolvimento e bem-estar.

Esta câmara municipal com o apoio desta Assembleia tem toda a legitimidade e condições de executar o programa que apresentaram ao eleitorado que votou de forma expressiva no PS.

Cabe-nos no nobre papel de oposição aqui na Assembleia Municipal fiscalizar e acompanhar a gestão do município e apresentarmo-nos como alternativa democrática.

Não temos qualquer dúvida que o programa a ser implementado é o que foi sufragado nas urnas para o mandato e é sobre ele que fazemos o balanço de dois anos.

Já tivemos oportunidade de ler o documento editado e produzido pelo Município a propósito deste tema. O design gráfico foi executado por uma pequena empresa em "cowork" nos Capuchos, mas a impressão foi feita no concelho da Batalha. Fica aqui o desafio para que Leiria no futuro seja mais competitivo em trabalhos gráficos para que os trabalhos do município possam ser executados em gráficas no concelho de Leiria.

Constatamos pela leitura do balanço de meio mandato que foram "dois anos de Paixão por Leiria". Assim se justifica a forte animação da cidade sempre em festa.

Nesta avaliação do estado do concelho vamos então analisar o que foram os compromissos e o estado em que estão. Para isso vamos naturalmente recordar em traços gerais o que se propôs fazer o executivo, com o apoio do documento referido:

- *Primeiro eixo – "Futuro Sustentável", em que se inscrevem a Mobilidade, A Habitação, o Ambiente e a Economia.*
- *Segundo eixo – Qualidade de Vida, com inclusão da Saúde, a Qualificação, a Cultura e o Desporto."*

Mas a proposta é mais detalhada:

1. Resolver definitivamente o problema dos efluentes suinícolas e requalificação da bacia do Lis;

Este problema, já o dissemos, é da exclusiva competência do poder central, Ministério do Ambiente e da Economia.

Tratando-se de um problema de vital importância para a qualidade de vida do concelho é obrigação do Município tudo fazer para encontrar soluções que não se têm encontrado há décadas.

Mas anunciar como RESOLVIDO por "ter sido apresentados dois projetos, com investimento privado, que vão transformar os efluentes agropecuários em bio metano, fertilizantes e água para rega e combate a incêndios" é realmente preciso ter muita confiança e fé.

Sabemos que um dos projetos tem acordos com a Associação de suinicultores, mas o outro não. Haverá efluentes para os dois operadores? E será mesmo solução para o grande problema dos efluentes? Quando? É este o grande anúncio do meio do mandato.

No final do mandato estarão os privados a operar de forma a ter o problema dos efluentes resolvido?

E a bacia hidrográfica do LIZ estará recomposta?

Temos de esperar para ver. Duvidamos que seja ainda neste mandato.

Já que falamos de efluentes devemos também abordar o problema da água tão escassa no verão em todo o país. E merece o nosso respeito pois é do conhecimento de todos a questão climática que nos compromete a todos e é um problema muito sério.

O que está a ser feito para se deixar de perder quase 40% de água tratada?

São desperdiçados 4 milhões de metros cúbicos!

É também uma questão económica para os leirienses, porque estas perdas são pagas pelos municípios e a sua resolução seria uma forma de reduzir o preço da água e dos efluentes.

2. Melhorar a mobilidade, com mais e melhor estacionamento, periférico, e transportes escolares e urbanos não poluentes e com horários atrativos e mais ciclovias, numa perspetiva concelhia e não apenas urbana;

Decorridos dois anos de mandato estamos muito pior e não vemos qualquer medida implementada. Um parque de estacionamento nas Olhalvas, junto ao Hospital, muito importante, reconhecemos. Mas é provisório!

Melhorar a mobilidade com mais e melhor estacionamento periférico também é contribuir para a descarbonização. Mas onde estão os outros?

"Transportes escolares e urbanos não poluentes"

A oferta de mais transportes públicos, mesmo com autocarros poluentes, permitindo que as populações os possam usar é muito melhor contributo para o ambiente do que manter a quantidade de automóveis a dirigirem-se para a cidade por falta de alternativa.

Os cidadãos desesperam em filas de trânsito e na procura de estacionamento.

Não são proporcionados transportes públicos em rotas e frequência que respondam às necessidades dos potenciais utilizadores.

A Câmara sente-se confortável com esta situação? O que está planeado fazer nos dois anos que restam?

Não são conhecidas medidas estruturais de mobilidade. Está prevista a construção de um Terminal Rodoviário, provisório, para os transportes públicos numa zona desportiva que ficará irremediavelmente comprometida.

A cada dia que passa nota-se a cada vez maior dificuldade de circular na cidade, obrigatoriamente de automóvel

3. Atrair residentes ao concelho, com mais habitação, a preços controlados e renovada ou construída sob critérios de sustentabilidade e de promoção da vivência comunitária;"

Leiria atraiu efetivamente mais residentes, mas não foi por ter oferta de habitação a preços aceitáveis. Foi pelo facto de ter um tecido empresarial com oferta de emprego. Tecido empresarial privado que cria emprego, apesar da falta de atratividade disponibilizada pelo município que nada faz por isso. Mas insiste em manter as taxas de derrama no valor mais elevado permitido por lei e não criar qualquer incentivo à instalação de empresas, nem que fossem parques empresariais há muito previstos no PDM.

Não promove uma relação nada amistosa com a economia.

O que foi feito pela autarquia para que haja mais habitação a preços controlados? O que foi feito para controlar o preço da habitação a oferecer no concelho? E quais foram os

critérios estabelecidos para que a construção no concelho obedeça a critérios de sustentabilidade?

A atração de pessoas ao concelho não poderá ser apenas pela via de habitação a preços controlados. Não há no concelho habitação disponível em número suficiente para a procura e esta é uma razão para que os preços se ajustem em alta à falta de oferta.

O concelho mais verde e amigo do ambiente.

"A melhoria da qualidade do ambiente está entre as prioridades do Município", cito.

O investimento feito no parque verde da cidade segundo sabemos foi um investimento privado por contrapartida de um loteamento. Não foi investimento direto do Município, embora esteja ao serviço da população. Aplaudimos estas iniciativas, mas não devemos fazer crer que é investimento do município.

Houve outros investimentos feitos pelo Município, mas não o suficiente para considerar que representam uma preocupação deste executivo.

4. "Apoiar a instalação no concelho de empresas criadoras de emprego qualificado"

Aqui está uma grande questão.

O que foi feito?

Há zonas industriais infraestruturadas para instalação de empresas industriais? Não.

Mas estão previstas no PDM várias zonas no concelho para esse fim industrial desde a criação do PDM. Mas não estão infraestruturadas nem disponíveis para instalação de novos projetos.

As coisas não aparecem feitas se não se fizer por isso e cabe à autarquia promover a criação de parques industriais em condições atrativas, e competitivas.

Qual o ponto de situação da zona industrial de Monte Redondo? Qual é a ideia da autarquia para esta zona? Qual é o projeto mobilizador ou âncora?

O concelho tem de ser atrativo para projetos empresariais e competir com outros concelhos para que não sejam instalados noutros.

Projetos diversificados para o concelho são necessários, mas é preciso oferecer mais condições de competitividade.

O que foi feito nestes dois anos de mandato para cumprir este compromisso?

Não conseguimos ver NADA.

Já aqui deixámos algumas sugestões de políticas para atração de empresas criadoras de emprego qualificado. De nada serviram, mas entendemos que o programa político é da vossa responsabilidade, por isso não faz sentido continuar a apresentar propostas.

5. "Assumir a Cultura e o Desporto como fatores de coesão social."

A política de cultura foi a menos desastrosa desta maioria, mas poderia ter sido melhor.

O desporto pode ser um fator de coesão social, mas com uma política de melhor coordenação e oferta.

Desenvolvimento Social

Não tinha qualquer destaque no programa eleitoral desta maioria a referência à área social e de apoio aos mais idosos.

Mas no documento de balanço feito pelo município é dito que apoiam mais de 2.000 pessoas (1,5% da população) e mais de 1.000 famílias (cerca de 2,3% da população).

O município tem 128.603 habitantes (censos de 2021) dos quais estimamos mais de 50 mil idosos.

Grande parte dos idosos confrontam-se diariamente com dificuldades de mobilidade, acesso à saúde, falta de conforto na habitação, dificuldades económicas para aceder a alguns bens de conforto. E mais não refiro no que se refere às dificuldades de uma parte significativa dos idosos.

Mas a área social tem muitas mais valências onde o município pode e deve apoiar.

Senhor Presidente da Câmara,

O PSD não se revê no balanço nem nas políticas deste executivo como é natural, mas o que não é natural é que o executivo não execute o programa com que se comprometeu com PAIXÃO e que foi votado com larga maioria. Não defraude mais os seus eleitores.

UM CONCELHO AMIGO DAS FAMILIAS?

- Os problemas da bacia hidrográfica do Liz a aguardar uma solução de empresas privadas;*
- Não tem uma rede de transportes urbanos que sirva a população, com frequência e circuitos aceitáveis, sem um plano de mobilidade que satisfaça as populações;*
- Parques fotovoltaicos licenciados junto aos aglomerados populacionais, destruindo importantes áreas florestais;*
- Viabiliza a exploração de inertes junto a aglomerados populacionais;*
- Um trânsito cada vez mais caótico sem qualquer perspetiva de melhoria;*
- Creches e escolas sobrelotadas e sem vagas;*
- Não construiu uma única habitação no parque público habitacional;*
- Não colocou no mercado nenhum parque empresarial nos dois anos de mandato nem nos doze anteriores de maioria PS;*

Um concelho AMIGO DAS FAMILIAS, que:

- . Arrecada 42M€ em impostos e taxas por ano;*
- . Não prescinde um cêntimo de IRS das famílias, nem das empresas criadoras de emprego pela via da derrama;*
- . Tem excedente orçamental, mas não cumpre as promessas*
- . Gasta 4,2M€ em eventos e festas.*

Muito obrigado.”

Intervenção do senhor deputado Acácio de Sousa - PS

Transcrição:

*"Senhor Presidente da Assembleia Municipal e na sua pessoa todos os deputados e deputadas municipais, assim como os presidentes de Juntas e Uniões de Freguesia;
Senhor Presidente da Câmara e na sua pessoa todos os vereadores e vereadoras;
Municípios aqui presentes e ao que nos acompanham online;
Equipas de apoio a esta sessão, boa noite*

Tinha preparado umas palavras para ler, mas perante o que fui ouvindo aos senhores deputados municipais que me antecederam, terei que fazer antes alguns comentários face à minha surpresa.

Começo pelo sr. deputado João Luis Silva, da Iniciativa Liberal, que me criou logo a dúvida se estaria a intervir nesta Assembleia Municipal, ou na Assembleia da República, face ao programa que apresentou que mais se coaduna com um programa nacional e não autárquico. Quando fala em reformas profundas da política autárquica, fico sem perceber onde entram elas nos vários setores que apresentou.

Acusou o Partido Socialista de olhar para a saúde numa perspetiva ideológica, pois digo-lhe que ainda bem que há essa perspetiva. Se os partidos não tivessem ideias diferenciadas para a aplicação de políticas, teríamos, apenas pessoas diferentes na política, mas não valia a pena haver partidos. Ainda bem que há ideologias.

No entanto, fiquei sem perceber quais as competências que entende que a Câmara deve ter para reorganizar o SNS ou para intervir no Centro Hospitalar. Aqui também se colou o sr. deputado do chega com um discurso muito próximo e que o sr presidente da Câmara atirou a toalha ao chão. Por um lado, a Câmara tem tomado medidas que lhes são possíveis tomar, é só acompanhar aquilo que é anunciado, por outro não se percebe onde estão as competências da Câmara para outra intervenção nestes setores.

Do mesmo modo, quanto à Educação, qual a intervenção que a Câmara pode ter na organização das Escolas? Quanto à habitação, ficou por esclarecer se pretende a criação de uma bolsa de um parque habitacional público, como pareceu e é uma ideia que prezo muito, ou apenas o investimento privado, coisa própria da perspetiva liberal.

Já quanto à Cultura, sr. deputado, os agentes culturais que de alguma forma recebem apoio da Câmara, fazem-no através de contratos. A Câmara compra serviços e exige qualidade, além de outros critérios, garantindo a contrapartida e o incentivo. Não há subsídio dependentes, com subsídios de mão estendida. E as empresas dedicadas à chamada indústria da cultura têm também o seu espaço de atuação como se tem visto. Em Leiria, tanto estas empresas como o tecido associativo têm mostrado que sabem trabalhar com iniciativas e artistas de alta qualidade.

Por fim, permita-se uma sugestão para uma coisa que disse, que quero crer que será um lapso, mas grave, ao associar contas certas com roubo. Valerá a pena ver o que é o conceito jurídico de roubo, ou mesmo quanto à semântica.

Já a sra. deputada Joana Cartaxo, do PCP vê tudo pelo pior. Nada está bem, sra. deputada? Teve uma intervenção aparentemente ideológica, mas eu diria que se trata de mera oposição a tudo e não mais do que isso, feita de forma desajustada à realidade. Isto porque mantém sempre como constante o perigo do capital e não da sua distribuição em função do trabalho e do investimento. Três reparos em particular: quer a intervenção da Câmara nas Termas de Monte Real, mas as termas são privadas, como fazer? Quer a intervenção da Câmara no Pinhal de Leiria, mas nem a autarquia tem as competências para isso, como o Pinhal de Leiria fica, na maior parte, noutra concelho; falou em escassez de refeições nas escolas. Escassez, Sra. deputada? Isso é grave, sendo verdade só terá que denunciar os casos de forma concreta.

Mas enquanto o PCP vê tudo pelo pior, o Bloco de Esquerda aponta aos bons índices de poder de compra no concelho, apesar de os associar aos automóveis e outras coisas. O sr deputado Manuel Azenha já não está e não estando não vou questionar, mas acabou a concluir, não sei como, que estamos num concelho pobre e sem ambição.

O Chega confunde a opinião de Leiria com a dos jornais. Sr. deputado, os jornais têm o papel informativo e de questionar, o que farão, mas não o fazem em nome Leiria, pois esta é muito heterogénea com múltiplas opiniões.

Por fim, o PSD diz através do sr. deputado que em dois anos não viu nada de novo! Não viu nada? Que não há desenvolvimento nenhuma, mas então como aparecem os rankings já aqui apontados pelo sr. presidente, elaborados por entidades insuspeitas? Apenas tentou inverter as razões e a titularidade de várias iniciativas quanto à execução da política autárquica.

Quanto ao mais, talvez seja melhor, então, de passar ao que trazia.

Falando do estado do concelho, gostaria de ter em conta que os Srs. deputados da Oposição, podendo ser críticos, terão a oportunidade de mostrar o que pensam para o bem-estar dos munícipes de Leiria sem fazerem, apenas, guerrilha tumultuosa ou em apresentação de programas eleitorais para as legislativas. No concelho de Leiria, a população também sabe avaliar as propostas políticas de cada um. Penso que também não discordam.

Face ao estado do concelho e à política municipal da atual Câmara socialista, o que temos? O Sr. presidente da Câmara já mostrou e vou acentuar apenas algumas.

- Um mandato que tem primado, nestes dois anos, pela execução daquilo a que se propôs no programa eleitoral, indo bem mais além. Do 1º ano já falámos no ano passado, foi de preparação para o arranque da execução das prioridades apresentadas.

-mesmo com as vicissitudes inesperadas, quanto ao rescaldo da pandemia... confirma-se que foi superado, na comunidade leiriense, de forma extraordinária, não valendo a pena voltar a apresentá-la como argumento; mas também, o impacto das guerras Ucrânia e

Médio Oriente, com fortíssimo impacto nacional e na região, tem levado a uma política autárquica constante no apoio económico e social aos munícipes

- É notável a avaliação de Leiria, como já foi mostrado, por exemplo pela DECO, como 2ª melhor capital de distrito com qualidade de vida; ou a CCDRC a escalonar Leiria como o concelho da Região Centro com mais empresas Gazela, ou ainda a Bloom Consulting a colocar o concelho em 6º lugar do país para fazer negócios, ou a ser a 7ª cidade onde melhor se vive. Apontar ao Futuro sustentável e à qualidade de vida eram os dois grandes eixos do programa eleitoral e os resultados veem-se.

- São inúmeras as realizações deste Executivo camarário, e V. Ex^{as} poderão consultar nos diversos suportes dos quais agora reclamam, mas que não só lhes dão a informação que pretendem saber, como são fulcrais para a promoção do concelho, ou será que Leiria deve continuar sempre na penumbra?

- Não é possível enumerar aqui tudo, mas aponto de forma muito singela, apenas, algumas situações. A 1ª grande prioridade era a resolução do ancestral problema dos efluentes suinícolas e a conseqüente despoluição da bacia do Lis. Está a caminho com a receção de projetos para um central de biometano e com o acordo de todas as partes envolvidas. Com certeza os investidores já fizeram o seu estudo sobre a rentabilização do investimento, se não, não avançariam; está resolvido outro antigo problema, que era a aquisição de terrenos para o parque industrial de Monte Redondo; foi feita a renovação do mercado municipal que passou a ter uma inusitada afluência de compradores; foi construído o pavilhão inclusivo das Cortes; está em marcha a aposta em Centros de Saúde de grande importância para as freguesias. Já o parque escolar tem em curso uma reabilitação modelar de escolas que há muito necessitavam dessa requalificação, e fica solucionado o problema do Centro Escolar dos Marrazes, para além da afirmação do conceito de Concelho Educador com um Projeto Educativo Municipal exemplar. A aposta numa política cultural que promova a qualidade, motive os agentes e chame público é uma realidade visível também no reconhecimento como Cidade Criativa da Música, nos apoios aos agentes culturais, nas obras no novo centro de artes Villa Portela e muito mais. Também no desporto, graças ao associativismo desportivo, mas também ao incentivo dado pela autarquia, não foi por acaso que Leiria foi a melhor das Cidades Europeias do Desporto. Entre tudo isto, não podemos esquecer os já referidos apoios a quem num momento ou outro precisa, como o Fundo de Emergência Social. Já a assunção positiva da transferência de competências do Estado para a autarquia, depois de bem ponderadas, veio mostrar uma nova eficácia de proximidade no que toca às necessidades de apoio às escolas, aos equipamentos de saúde primária e IPSS. O apoio às necessidades das freguesias é notável, com a possibilidade de serem as Juntas a gerirem as necessidades diárias mais prementes das comunidades, através do entendimento na elaboração de contratos interadministrativos. Tudo isto cabe em políticas

de descentralização e não de centralização de poderes, descentralização que é própria de uma visão socialista ou vá lá, genuinamente social-democrata, da sociedade. Não deixo de lembrar outro sinal de proximidade também dado com a "Câmara aberta" com reuniões do Executivo em várias freguesias, ou, visto que os SMAS cabem no universo municipal, da aposta na continuidade progressiva no saneamento básico e na drenagem de águas pluviais com a requalificação de trechos obsoletos. Muito mais se poderia dizer, mas para responder em especialidade, alguns companheiros/camaradas de bancada fá-lo-ão.

- Naturalmente, há situações ou propostas que nem sempre são unânimes entre partidos ou entre os cidadãos, o que é normal, mas a Câmara tem-se vindo a disponibilizar para a auscultação e discussões públicas. Por outro lado, há setores onde todos desejamos melhorias, mas várias ultrapassam aquilo que o Executivo pode fazer. Por ex.: nos SMAS, devem-se contrariar as perdas de água, o que tem sido feito, mas nunca se evitará a perda a 100%; as taxas de execução orçamental não serão as que desejamos, mas a execução do que está planeado fica sujeito a inúmeros fatores externos imponderáveis que são sempre aqui muito bem explicados pelo sr. presidente.

- Estamos a meio do mandato e o que foi feito impele-nos a olhar para o futuro e não só discutir o passado.

- Na gestão de um território como o concelho de Leiria nunca deixam de surgir coisas urgentes a fazer. A rede de transportes públicos, verde, cómoda e eficaz no que toca, muito em particular, ao apoio aos alunos que vêm de fora para as escolas e que, com a fluidez de circulação, seja igualmente uma alternativa atraente ao transporte privado, é um dossier que está em revisão permanente, mas é uma urgência que todos gostaríamos de ter rapidamente, só que nem tudo pode acontecer num ápice. Por outro lado, estamos seguros que iremos continuar a confirmar o reforço da constante da requalificação urbana das freguesias, como queremos cada vez mais e melhores condições efetivas para a captação de investimento tecnológico de alto valor. E estamos certos que a Câmara criará condições para investimentos infraestruturais decisivos, levando todo o concelho a preparar-se para sabermos entender o que nos deve tocar como requalificação/readaptação da Linha do Oeste em complementaridade com a Alta Velocidade, para além da questão de um pavilhão desportivo na cidade e da Central Rodoviária. Tudo isto são dossiers que teremos em cima da mesa num futuro próximo e que a Câmara está já a acautelar, tal como está a saber fazer a gestão de um território multicultural, que passa pela integração assente na equidade de direitos e deveres, no trabalho, na habitação e no bem-estar que se quer com uma visão sempre inovadora e de antecipação e não de reação;

Leiria continuará a ser um polo de atração, tanto para jovens portugueses como para grupos de outras comunidades e a multiculturalidade será cada vez mais evidente querendo crer que em Leiria a verdadeira interculturalidade começa no extraordinário trabalho das

escolas e vai além da "troca de experiências" técnicas, "jornadas de trabalho" e coisas do género, muito mediáticas, muito fotogénicas, mas, por vezes, assentes numa muita nociva estranheza ou "curiosidade" pelo "outro". A interculturalidade crescente em Leiria deve-se tornar numa normalidade democrática que saiba encarar com essa mesma normalidade e universalidade de atuação, tanto as zonas de conflito como as zonas de cooperação.

É, precisamente, a relação entre o conforto e o ambiente social e ecológico que nos interessará a todos. Será isto a sustentabilidade desejada para futuro. Dentro das suas competências e dentro da sua área de influência dialogante, quando as competências são de terceiros, a Câmara tem sabido estar e transmite confiança para o estado do concelho no futuro.

Disse. Obrigado."

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** iniciou a 2ª ronda dando a palavra aos senhores deputado que se inscreveram.

Intervenção da senhora deputada Eugénia Costa – PSD

Transcrição:

"Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal permita-me que em seu nome cumprimente todos os participantes nesta assembleia, senhor presidente da Câmara, senhores vereadores, presidentes de juntas de freguesia, estimados Deputados, tradutores em língua gestual, equipa de apoio técnico, comunicação social e os que nos acompanham à distância, a todos muito boa noite.

As cidades que valorizam a tranquilidade dos seus munícipes, a capacidade de comunicação, participação e acessibilidade, tornam-se mais sociáveis e produtivas, em todos os sentidos, contribuindo para a elevação do índice de saúde e bem-estar de todos. O ruído e o sono desajustado estão associados a uma série de problemas de saúde, incluindo fadiga, irritabilidade e dificuldades cognitivas. Ao ruído também são associados problemas cardiovasculares, como hipertensão arterial, distúrbios metabólicos, como diabetes e até problemas psicológicos, como a ansiedade e depressão.

Considerando os queixumes que continuam a avolumar-se, o que foi feito de concreto para eliminar o ruído noturno e dissuadir os seus promotores, tais como bares noturnos e outros locais de animação noturna? Existe uma política de fiscalização e inspeções regulares para garantir o cumprimento das regulamentações, aplicando coimas ou outras sanções aos prevaricadores? São implementadas orientações sobre boas práticas para reduzir o ruído? A vigilância informal e formal nas zonas mais problemáticas da cidade, de modo a afiançar a segurança dos seus utentes, numa perspetiva de redução da criminalidade adaptou-se às novas circunstâncias e aumento populacional em Leiria?

Por outro lado, no tráfego urbano leiriense, é cada vez mais notório o excesso de veículos e congestionamentos que, inevitavelmente, condicionam o desempenho dos sistemas de

transportes coletivos, causando impactos negativos diversos no ambiente e na vida quotidiana dos munícipes. Cabe-me destacar aqui, os atrasos e falta de pontualidade na chegada dos estudantes às escolas, tornando-se pertinente cada vez mais, a existência de miniautocarros escolares de proximidade, como já sugerido em intervenções anteriores. Decerto que esta solução será mais ajustada e coerente do que a resposta dada, recentemente, pelo município a estudantes do ensino superior: «andem a pé».

São necessárias estratégias de implementação intermodal nos sistemas de mobilidade urbana, com ajustada interligação e coordenação entre si, bem como a promulgação do sistema de bilhética, com bilhete único.

O sucesso destas medidas dependerá também do aumento de parques de estacionamento periféricos de forma a minimizar parte dos contratempos e custos económicos, ambientais e sociais desnecessários.

Pelo exposto, é fundamental criar um ambiente urbano seguro, limpo, funcional, sustentável, equilibrado, propício à tranquilidade, à qualidade de vida, porque Leiria e os seus munícipes merecem. Obrigada.”

Intervenção do senhor deputado Fernando Elias – PS

Transcrição:

“Fernando Elias, PS.

Muito boa noite. Na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, cumprimento todos os seus membros presentes, as cidadãs e cidadãos aqui presentes e os que nos estão a acompanhar em direto e ainda, a comunicação social.

Eu trazia aqui algumas ideias que me pareciam relevantes para mostrar a obra feita nestes dois anos na área da Educação. No entanto, tal e qual como o meu colega e camarada Acácio começou, gostaria de responder a algumas questões que foram aqui suscitadas.

Caríssimo Deputado do IL, a Escola Pública tem uma ética própria, inigualável que é procurar atenuar, ainda que com dificuldade, as desigualdades sociais.

Escolher a escola para os nossos filhos? É preciso percebermos como são as tabelas de vencimento do ensino privado, qual é o número de horas que os docentes do ensino privado trabalham. Consulte as tabelas e verá que no ensino privado, além do abuso da contratação a termo, um professor profissionalizado aufer 1250 euros brutos e com 19 anos de serviço aufer 1800. Onde está a dignidade docente que a IL reclama?

Pensar estrategicamente o excesso de burocracia nas escolas é uma medida que já está em curso. No dia 3 de agosto, foi publicado o Ministério da Educação fez publicar o Despacho nº 2/2023 que permite que as escolas dentro da sua capacidade autonómica e no domínio organizacional possam adotar 20 medidas para aliviar a burocracia nas escolas com o intuito de simplificar as metodologias, processos administrativos, expedientes e eliminar as redundâncias nos estabelecimentos de ensino. Nestas medidas destaco duas: primeira,

constituir em cada Agrupamento de Escola ou Escola Não Agrupada, um grupo de trabalho com vista à simplificação de processos e procedimentos internos administrativos relacionados com a sua atividade; uma segunda medida também muito importante consiste na elaboração pelas escolas de um manual de simplificação de processos e procedimentos administrativos relacionados com a atividade docente.

A caríssima Deputada do PCP parece não querer ver aquilo que é perfeitamente observável na realidade do Concelho de Leiria. Falou do problema das infraestruturas. O Senhor Presidente da Câmara na sua intervenção, às páginas tantas falou de uma coisa essencial e que foi uma das prioridades que foram promovidas ao longo destes dois anos de mandato – a requalificação / reabilitação do parque escolar dos 2.º, 3.º ciclos e secundário.

Em dois anos o que está em curso, cito o que é mais relevante: a requalificação / ampliação da EB D. Dinis, cujo processo vais iniciar-se no 2.º período letivo; a requalificação / beneficiação da Escola Secundária Afonso Lopes Vieira, na Gândara a começar também no 2.º período; foi apresentada candidatura a financiamento, em outubro relativamente à requalificação / ampliação da EB n.º 2 de Marrazes. Estas intervenções totalizam 20 milhões de euros.

De momento, decorrem os processos para elaboração dos projetos de requalificação da EB Dr. Correia Alexandre, na Caranguejeira e Escola Básica e Secundária Henrique Sommer, na Maceira.

Mas também o projeto da nova Escola Básica de S. Romão (pré-escolar e 1.º ciclo do ensino básico) que se encontra numa fase de apreciação/aprovação em sede do Ministério da Educação.

Todos nós sabemos que de facto fazer estes processos que deem maior sustentabilidade a uma política educativa de inclusão não se conseguem não se consegue com uma varinha mágica, isto são processos que têm de ser estrategicamente pensados e é preciso tempo no tempo para de forma progressiva e sustentada se ir trabalhando se ir trabalhando nestas matérias. Mas francamente não reconhecer a obra que tem sido feita tenho pena que não o consiga ver assim.

Falou-se aqui também da sobrelotação das escolas.

Considerando número de alunos no concelho de Leiria que tem sofrido efetivamente um acréscimo e sobretudo com um impacto muito relevante na zona urbana de Leiria, o que a área da Educação tem feito é um trabalho de articulação com as escolas locais e com as estruturas do Ministério da Educação no sentido de encontrar respostas para a colocação das crianças em idade de frequência da educação pré-escolar e 1.º ciclo do ensino básico. Então, destacarei quais as medidas que já foram concretizadas nesta matéria para combater esta sobrelotação. Assim, merece particular destaque: o aumento de um grupo de pré-escolar na EB Barosa (D. Dinis), uma turma de 1.º ciclo na Quinta do Amparo

(Marrazes), um grupo de pré-escolar em Marrazes e ainda, um grupo no Jardim de Infância da Maceirinha (Maceira).

Mas para além disso, desenvolveu-se ainda o processo para a criação de condições, numa lógica de inclusão, de aceitação de todos sem ninguém excluído, para acolhimento de dois grupos de pré-escolar na ex-EB Estrada Nacional (Pousos), com o objetivo de dar resposta às crianças em lista de espera e aos que chegam no decorrer do ano letivo.

Mas também este é o momento importante para dar-vos conta, realçando o trabalho de consolidação do processo de transferência de competências na área da educação que, atualmente, ronda os 12 milhões de euros e envolve 600 trabalhadores (assistentes técnicos e assistentes operacionais).

A metodologia utilizada que em sessões anteriores eu aqui enalteci, de proximidade, de reforço de autonomia das escolas, com delegação de competências nas senhoras diretoras e nos senhores diretores e a transferência de verbas atempada, tem-se mostrado adequada, com excelentes resultados, garantindo-se uma prestação do serviço público de educação com qualidade.

Mas importa ainda aqui apresentar uma outra prioridade que constava do programa que tem sido intensamente desenvolvida e que continuará a sê-lo nos próximos anos do mandato e que tem a ver com a formação do Pessoal Não Docente.

Tem havido e continuará a haver uma preocupação com a valorização dos trabalhadores, em geral, e do pessoal não docente, em particular.

Com a aceitação das competências que eu há pouco referi o pessoal não docente das escolas que veio a ser integrado na Autarquia passou a beneficiar de duas medidas muito importantes – a «Medicina no trabalho» e o acesso ao Gabinete do Trabalhador recentemente criado pelo Município.

No que concerne à formação do pessoal não docente, realça-se uma preocupação vital, conhecimento é capacitação e, portanto, o que a Câmara se tem preocupado em fazer é capacitar os assistentes técnicos e os assistentes operacionais, para o desempenho e desenvolvimento profissional das suas competências, trabalhando em parceria, em articulação com as duas entidades muito importante: os Centros de Formação e Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP).

Vou terminar, se me permitem fazendo duas, três citações sobre Educação, recorrendo à minha experiência de tantos anos como professor e diretor.

Todos nós sabemos que a educação é a arma mais poderosa que se pode usar para mudar o mundo, como nos dizia Nelson Mandela.

Ora, se olharmos para estes dois anos de mandato do Executivo Camarário de Leiria na área da educação, não podemos ver de outro modo, tem sido suscitada uma mudança, uma

transformação progressiva e sustentada no sentido de poder beneficiar toda a Comunidade Educativa do nosso Concelho.

Reconhecendo que o saber é a maior riqueza que um país pode produzir, o Município de Leiria, tem desenhado no presente o futuro.

Termino citando Paulo Freire "Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tão pouco a sociedade muda".

Leiria, Concelho Educador, continua a seguir este pensamento inspirador.

São muitas, tantas as evidências do sucesso escolar, da qualidade educativa, da promoção de igualdade social, da inclusão visíveis no nosso Concelho, reflexo entre outras, da ação fundamental e estratégica da área da Educação do Município de Leiria.

Tenho dito. Obrigado."

Intervenção do senhor deputado Fábio Bernardino – PSD

Transcrição:

"Fábio Bernardino, PSD.

Apresento os meus cumprimentos ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal e, na sua pessoa, cumprimento todos os membros desta Assembleia.

Cumprimento também o Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Srs. Jornalistas, Técnicos de Apoio, público presente e os que assistem online.

Hoje, poderia trazer vários assuntos, tantas são as promessas não cumpridas e não concretizadas pelo Partido Socialista em Leiria.

Vou tentar focar-me na mobilidade, ou melhor, na falta de mobilidade na Cidade, onde a cada dia que passa a mobilidade se torna pior, sendo cada vez mais difícil circular, estacionar ou simplesmente usufruir da Cidade.

Como ponto prévio, gostaria de dizer que estamos aqui hoje a discutir o estado da Cidade de Leiria como se o Partido Socialista estivesse em funções há apenas 2 anos e ainda tivesse tanto futuro para cumprir.

Mas a realidade é que o Partido Socialista está no poder em Leiria há 14 anos, e nesses 14 anos, como bons socialistas que são, apresentaram até à exaustão promessas atrás de promessas, algumas delas até foram apresentadas sem mudar uma vírgula.

Aliás, permitam-me dizer que parece que o Partido Socialista em Leiria e no país, diga-se, preocupa-se mais em gastar dinheiro em propaganda, em publicidade à imagem do Sr. Presidente e em culto ao líder, do que em resolver os problemas concretos do dia a dia dos Leirienses...

Ainda sobre isto, parece que existe um mundo encantado onde todos os sonhos do Sr. Presidente são realizados e onde todas estas promessas se concretizaram ao longo destes 14 anos. Depois, há um mundo real onde nada disso foi feito e o estado dos problemas só se agravou.

No que diz respeito à mobilidade, em 2009 o Partido Socialista prometeu 120 medidas, onde uma delas era, caso fossem eleitos, construir parques periféricos na Cidade.

Em 2013, nada tinham feito e prometeram a mesma coisa. Em 2017, a mesma promessa e em 2021? Exatamente a mesma promessa...

E o que foi construído durante estes 14 anos? A resposta é nada ou praticamente nada.

Bem sei que vão utilizar o exemplo do estacionamento da Urbanização de Porto Moniz, muito utilizado nos grandes eventos da cidade, mas esses lugares são parte do loteamento e serão totalmente absorvidos quando forem construídos os edifícios para ali projetados.

Nessa altura, teremos novamente o mesmo problema e, portanto, não é mais do que uma solução provisória.

Também sei que vão dar o exemplo do parque de terra batida junto ao hospital, mas esse também é provisório e, tendo um prazo de validade curto, também não servirá para resolver os problemas de mobilidade.

Sobre a melhoria de transportes públicos mais amigos do ambiente, outra promessa prometida até à exaustão, eu nem vou falar muito, porque basta andar na cidade para ver o estado dos autocarros em circulação.

Mas sobre este ponto, gostaria sim de falar da fraca adesão aos mesmos por parte da população de Leiria.

Nós perguntamos: como querem vocês que as pessoas usem o autocarro se ele não responde minimamente às necessidades, nem consegue dar uma resposta realmente eficaz como alternativa ao uso do automóvel?

Eu moro no perímetro urbano da cidade, como muitos Leirienses, mas se quiser ir de transportes públicos para o meu local de trabalho ou levar o meu filho ao infantário, além de ter apenas autocarros de hora em hora, não tenho qualquer indicação do tempo de espera do mesmo, os atrasos são constantes.

Além disso, o mais ridículo de tudo é que todos os caminhos vêm dar aqui, ao Teatro José Lúcio da Silva...

Será que em 14 anos, mesmo com os avisos da oposição e da população, não repararam que as atuais linhas do MOBILIS não são minimamente atrativas para sequer serem consideradas alternativa ao uso do automóvel?

Como querem que eu e os restantes Leirienses usem o autocarro quando não existem linhas circulares que percorram toda a cidade?

Se eu demoro quase uma hora para ir da minha casa para o meu local de trabalho, que é junto à Câmara Municipal, e são apenas 5 km, como querem que eu use o transporte público se demoro tanto tempo e estou sempre na incerteza de saber se o autocarro chega a horas ou não?

Esta é a realidade que, como sempre, esbarra nos sonhos dos Socialistas...

A vossa ideia ao longo destes anos tem sido reduzir vias no centro da Cidade, como se por magia, nesse tal vosso mundo encantado, as pessoas passassem todas a andar de transportes públicos, a deslocarem-se a pé ou de bicicleta...

Mas vocês começaram pelo fim, pois em primeiro lugar deviam criar alternativas viáveis ao uso do carro e então aí sim, fazer essas reduções de faixas de rodagem.

E por falar em faixas de rodagem e em ciclovias, o que temos até hoje, nestes 14 anos de governação socialista?

Temos linhas pintadas nas faixas de rodagem, ciclovias que começam em passeios e terminam em passeios e faixas para bicicletas a conviver lado a lado com pessoas no percurso POLIS, com todo o perigo que isso representa para todos. Isto não é resolver os problemas, isto é mascarar o problema.

E ainda em relação a este assunto, como pode o Sr. Presidente estar orgulhoso do trabalho que tem para apresentar ao longo destes 14 anos quando apenas, para dar dois exemplos, para se ir do centro da Cidade até aos Marrazes não existe um passeio digno de se apresentar numa das estradas mais movimentadas da Cidade, nomeadamente na Estrada da Nossa Senhora do Amparo.

Todos os dias vejo pessoas a passar numa estrada que já é curta para a passagem de autocarros e carros, quanto mais para pessoas, que nem passeios têm para se protegerem? Outro exemplo que podemos dar é como é que, numa zona da Cidade onde muitos estudantes vivem, como a zona de Santa Clara, não existe ao dia de hoje uma passagem pedonal para ir para o Politécnico de Leiria?

De que está o Sr. Presidente à espera?

Outro exemplo que podemos dar da falta de visão para a mobilidade é como está a ser construído um Centro Escolar nos Marrazes (outra promessa feita há mais de 10 anos) e não se pensa na mobilidade que será naturalmente alterada naquela zona?

Estão à espera de ver as filas e os problemas a acontecer para, depois sim, pensar numa solução? Isto não é pensar o futuro, é apenas tentar sobreviver no presente....

Outra questão que aqui trazemos é o aumento constante das filas intermináveis, em vários pontos da Cidade, que a cada dia aumentam.

Bem sei que a população aumentou e isso é um dos fatores para isso acontecer, mas também era importante pensarem em soluções para desviar esse trânsito com urgência antes do problema se agravar.

Para quando exercer a sua magistratura de influência? Aliás, pode aproveitar que o Partido Socialista se encontra à beira de eleições para fazer esse pedido e pedir a gratuidade do traçado da A8 que vai desde os Pousos até ao Shopping?

Isto é essencial para desviar o trânsito da cidade, evitar filas e também diminuir a poluição. Outra via a precisar de alternativa é a estrada que vem da Marinha, que todos os dias é um pandemónio para quem a tem de utilizar.

Para quando uma solução de fundo que crie uma alternativa a esta via, Sr. Presidente?

Hoje, também devido à crise da habitação em Portugal, criada muito por culpa da inação do partido socialista que nos governou nestes últimos 8 anos, temos cada vez mais famílias e estudantes a ter que sair do centro urbano da cidade, mas depois esbarram no problema da falta de ligação de transportes públicos entre as várias Freguesias e a Cidade.

O que está a ser feito para solucionar este problema?

Se nestes 14 anos em que estão na Câmara e em que mostram tanta vontade de solucionar os problemas que supostamente foram deixados pelos anteriores executivos não os conseguiram solucionar, de quantos mais vão precisar?

É claramente uma ilusão pensar que irão cumprir com o que recorrentemente e em cada eleição nos prometem.

Não se vislumbra como é que este Executivo vai acabar o mandato com mais e melhor estacionamento nas áreas periféricas e uma rede de transportes integrada no Concelho. Pensar a Cidade e melhorar a mobilidade e, por conseguinte, a qualidade de vida dos Leirienses não é gastar dinheiro a vender ilusões, em prémios e em rankings a falar da qualidade de vida, é solucionar estes problemas que aqui referimos e executar as soluções que também aqui hoje apresentamos.

Não podemos continuar a adiar o presente e a resolução destes problemas apresentando uma mão cheia de nada.

Boa noite.”

Intervenção da senhora deputada M^a Margarida Sá – PSD

Transcrição:

"Boa noite a todos. Começo por cumprimentar o senhor Presidente da Assembleia Municipal e na sua pessoa cumprimento todos os presentes e todos os que me ouvem partir de casa. O Serviço Nacional de Saúde é a garantia do direito fundamental dos cidadãos à proteção da saúde independentemente da sua condição social, situação económica ou localização geográfica de cada um. Há um ano atrás, vim aqui falar-vos do estado comatoso do Sistema Nacional de Saúde e com muita tristeza a cada dia que passa assistimos mesmo ao seu enterro e desta forma à incapacidade do Estado em garantir assistência médica a todos os cidadãos. As sucessivas políticas de saúde do Governo têm empurrado os médicos para a imigração e para a medicina privada levando assim à destruição do Sistema Nacional de Saúde. No concelho de Leiria é notória a falta de médicos, nomeadamente médicos de Medicina Geral e Familiar. De acordo com a estratégia municipal de saúde do município de Leiria 2021/2023, na página 39 pode ler-se que a 2 de janeiro de 2020, num universo de



137906 utentes inscritos e a frequentar os centros de saúde do concelho de Leiria apenas 2,2% não tinha médico de família atribuído. Á data de ontem, 16/11/2023, em 143.362 utentes inscritos no concelho de Leiria 48.278, ou seja, 33,7% não têm médico de família. A população cresceu apenas 5.456 utentes inscritos, mas a população sem médico de família cresceu para 48.278 utentes, repito, passámos em 3 anos de 2,2% para 33,7% da população sem médico de família, será isto construir um território saudável? Nas unidades de cuidados de saúde primários no concelho de Leiria, como todos sabemos e o senhor Presidente já o disse, existem muitos polos sem qualquer médico ao serviço, principalmente devido à reforma de muitos profissionais. O Hospital de Leiria atualmente também já não consegue servir a população pelo número insuficiente de profissionais e pela área de abrangência que é enorme e esta situação vai ser agravada com a criação da Unidade Local de Saúde e com a inclusão ainda de Alcobaça e Nazaré. O número de profissionais insuficientes diminui a capacidade de dar resposta não só ao internamento, às consultas externas e principalmente ao serviço de urgência. Enquanto que em 2022 apenas o serviço de urgência de Medicina Interna era afetado atualmente além desta valência, como já foi aqui dito, as restrições no SU fazem sentir-se ainda na cardiologia, na cirurgia, na ginecologia e obstetrícia e na pediatria. Relativamente ao serviço de ginecologia e obstetrícia não está apenas afetada a capacidade de resposta ao serviço de urgência, mas está também afetada a capacidade de resposta à consulta de referência do 1º trimestre. Esta consulta é uma consulta para onde os médicos de família enviavam as grávidas de baixo risco que são seguidas nos centros de saúde e que iam ao hospital fazer a 1ª ecografia da gravidez. Neste momento, o hospital não tem capacidade de resposta associado também à incapacidade das clínicas convencionadas darem resposta à realização de ecografias obstétricas, isto coloca em risco a vigilância segura das grávidas em Leiria. Na última Assembleia Municipal, o PSD votou favoravelmente a moção do PS em que foi deliberada a criação de uma comissão representativa da Assembleia Municipal com o objetivo de serem encontradas soluções que garantam melhor cobertura possível para todos os utentes inscritos nos centros de saúde do concelho de Leiria. Passados 2 meses nada foi feito o que demonstra a pouca consideração que a Câmara Municipal de Leiria tem sobre a situação dramática da saúde no nosso concelho. Temos novos centros de saúde equipados, mas sem técnicos de saúde de nada servem tornando os investimentos não produtivos. Quando se planeia tem que se preparar as diversas necessidades de um projeto, neste caso de médicos. É necessária uma política local de atração de profissionais de saúde através da qualidade de vida que Leiria devia proporcionar aos seus habitantes. Por tudo descrito também na área da saúde e da assistência médica à população o balanço destes dois anos de mandato da Câmara Municipal de Leiria é claramente negativo. Tenho dito.”

Intervenção da senhora deputada **Marta Violante – PS**

Transcrição:

"Marta Violante, PS.

Senhor Presidente da Mesa da Assembleia na sua pessoa todos os elementos da Mesa e os senhores deputados, senhor Presidente da Câmara e na sua pessoa todos os senhores vereadores, senhores Presidentes de juntas e uniões de freguesias, caros intérpretes de língua gestual portuguesa, staff de apoio à realização da Assembleia Municipal, senhores jornalistas e público aqui presente ou em regime online, boa noite.

A saúde é, e deve ser, uma preocupação de todos e cada um de nós, e temos todos interesse em que as dificuldades que conhecemos sejam resolvidas e bem resolvidas.

No que às responsabilidades imputadas à Câmara Municipal diz respeito, no nosso entender, o executivo camarário de Leiria tem cumprido. Como disse o sr. Presidente da Câmara: contamos no concelho com 3 novos centros de saúde, o centro de saúde do Arrabal foi sujeito a obras de melhoramento e está em pleno funcionamento, e estão ainda em fase de projetos mais 3 centros de saúde, com recurso a fundos do PRR.

Mas porque a realidade mudou e a preocupação nos serviços de saúde não recaem só sobre o edificado, mas antes na falta de médicos que prestem os cuidados de saúde, a CMLeiria diligenciou no sentido de aderir ao PROJETO BATA BRANCA e, no âmbito deste projeto, estamos prestes a poder contar com um total de mais 160 horas semanais de prestação de serviço médico no concelho.

É uma resposta às necessidades existentes e em que a CMLeiria investe - projeto cofinanciado entre a Administração Regional de Saúde e a CMLeiria que visa garantir cuidados de saúde a utentes sem médico de família, e em que os profissionais irão garantir cuidados assistenciais, consultas, receituário e prescrição de exames complementares de diagnóstico, em locais onde, precisamente, faltam médicos.

A falta de médicos prende-se, por um lado por os profissionais de saúde serem deslocalizados frequentemente, e isto não é a Câmara Municipal que gere, e, por outro, porque o número de médicos em situação de aposentação não está a ser compensado pelo número de novas contratações - e também não é a CM que contrata médicos.

Além deste investimento, a CMLeiria enviou, no passado dia 5 de setembro, uma MOÇÃO para o Ministério da Saúde alertando para, e cito, «a escassez de recursos humanos no concelho, que tem vindo a causar constrangimentos graves ao nível do funcionamento das várias unidades de saúde» e em que se solicitava um diagnóstico do quadro de recursos humanos da rede cuidados primários do concelho, bem como a adoção de medidas, com carácter de urgência, com o objetivo de ultrapassar esta situação.

A Câmara prepara ainda um programa de incentivo à fixação de médicos, como também referiu o senhor Presidente.

Ainda como forma de melhorar o acesso aos cuidados de saúde, o executivo lançou o programa TÁXIS 65+ que está a ser implementado desde março deste ano

Foi um programa amplamente divulgado junto das Juntas e Uniões de freguesias e são já cerca de 200 os utentes aderentes. De resto foi noticiado há uns dias na imprensa local que 166 idosos já recorreram ao Táxi 65+ para ir a uma consulta ou fazer exames.

O programa é financiado pela Câmara e garante transporte gratuito a pessoas residentes no concelho de Leiria com 65 anos ou mais, e com rendimentos iguais ou inferiores a 480,43 euros. O serviço é gratuito para o utente, inclui ida e volta e é assegurado 24 h/dia. Mais um investimento da Câmara na Saúde, dentro daquelas que podem ser desenvolvidas.

A ULS da região de Leiria iniciará funções no dia 1 de janeiro de 2024 e todos esperamos que venha a ser uma resposta positiva para a melhoria do funcionamento das estruturas da saúde e conseqüente melhoria na resposta às populações.

Não argumentarei especificidades técnicas, mas há que dizer que muitas vezes, as reações adversas, advêm da resistência a alterações de hábitos instaurados e instituídos nos organismos e estruturas. Tanto quanto sabemos, tudo está a ser articulado para que a Unidade Local de Saúde venha a melhorar as respostas da Saúde à população. Também no que toca aos serviços do Centro Hospitalar de Leiria quer em consultas de acompanhamento, quer em serviços de urgência. Por outro lado, o OE prevê um financiamento de 200 M para o Hospital de Leiria, o que terá com certeza conseqüências na melhoria das respostas aos utentes.

As responsabilidades da Câmara, no que concerne à Saúde, prendem-se essencialmente com manutenção do edificado e a contratação e organização logística de assistentes operacionais, nos centros de Saúde, mas não pode garantir a presença de médicos. O Município, continua, de facto, mesmo não estando nas suas competências, a lutar contra essa dificuldade. Deitou a toalha ao cão? Depois de tudo o que foi aqui descrito? E já agora sr. Deputado Hugo Morgado, quando e onde ouviu a seja quem for do executivo dizer à população que deve habituar-se à falta de médicos? Isso não é alarmismo, de facto, chama-se distorção.

Acaso tem a oposição a chave para solucionar o problema?

Somos todos ouvidos. Disse.”

Intervenção do senhor deputado Pereira de Melo – PSD

Transcrição:

“Pereira de Melo, PPD/PSD.

Ora, muito boa noite. Na pessoa do senhor Presidente desta Assembleia Municipal cumprimento todos os presentes fisicamente e virtualmente.

Após a apresentação do senhor Presidente da Câmara ocorre-me perguntar se 90% do que foi feito não é competência prevista de um Presidente da Câmara. Estou em crer que sim,

embora na apresentação tenha verificado que desde há 3 mandatos muitos dos assuntos aparecem repetidos e também não me é possível, devido ao encadeamento do que é apresentado, saber o que está feito e o que é que é para fazer. Nuns casos estão coisas já feitas, noutras estão em projeto outras são para fazer. Portanto, o documento representa na realidade balanço de anos de trabalho do PSD, do PS e aquilo que o PS pretende continuar a fazer e não um balanço de apenas 2 anos. Como o objeto desta sessão é a análise do estado do concelho vou fazê-lo em termos da situação da habitação. Na publicação da autoria do executivo municipal de Leiria, mais exatamente do seu Presidente, Dr. Gonçalo Lopes, intitulado "Balanço: 2 anos de trabalho" é afirmado que dentro do 2º eixo, qualidade de vida, o executivo tem vindo a efetuar esforços significativos para melhorar a habitação no concelho. Diz ainda que tem depositado muita energia na área da habitação no concelho. Prossequindo a leitura do mesmo documento verificamos que o assunto da habitação aparece numa implementação em curso de estratégia local de habitação (ELH) que visa as seguintes ações:

- 1. Reabilitação de 35 fogos por 3,5 milhões de euros, isto é, 100 mil euros por fogo.*
- 2. Construção de raiz de 50 fogos por 7 milhões de euros, isto é, 140 mil euros por fogo. Parece-me um valor aos custos atuais relativamente baixo, a não ser que a qualidade da construção assim seja, o justifique.*
- 3. Subarrendamento de 44 fogos por 1,8 milhões de euros, o que conduz a 40.909 euros por fogo não especificando o tempo de subaluguer e o valor de rendas, portanto, este valor de 40.909 euros não sei que significado tem.*

Um programa de habitação, que suponho habitação tipo social, com 85 fogos a disponibilizar mais 44 subarrendados no total de 129 fogos é muito diminuto perante a aflitiva situação habitacional que o concelho vive principalmente na área urbana. A ineficiência do executivo no domínio da habitação insere-se da sua política de não despender em infraestruturas, dando preferência a eventos e à atribuição de subsídios, ações destas que no imediato garantem mais votos que os atos eleitorais do que a construção de infraestruturas. À semelhança do Governo Central o executivo privilegia a manutenção no poder a qualquer preço nem que se caminhe para um pântano. A crise habitacional desde há muito era previsível devido aos seguintes fatores:

- Forte emigração brasileira e não só que já ocorre há alguns anos;*
- Subutilização dos fogos provocada pela desagregação das famílias causada pelos divórcios, famílias monoparentais, maior longevidade das pessoas, portanto, isto traz uma subutilização dos muitos fogos ocupados apenas por uma ou 2 pessoas, isto também era previsível e a câmara municipal ou o executivo municipal parece que não olhou nisso;*

- *Depois temos um mais um ponto, o 3º, aumento do número de estudantes do ensino superior deslocados para os grandes centros. Este ponto não é muito justificativo para o executivo investir pois estes estudantes normalmente não votarão no concelho. Portanto, talvez explique em certas situações;*
- *Para além do aumento do número de candidatos ao arrendamento também se verifica uma instabilidade governamental no relativo à legislação sobre o arrendamento que tem dado origem a que muitos senhorios retirem os prédios do mercado e contribuir para um forte aumento das rendas. Portanto, esta não é do controlo, este ponto não é do controlo da Câmara Municipal, mas o 5º já é;*
- *A complexidade associada à obtenção de novos licenciamentos para a construção e a morosidade na obtenção dos mesmos licenciamentos também contribui fortemente para agravar o problema habitacional. Podemos assim afirmar que é muita energia depositada pelo senhor Dr. Gonçalo Lopes na área da habitação, carece de mais combustível ou talvez energia renovável PRR. O executivo necessita de despende mais energia na habitação social e promover mecanismos envolvendo entidades privadas, construtores e outros, de modo a dinamizar o mercado habitacional.*

Embora no contexto da presente Assembleia Municipal, balanço de 2 anos do executivo, não se considera exigir aos outros partidos propor soluções, embora a deputada anterior pediu soluções. Para os problemas do concelho atrevo-me, contudo, a apresentar as seguintes sugestões tendentes a diminuir o problema habitacional a curto prazo e temporariamente que é urgente, portanto, neste momento a construção normal demora bastante tempo, as licenças e tudo demora muito tempo, vou propor soluções que se podem realizar talvez num mês ou mais. Portanto:

1. *Recurso à aquisição de casas móveis. Essas casas têm rodas, mas essas rodas não servem para nada porque não podem andar na estrada, mas estão em voga em muitos sítios e que no passado, nos anos 70, foi o recurso do governo português para alojar os retornados das colónias ou das províncias ultramarinas. Nos Estados Unidos são muitos são muito populares estas casas e possui um clima muito mais rigoroso que o nosso. O preço de cada casa, eu por acaso andei a ver, tiram-se entre 20 mil e 30 mil euros e no concelho de Leiria existem pelo menos duas firmas que as vendem e que estão em exposição. Estou certo que podiam ser adquiridas pela câmara e ser implantadas em terrenos da câmara, como seja o destinado Aquaparque que não prevejo que tão depressa venha a ter a piscina e tudo o que está.*
2. *Recurso a casas pré-fabricadas ou imprimidas, hoje em dia uma das maneiras de construir casas é usar uma impressora que em 24 horas produz uma casa injetando*

cimento. Esta solução temporária permitiria aliviar o problema da falta de mão de obra na construção civil que presentemente se verifica.

Há um ponto interessante que o senhor Presidente não citou é que com tanta coisa que se efetua ou que se realizou nós continuamos a não ter o edifício para a Assembleia Municipal foi inclusivamente esquecido nem sequer consta do futuro nem do passado nem do presente. Já devia estar a funcionar no mandato anterior, foi prometido para daí a 3, 4 meses, mas parece que a simples coisa de reconstruir um edifício que já existe leva uma velocidade muito lenta. Tenho dito.”

Intervenção da senhora Presidente da União de Freguesias de Monte Redondo e Carreira – Céline Gaspar

Transcrição:

“Exmo. senhor Presidente da Assembleia Municipal, Exmo. senhor Presidente da Câmara Municipal permitam-me que nas V.ªs Ex.ªs cumprimente todos os presentes nesta nobre sala e todos aqueles que através das redes sociais nos acompanham neste momento de reflexão sobre o estado do nosso concelho.

Na qualidade de Presidente da junta de freguesia e considerando o tema desta sessão acredito serem relevantes umas palavras sobre a transferência e delegação de competências nas juntas de freguesia e sobre os apoios atribuídos pelo município de Leiria. As juntas de freguesia são fundamentais no processo da governação e da gestão pública, a proximidade que as distingue dos demais órgãos é fundamental para aquela que pode ser a sua capacidade de resposta às necessidades dos cidadãos e dos territórios. Esta proximidade permite, naturalmente, um nível de conhecimento muito mais aprofundado das reais necessidades das populações e das instituições locais em determinadas áreas, o que é sem dúvida uma vantagem para a maior objetividade e eficácia ao nível do processo de tomada de decisão. Além disso, o facto de se tratar de um órgão normalmente de menor dimensão reduz de certa forma a dinâmica processual apesar de não lhe retirar qualquer responsabilidade quanto ao cumprimento de quaisquer normas legais. A atribuição ou delegação de competências às freguesias, designadamente através dos processos de descentralização, é de interesse para uma melhoria na governação democrática de base local. Esta tem-se mostrado bastante eficiente no que respeita ao desenvolvimento dos territórios sendo este o espelho de uma eficácia significativa quanto à execução dos investimentos. Isto é, aliás, bastante evidente quando percorrem as várias freguesias do nosso concelho e avistam não só aspetos de manutenção corrente, mas também melhoramentos significativos nas praças, nos mercados, nos jardins, nos parques infantis, nas escolas e entre muitos outros exemplos que cada um de vós conhece de entre os territórios onde reside ou por onde passa. No concelho de Leiria, a Câmara Municipal transferiu de um modo geral para as juntas de freguesia a gestão da manutenção de

espaços verdes, a limpeza das vias e espaços públicos, a manutenção, reparação e substituição do mobiliário urbano, a gestão e manutenção corrente das feiras e mercados, a realização de pequenas reparações de e manutenção dos espaços envolventes dos estabelecimentos de ensino básico. No que respeita à delegação de competências, a Câmara Municipal estabeleceu ao longo dos vários anos contratos interadministrativos com as juntas de freguesia, estes têm permitido não só aproximar este órgão dos cidadãos, nomeadamente através do contrato de delegação de competências do balcão único de atendimento, mas também melhorar a eficácia na manutenção e nos investimentos de uma forma geral designadamente com os contratos interadministrativos para a conservação e manutenção das vias municipais, para a execução de obras diversas em diversas áreas, para a requalificação de equipamentos na área da educação, para a manutenção da faixa de combustível da rede viária municipal, para a reparação corrente dos pavimentos no âmbito da intervenção do SMAS, para a requalificação de praças e espaços públicos, nomeadamente o programa Viver Freguesias, e ainda para a aquisição de placas de toponímia e sinalização vertical não iluminada. De referir também a delegação de competências no âmbito da educação no que respeita ao programa de refeições e componentes de apoio à família do ensino básico. Acresce aqui a necessidade de referir igualmente a criação do Regulamento Municipal de atribuição de apoio às freguesias que tem significado uma enorme ajuda as juntas de freguesia para o desenvolvimento de uma série de iniciativas e de investimentos no âmbito das suas competências, das próprias, e que na sua maioria estes apoios, sem estes apoios não teriam capacidade para os concretizar. Feitas as contas, o município de Leiria realizará a transferência de mais de 11 milhões de euros para as juntas de freguesia durante o ano de 2023 considerando delegações de competência e apoios, a isto somam-se cerca de 2 milhões referentes à transferência de competências, um número significativo em termos orçamentais e que tem permitido de certa forma criar melhores condições em cada território. No que respeita às competências transferidas do município para as freguesias, o balanço pode-se dizer que é absolutamente positivo, o facto de termos o poder de gerir as receitas associadas a essas competências permite-nos cumprir o papel de uma forma mais eficaz. Fica apenas a nota que dada a conjuntura atual talvez seja importante revermos no próximo ano e para um próximo quadro orçamental do Estado os valores dessas transferências. Quanto às competências delegadas o balanço não deixa de ser positivo, mas requer de algum modo alguma reflexão a curto prazo, os constrangimentos de tesouraria e todos os custos em torno dos procedimentos a algumas delas obrigam-nos hoje a ter uma maior, obriga-nos não, tem hoje alguma dificuldade que anteriormente a conjuntura não o fazia prever. Acredito que as dificuldades sejam recíprocas, no entanto, as juntas de freguesia têm naturalmente uma maior dificuldade em responder de forma mais eficiente quando se trata

de adiantamentos de tesouraria, por exemplo, e aqui dou um exemplo muito concreto, o contrato interadministrativo da educação no que respeita ao programa de refeições e componente de apoio à família vive neste momento uma realidade que anteriormente não se verificava, temos denotado uma maior dificuldade e um maior incumprimento por parte do pagamento dos pais e encarregados de educação o que tem vindo a acarretar uma maior dificuldade junto das juntas de freguesia porque a despesa não está considerada no contrato em caso de incumprimento. Importa, pois, que em conjunto se possam encontrar meios legais para reduzir este impacto nas juntas de freguesia e é esta a sugestão que deixo ao Executivo.

Para terminar e deixando uma reflexão de âmbito mais alargado, não apenas relacionado com o concelho na minha perspetiva, mas considerando a conjuntura atual com o aumento galopante de todos os custos, o aumento do escrutínio na atuação dos órgãos autárquicos e não existindo uma reforma profunda da valorização das receitas das freguesias e da própria função da junta de freguesia e dos seus membros penso que o futuro pode estar comprometido relativamente à assunção de novas competências pelo facto de o cumprimento dos procedimentos implicar custos económicos e até políticos muito elevados e cujos recursos atuais têm dificuldade em sanar. Ainda assim, o caminho tem sido muito positivo neste âmbito quer a nível do concelho, quer ao nível nacional, no entanto, ainda há muito a fazer para a valorização das juntas de freguesia e continua a ser fundamental uma valorização financeira, política e social das juntas de freguesia que são na verdade o órgão de proximidade por excelência do nosso quadro governativo. Muito obrigado.”

Intervenção da senhora deputada Joana Cartaxo – PCP

Transcrição:

“Boa noite, novamente. Joana Cartaxo, PCP.

Senhor Acácio, senhor deputado Acácio de Sousa ficamos muito contentes e aproveito para lhe agradecer o facto de evidenciar que a nossa intervenção é ideológica, confirma a nossa coerência no que defendemos e a nossa exigência em defendermos o interesse público e o privado, relembro que continuamente vimos aqui defender a criação de parques industriais para o investimento privado. Confesso que agora foi o que não percebi o que é que quis dizer com o fantasma do capital, mas surpreendida fiquei ou surpreendidos ficámos pelo senhor deputado Acácio de Sousa não ter ficado admirado também com a relação, em relação à falta de qualidade das refeições escolares, será porque já está habituado a este problema? Certo, mas eu falei de duas coisas, qualidade e escassez, o senhor deputado ficou-se na escassez, mas a qualidade também é muito importante, deve estar habituado já a esta crítica.

Termas de Monte Real, relembramos que a fonte do aquífero é do domínio público, apenas falta o licenciamento, estudá-lo é uma obrigação do poder público, Art.º 5º da Lei 54/2015,

de junho de, de 22 de junho. Para além disso, a câmara se tivesse efetivamente uma visão estratégica coerente já podia ter utilizado a bandeira do turismo termal, uma marca quem sabe, e que sabemos que é efetivamente uma área muito exemplar e positiva noutras cidades do país, uma aposta positiva na esfera social, económica e turística.

Senhor deputado Fernando Elias, só para esclarecer nós falámos da falta de infraestruturas nas escolas, no pré-escolar e 1º ciclo e os exemplos que aqui já deu, que aqui deu são projetos que já nascem velhos e, portanto, são agora uma gota no oceano. Por outro lado, não queria deixar de lhe dizer que, ao contrário do que diz, relembro-lhe que já aqui viemos a esta Assembleia enaltecer o trabalho, embora tardio, do investimento, do melhoramento das infraestruturas da escola secundária Afonso Lopes Vieira, como vê também sabemos valorizar o que é feito e que, coerentemente, vimos aqui defender. Portanto, mais uma vez assistimos à arrogância desta maioria em não aceitar e acatar os contributos da oposição e apenas usar a retórica política para o espaço que se quer democrático e não senhora deputada Marta Violante, não são todos ouvintes. Muito obrigada.”

Intervenção do senhor deputado Luís Paulo Fernandes - CHEGA

Transcrição:

“Boa noite a todos. Luís Paulo Fernandes, deputado do partido CHEGA.

Cumprimento o senhor Presidente da Assembleia e na sua pessoa cumprimentar todos os presentes, cumprimento o senhor Presidente e na sua pessoa todo o executivo.

Estado do Concelho ou conselhos ao Estado que o executivo chegou. Aqui chegados a meio mandato deste executivo eleito pelo Partido Socialista estamos perante a mais exemplar réplica regional do desgoverno nacional isto porque o executivo nacional, tal como o executivo municipal, tem maioria ou tinha maioria o nacional, mas o municipal ainda tem para governar, reformar e executar, tem todas as condições para não falhar e estão a falhar, esta é a nossa opinião. Na verdade, o governo nacional falhou consecutivamente e, na verdade, o executivo de Leiria falha com reincidência muitas vezes. Vejamos, as obras terminadas até meio deste mandato mais não são as que vinham do anterior, a exemplo, a mercado municipal quando chove mete água por todo o lado, o centro escolar de Marrazes a ver vamos como é que vai terminar, quando vai terminar, é preciso é que termine, como o senhor Presidente disse e bem. Faz questão de mencionar 2010, 2010 são efetivamente 14 anos, estamos a analisar meio mandato, meio mandato deste executivo municipal, deste executivo socialista, mas foi o senhor Presidente que falou e que vai buscar os 14 anos de governação socialista, portanto, são 14 anos de não resolução dos problemas, são 14 anos e de um programa eleitoral que se compromete a resolver o problema dos efluentes, temos projetos de Biometano, ainda bem que os temos, mas senhor presidente e executivo, nós estamos atentos e já chega, meio mandato são 2 anos de governação e o senhor corre o risco de com maioria não passar de projetos, é o Biometano, vamos a ver como é que vai



ficar a central transportes e as rotundas se vão ter capacidade para tantos autocarros, como é que vai ser um projeto que será também, na nossa opinião, a curto prazo? Porque não será definitivo e quando não se pensa com visão definitiva corre-se o risco de falhar e de construir várias vezes e das várias derrapagens sejam de prazos, sejam financeiras. Portanto, o sistema de drenagem pluvial, na minha opinião, não vai passar também de um projeto porque não se está a investir e se devia investir, e este executivo e esta câmara têm dinheiro, e se devia investir bem, resolver o problema pela raiz, um caneiro único, isto tem que se resolver, são muitos anos, são muitas críticas e eu apelo para bem dos leirienses que este executivo com estas condições, ainda com estas condições resolva o problema, não faça projetos porque estamos a apresentar os projetos, efetivamente estão a cumprir com essa parte, mas eu duvido que saiam do papel, duvido que saiam do papel e depois não se admirem da oposição, principalmente o partido CHEGA, de dizer não fizeram porque efetivamente correm-se riscos e por isso é que eu iniciei com o título "conselhos", não é o concelho é "conselhos ao executivo" porque nos preocupamos com os leirienses, efetivamente os senhores foram eleitos foi para governar e para executar e no orçamento, em contas, a execução falha, como falha, como disse na última Assembleia Municipal, a reconciliação bancária, não me sai da cabeça porque é o que permite, é o instrumento que permite, efetivamente, confrontar as operações de tesouraria com os depósitos bancários, isto para mim envergonha-me enquanto deputado municipal. Também, também digo, será porque o IUC, a receita do IUC também vem para a câmara municipal, e vem para todas as câmaras municipais, que não se dignaram, o executivo municipal na última manifestação de receber os manifestantes, os leirienses e não só, é que efetivamente o Partido Socialista já vai deixar cair, portanto, senhor Presidente são estas coisinhas que parece que não têm importância nenhuma, mas têm muita porque muita da percentagem do IUC vem para esta câmara também e mal faria, mesmo sendo o Partido Socialista que elegeu este executivo, receber, receber os manifestantes já que estes decidiram manifestar-se junto ao executivo municipal, fiquei um bocadinho triste e pensei que também sofriam ou poderiam vir a sofrer destes aumentos. Penso que os senhores deputados, os colegas eleitos pelos leirienses já fizeram aqui um bom trabalho, todos os partidos, já não há aqui muito para dizer. Jornais, senhor líder do Partido Socialista, senhor Acácio Sousa, tem razão, a vida não é só os jornais, a vida não é só televisões, a vida não é, o problema é que os jornais e os senhores jornalistas, temos que dar o mérito pelo trabalho, quando abrem aspas, quando abrem aspas, não foram eles foi alguém que disse e o senhor Presidente "teme por Leiria" e acho que faz bem, está preocupado, tem que se preocupar, o que é certo é que nós falamos quanto à política nacional do Partido Socialista e este executivo que apresenta também mais projetos e protocolos traz a esta Assembleia de acolhimento aos imigrantes tem que perceber que, efetivamente, não estamos a falar de extermínio nem de racismo,

isso já lá vai, esqueça lá isso que os portugueses já perceberam que o CHEGA não é nada disso, nós não somos nada disso, nós convivemos bem com todas as cores com a cabeça bem levantada, a questão é, nós não estamos preparados e a cidade e o concelho não está preparado para ter mais protocolos de acolhimento, mais subsídios para isto e para aquilo senão depois não há polícias para segurar tanta gente, não há médicos para atender tanta gente. É verdade, é, é verdade, é, nós temos que olhar para as coisas com a seriedade necessária para perceber que efetivamente aumentou, temos aqui companheiros do PSD, colegas, deputados que efetivamente já, já o dizem e o Partido Socialista, os socialistas também vão dizer a seu tempo, claro que o têm de o dizer então se aumenta a população vão dizer que a PSP é culpada? Que é o senhor Presidente o culpado? É culpado se não perceber das necessidades que o concelho precisa, aí é que nós temos que ajudar, se precisamos de professores, vamos ajudar, precisamos de médicos, vamos ajudar, se dissemos que nos Milagres está o problema resolvido, mais uma manifestação, vamos para os caulinos na Barosa uma manifestação resolve o problema, senhor Presidente. Os leirienses estão à escuta e bem alerta. Tenho dito, muito obrigado a todos.”

Intervenção do senhor deputado Sofia Francisco - PS

Transcrição:

"Sofia Francisco, PS.

Exmo. senhor Presidente da Assembleia Municipal e na sua pessoa permita-me cumprimentar todos os presentes e todos os que nos acompanham em casa, boa noite.

Tendo o mundo mudado tanto nestes dois anos de mandato, não se alterou neste executivo a vontade de melhorar a qualidade de vida dos leirienses, estando, paralelamente, a trabalhar para uma sociedade mais equitativa, sabendo que a solidariedade é pilar essencial para o desenvolvimento e coesão social.

Em Leiria, ao contrário do que afirmou senhor deputado Fábio Bernardino, sabe-se que o mundo não é encantado e, por isso, o combate às desigualdades e a busca pela melhoria das condições de vida de todos os cidadãos não se faz de frases feitas, mas faz-se com vontade de definir estratégias para superar desafios. E si, este é um concelho amigo das famílias, porque está atento às vulnerabilidades dos seus cidadãos, com mais de 2.000 pessoas e mais de 1.000 famílias a serem, anualmente, apoiadas em diversos programas, tem feito por garantir que princípios de solidariedade e equidade sejam integrados em políticas e práticas que apoiam quem necessita no presente, consciente da repercussão que essas práticas têm no futuro.

E foi para apoiar o futuro que o Município de Leiria assinou, no início deste mês de novembro contratos-programa de apoio financeiro com três Instituições do setor social do concelho, num montante de cerca de 900 mil euros, com o objetivo apoiar a construção de Creches, criando mais 126 lugares para crianças, dando resposta à elevada procura que Leiria regista

de população que aqui pretende residir e trabalhar e respondendo às necessidades prioritárias identificadas nos instrumentos de planeamento do Plano Local de Ação Social de Leiria.

Assim, a Associação de Desenvolvimento e Bem Estar Social da Freguesia da Barreira, a Academia Cultural e Social da Maceira e o Centro Social Paroquial Paulo VI foram as instituições contempladas com este apoio, sendo estas creches, que há muito eram ansiadas pelas populações locais, também participadas pelo Plano de Recuperação e Resiliência.

Importa referir que o projeto modelo das creches foi desenvolvido pelo Município e disponibilizado a título gratuito a estas Instituições, agilizando procedimentos, sendo expectável que estas creches possam já receber crianças em setembro de 2024. Sabemos que a resposta não é suficiente, mas estão a ser preparados mais três projetos de creches, o que é um sinal claro de resposta progressiva e continuada de ajuda a jovens pais e mães e, por conseguinte, um apoio à natalidade, pois sabemos que as taxas demográficas tenderão a equilibrar, quantos mais incentivos forem dados a novos projetos de vida.

Leiria tem um município atento que se adapta e inova. Um município que respeita o seu passado, mas constrói Futuro. E que sabe bem que o futuro só poderá ser verdadeiramente promissor quando se preconiza que a ação social é basilar para enfrentar desafios globais e garantir o bem-estar de todos. Um município que, ao contrário do que ouvimos aqui hoje nesta assembleia, tem um executivo com estratégia coerente, com vontade político, é atento, tem obra e, não obstante as críticas costumeiras, continua com energia para fazer mais e melhor por todos os municípios do concelho de Leiria. Obrigada.”

Intervenção do senhor deputado Manuel Carreira - CDS-PP/MPT

Transcrição:

"No desejo de que esta noite todos estes conteúdos nos interessem a todos, nos enriqueçam, a mim pessoalmente também. Gostaria de falar, de dizer que a saúde é sobretudo preventiva e nós continuamos sempre a falar decorativa, de remendos e mais e mais. A nossa mente terá que mudar nessa perspetiva o mesmo, digamos, para a educação e eu trago aqui um exemplo daquilo que vemos, a nossa rua capitão Mouzinho de Albuquerque com aquelas flores que, permitam-me a expressão, pareciam campas, neste momento são sarcófagos. No espaço de meses destruíram tudo, isto é inaceitável, nós temos de lutar muito pelo, pela luta de evitarmos o vandalismo, pela educação, pelo controlo por nós próprios a cada momento, portanto, é um mau exemplo, mas aquilo que me traz aqui neste momento são sobretudo uma transversal como sempre que é o problema dos fogos, podemos ter tudo, mas uns minutos de oxigénio fazem desaparecer a humanidade e nós continuamos sem políticas verdadeiras de fogos preventivamente. Este ano foi um exemplo, temos matas maravilhosas como a Curvachia que são de altíssimo

risco, é mesmo maravilhosa, mas gostava de deixar aqui um pequenino desafio, já não tão longitudinal ao senhor Presidente, muito simples, que até ao dia 10 de março não nos apareça nos nossos jornais Leiria, capital da Cultura, Leiria, capital do desporto tem uma nascente na base da muralha do Castelo que sai da PSP, é uma nascente cuja líquido é muito escuro, é malcheiroso, as ervas à volta florescem maravilha há anos, muitas comunicações já foram feitas para a câmara, tudo isto com alguns sólidos a meio compatíveis com esgotos a céu aberto na cidade de Leiria, no centro histórico. É um desafio que eu acho que podemos resolver.”

Intervenção do senhor deputado João Silva – IL

Transcrição:

“Bom, vou tentar aproveitar aqui o máximo possível.

*Caro deputado Acácio de Sousa, você ficou incrédulo de certa forma com aquilo que eu estive aqui a dizer, mas eu também fiquei incrédulo com a sua reação aqui porque, aliás, você obrigou-me na verdade a ir confirmar o e-mail da convocatória porque a convocatória diz **(Presidente da Assembleia Municipal – Senhor deputado, deixe-me dizer-lhe o seguinte, eu não costumo corrigir expressões, mas peço-lhe que possa substituir o “você” por “senhor deputado”. Obrigado.)** Peço desculpa, mas, pronto, o que eu estava a dizer e se calhar até faço uma pergunta mais simples ao senhor deputado que é, nós estamos a apreciar o Estado do Concelho ou estamos a apreciar a gestão do executivo? São duas coisas distintas, podem tocar-se, mas são 2 coisas distintas, tão simples quanto isso. A questão da, e já agora, falei aqui de certo modo na questão do Centro Hospitalar de Leiria e o executivo tem poder, tem poder de influência e poder de pressionar o Governo Central para que medidas se apliquem, tal como também a sua colega deputada já, já referiu aqui, o poder, o executivo está a pressionar o Governo para implementar determinadas medidas nesse aspeto, por isso, é sempre algo que podem fazer e já agora, se me permitem só dois segunditos, a questão do roubo não existe de certo modo lucro numa autarquia, o que existe é cobrança excessiva ou não porque as despesas e os rendimentos numa gestão autárquica para todos os efeitos devia-se, devia ser anulado, ou seja, os rendimentos e os gastos deviam-se anular de certo modo, não anulando significa que, de facto, cobrámos a mais via impostos, via taxas aos munícipes e sim, 13 milhões de resultado líquido acumulado nos últimos 2 anos constituem por esta lógica roubo. Era só tentar esclarecer este bocadinho que já passou o meu tempo, peço desculpa. Obrigado, senhor deputado e senhor Presidente da Assembleia.”*

Intervenção do senhor deputado Tiago Duarte - PS

Transcrição:

“Senhor Presidente, muito boa noite. Permita-me que na sua pessoa cumprimente todos os presentes e todos os que nos estão a acompanhar em casa.



Sendo esta uma Assembleia que pretende discutir o Estado do Concelho, estando nós a meio do mandato deste Executivo, resulta que todos nós façamos uma reflexão daquilo que foi realizado nos últimos dois anos e sobre aquilo que está preparado e que pode ser feito nos próximos dois.

Pretendo abordar a temática do Ambiente, nomeadamente, e em primeiro lugar, sobre as medidas que foram tomadas até aqui. Felizmente existe algumas medidas que merecem destaque e que nos deixam numa posição mais favorável quando comparado com o existente no início deste mandato.

Não pretendendo ser muito exaustivo, até porque grande parte destes assuntos foram sendo trazidos a esta Assembleia. Não pode deixar de merecer destaque os projetos de Biometano que estão previstos, cujo sucesso na sua implementação terão como resultado a clara melhoria ambiental do Concelho. Com estes investimentos passaremos de uma realidade em que temos que tratar um resíduo, para uma outra muito melhor, em que o resíduo é tratado como matéria-prima para a produção de biogás e de fertilizantes para a agricultura. Os custos de tratamento são mais baixos para os produtores, bem como os impactes ambientais associados, funcionando como um modelo de Economia Circular. Sendo esta a grande promessa eleitoral deste executivo, pelo trabalho que foi realizado nos últimos dois anos, podemos concluir que estamos na direção certa.

Mas não só aqui foram realizadas ações positivas nesta matéria. Podemos também falar do Plano Estratégico de Reabilitação de Linhas de Água (PERLA) Leiria, que já permitiu reabilitar uma boa parte das linhas de água, com uma reabilitação de engenharia natural. Ou da recuperação dos talhões do Pinhal de Leiria que ficaram a cargo do município, onde num deles já é possível verificar a existência de pinheiros com 1,80m, vegetação autóctone junto das linhas de água, acompanhado de parcerias com empresas com vista à plantação de mais árvores, com o compromisso destas acompanharem o seu crescimento.

Falemos também das Ilhas Urbanas, que permitem a recolha de dados que é desejável que sejam essenciais para a tomada de decisão em projetos a implementar. Ainda que, por ser um projeto recente, se esteja ainda a afinar o seu funcionamento, estamos em crer que os resultados obtidos, e devidamente tratados pelo IPL, serão uma mais-valia para o futuro da cidade. Poderemos todos confirmar estes dados nos relatórios de acompanhamento que serão disponibilizados, bem como nas apresentações públicas previstas.

E no que respeita às perdas de água, ao contrário do aqui foi referido pelo Sr. ° Deputado do PSD, elas não são de 40%, mas sim de 31%, dados de outubro de 2023, o que significa que foi possível, face ao ano passado, baixar até agora 4%, podendo esta percentagem ser ainda menor no final do ano. Ainda que não seja a situação que todos pretendemos, não estamos perante um acréscimo de perdas de água, mas precisamente o contrário e em

linha com os anos anteriores, significando esta trajetória que os investimentos que têm sido realizados têm resultado face aos objetivos pretendidos.

Chegados a esta fase é essencial que se olhe para o futuro. Que estes projetos e outros continuem a sua implementação, ultrapassando todos os obstáculos que possam surgir. E também que se aposte em outras áreas do Ambiente. Deixamos a sugestão de ser apresentada uma forte aposta na plantação de mais árvores, nomeadamente no perímetro urbano, sabendo que este gesto poderá ser responsável por minimizar as alterações climáticas, produzindo igualmente ganhos no conforto da população. Sempre numa perspetiva sustentável e devendo as espécies a plantar devidamente selecionadas. Muito obrigado.”

Intervenção do senhor deputado Ricardo Abreu - PS

Transcrição:

"Ricardo Abreu, PS.

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal e na sua pessoa permita-me cumprimentar todos os deputados, autarcas, jornalistas e pessoal de apoio aqui presentes, assim como todos os munícipes que nos acompanham aqui ou através das redes sociais.

Hoje, chegados a meio do atual mandato autárquico, e aproximando-nos dos 50 anos do 25 de abril de 1974, perante um panorama de crises económicas e sociais em que a incerteza é a nossa única certeza, quando discutimos o estado do concelho ou do país, é indispensável falarmos deste direito constitucional que é o direito à habitação e das respostas municipais nesta área.

Ao nível de soluções habitacionais, o município dispõe atualmente de 111 fogos para habitação social, estando prevista a construção de mais 50 fogos até 2025, espalhados por todo o concelho e não bairros sociais como aqui se disse, num investimento de cerca de 6,4 milhões de euros, permitindo assim dotar o município de uma maior e mais ajustada capacidade de resposta aos agregados familiares mais carenciados.

Adicionalmente, complementando o parque habitacional municipal, registam-se também as habitações sociais de outras entidades públicas, privadas ou sociais do concelho, incluindo os 19 fogos recentemente cedidos pelo grupo SECIL.

No entanto, ciente de que o seu parque habitacional ainda precisa de crescer mais 50 fogos para além dos existentes e planeados para fazer face às necessidades sociais do concelho, e tal tratando-se de um investimento considerável e moroso, a Câmara Municipal de Leiria decidiu, em bom tempo, alargar o seu Programa de Participação do Arrendamento, apoiando 240 agregados familiares num valor até 280 euros, correspondendo a 40% do valor da renda mensal daqueles agregados mais carenciados. A estes programas acrescenta-se também o Fundo de Emergência Social, que prevê igualmente apoios neste domínio.

Estas soluções habitacionais e apoios sociais adotados pelo Município de Leiria, constituem assim uma resposta social robusta no domínio do acesso a habitação digna por parte de famílias carenciadas, e saliento, famílias carenciadas, com um impacto orçamental relevante. E por isso, um bem-haja ao município pelas suas ações neste contexto social tão difícil!

No entanto, não podemos ignorar que os conflitos internacionais e a crise inflacionista que já vivemos neste mandato contribuíram para o disparar dos preços das rendas e das casas, por todo o país e pela Europa fora, dificultando significativamente o acesso à habitação por parte de jovens e famílias, até mesmo de classe média. Sim, não é um problema só de Portugal. Por isso, nos dias de hoje não podemos apenas falar de habitação social, mas sim também de habitação acessível.

Mas é indispensável sermos realistas nesta matéria: quaisquer soluções verdadeiramente estruturantes e impactantes nesta área só são exequíveis, pelo seu elevado custo que comportam, se forem de âmbito nacional ou europeu. No entanto, obviamente que a existência de respostas municipais que complementem estas soluções e que as ajustem à realidade de cada concelho são importantes e bem-vindas, mas sempre numa perspetiva de complemento.

Neste sentido, cientes da situação urgente e difícil que o país e Leiria enfrenta no domínio da habitação, o grupo municipal do Partido Socialista salienta todo o trabalho, seja a nível de licenciamentos ou ação social, que a Câmara Municipal de Leiria tem vindo a desenvolver, mas é também nossa sugestão que a Câmara Municipal pondere e estude uma lista alargada de apoios ao nível da habitação para os leirienses, em particular para os jovens estudantes e trabalhadores e para as jovens famílias.

E é nosso entendimento que nesse estudo devem figurar medidas de apoio seja na aquisição e no arrendamento, permitindo assim à Câmara Municipal refletir profundamente e adotar as medidas que considerar mais apropriadas, eficazes e consequenciais face à realidade do concelho, do ponto de vista do seu impacto financeiro, tanto no orçamento municipal como no orçamento das famílias apoiadas.

Na política, não há caminho direto ou perfeito. O caminho é sinuoso, mas o sentido é só um: em frente! E desta forma, vamos continuar a afirmar Leiria enquanto um concelho cada vez mais justo e solidário, com melhor qualidade de vida e vasto em oportunidades, como tem vindo a ser feito.

E por isso, os leirienses podem continuar a confiar na Câmara Municipal para responder às suas necessidades, ambições e aspirações, por todo o trabalho que já foi desenvolvido.

Há Futuro em Leiria e ele é promissor! Disse!”

Intervenção da senhora deputada Alexandra Seródio - PS

Transcrição:

"Alexandra Serôdio, PS.

Senhor Presidente, na sua pessoa cumprimento os presentes e aqueles que a esta hora ainda nos acompanham online.

A habitação acessível continua a ser um tema atual que nos preocupa a todos. Devido à sua localização estratégica e à resposta de emprego que tem para oferecer, o concelho de Leiria continua a ser bastante procurado por aqueles que pretendem aliar a qualidade da vida, à segurança, à estabilidade laboral e à educação.

Como aqui lembrei ao longo deste ano, Leiria também sofre das dores de crescimento como qualquer outra grande cidade.

Os efeitos da guerra em Israel, quando ainda sentíamos os efeitos da Guerra da Ucrânia, atravessam oceanos e continentes, impactando a economia e os negócios na Europa e em Portugal, através do aumento dos custos da energia, das matérias-primas, da inflação e dos juros, e contribuindo para um arrefecimento do desenvolvimento económico, que acaba por sentir-se na vida das famílias a vários níveis.

O conflito no Médio Oriente tem efeitos também no universo da habitação e do imobiliário, traduzindo-se na subida dos custos da construção, no aumento dos juros do crédito habitação, na redução da venda de casas e ainda na queda de investimento imobiliário, agudizando a crise habitacional que se vive em Portugal e na Europa.

Há, contudo, oportunidades para o nosso país. Portugal pode tornar-se um destino de investimento, ou residência, por ser um país extremamente seguro, estando na linha da frente para ser o destino de eleição para quem procura paz e estabilidade.

Srs. Deputados,

Com mais de 500 km², o concelho de Leiria tem atualmente 130 mil habitantes, dos quais 6889 estrangeiros (dados de 2020).

Por consequência, a procura de casa para comprar tem vindo a aumentar, cifrando-se neste momento nos 50%, sendo que a oferta de habitação - apesar do aumento na construção - , continua a não responder às necessidades.

Neste momento há três mil fogos em licenciamento e construção no concelho. Na zona urbana de Leiria serão mais de dois mil fogos.

Em outubro último o valor médio do metro quadrado em Leiria (concelho) era de 1.353 euros - tendo sido atingido o máximo histórico -, sendo a variação anual positiva de 1,7%.

Para além da freguesia do Coimbrão, que regista neste momento o valor de 1.401 euros o m², da União de freguesias de Marrazes e Barosa com 1.398 euros o m², e da União de Freguesias de Parceiros e Azoia que tem o m² a 1.325 euros, a União de Freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes, atingiu em outubro o seu recorde, estando o valor do metro quadrado em 1.687 euros.

Os apartamentos são a tipologia mais cara, com um preço médio de 1.860 euros m², enquanto as moradias são a tipologia mais económica com um preço médio de 1.352 euros por m².

Arrendar casa no concelho de Leiria custa hoje 8 euros o metro quadrado mais 3,1% que em setembro e mais 23,3% que em outubro de 2022.

O aumento mais expressivo regista-se nos T1 e nos T3.

Sabemos que este executivo está atento às novas realidades. Foram adotadas medidas destinadas a simplificar procedimentos, eliminando formalidades desnecessárias, o que se traduziu em respostas mais rápidas aos munícipes e empresários da parte do Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística.

Senão, vejamos alguns dados:

Aprovação de projetos de arquitetura:

1522 (entre 2017/2021)

1633 (2021/2023)

Licenciamentos:

1697 (entre 2017/2021)

1640 (2021/2023)

Alvarás de construção:

1806 (entre 2017/2021)

1430 (2021/2023)

Alvarás de utilização:

1169 (entre 2017/2021)

1166 (2021/2023)

Senhor presidente do Executivo, permita-me que hoje apele para que se continue a:

1 - Agilizar processos para aprovação de projetos de arquitetura e de especialidade;

2 - Acelerar a emissão de licenciamento para construção nova

3 - Acelerar processos de alteração de afetação de espaços de comércio e serviços para habitação.

4 - Acelerar a emissão de certidão de isenção de licença na Área de Reabilitação Urbana

Desta forma podemos ajudar a responder às dificuldades sentidas pelos munícipes na conquista da sua habitação.

Disse!"

Intervenção do senhor deputado Manuel Cruz - PS

Transcrição:

"Manuel Cruz, deputado do PS.

Senhor Presidente da Assembleia Municipal permita-me que na sua pessoa cumprimente todos os presentes quer física, quer virtualmente.



Hoje tenho a missão de apresentar uma análise profunda e reflexiva sobre a atividade económica atual do nosso concelho de Leiria. Esta é uma análise fundamentada nos dados recentes do INE, Banco de Portugal e Ministério das Finanças. Reconhecemos que o ano de 2022 foi um ano de grande crescimento da atividade económica e rentabilidade das empresas o que, conhecidos estes resultados, poderão alterar estes dados de modo mais positivo. As empresas são elemento fundamental no desenvolvimento social e cultural do concelho, são, por excelência, de iniciativa privada. Certamente que o crescimento da atividade económica em Leiria tem como reflexo todo o trabalho efetuado por este executivo, quer a nível cultural, quer a nível escolar, social e na saúde. Por vezes, podemos perguntar se a atividade das pessoas ao concelho é nas empresas ou é do envolvimento social que existe no concelho. Eu digo-vos que creio que um e outro estão intrinsecamente ligados e se complementam. A perceção que existe sobre a atividade empresarial do concelho, empresas e sua caracterização assim como o ambiente económico envolvente é percecionado por cada, por cada um e influenciado pela sua situação profissional, pela sua situação pessoal e pela sua envolvência social e cultural. O seu crescimento e a sua capacidade de criar riqueza são fundamentais para uma sociedade mais equilibrada nas suas vertentes sociais e igualdade de oportunidades, liberdade, cultura, família e conhecimento. Leiria tem uma população de cerca de 130 mil habitantes e uma força de trabalho ativa, uma força de trabalho ativa e revela um potencial crescimento notável. A taxa de desemprego, embora moderada nos cerca de 5%, traz consigo um desafio a oportunidades de melhorias. A igualdade de género em termos de rendimento ainda é um campo a ser desenvolvido com as mulheres a ganharem em média menos 10,6% que os homens. O vencimento médio em Leiria anda na casa dos 14.600 euros e 65 % das famílias em Leiria ou dos rendimentos das pessoas em Leiria, agregados fiscais, estão abaixo deste valor. Quanto ao poder de compra per capita, Leiria está acima da média nacional com um rácio de 105,75%. Já nos indicadores da educação, Leiria está acima da média nacional sendo relevante os 117,2% no ensino secundário. Leiria destaca-se pela presença de 18.728 empresas refletindo uma diversidade sectorial impressionante, além dos números estas empresas são o motor pulsante da economia do nosso concelho, no seu conjunto representam um volume de negócios de cerca de 6.700 milhões de euros dos quais 700 milhões são exportados. Com uma taxa de cobertura das importações pelas exportações de 86,9%, Leiria mostra o seu potencial no mercado global, este cenário sublinha a necessidade de fortalecer ainda mais a presença das nossas empresas no mercado internacional. As importações são superiores às exportações e, como disse anteriormente, representam 86,9% e tem uma taxa de cobertura de 86,9%. Contudo, podemos dizer que as 4 maiores empresas do concelho de Leiria representam 10% do volume dos negócios. A criação de riqueza é de 1.300 mil milhões de euros, evidencia um cenário económico

robusto, mas com sinais de desaceleração que exige a nossa atenção e ação imediata. Leiria é caracterizada por uma população de pequenas e médias empresas, observamos uma concentração significativa nos setores de consultoria e serviços administrativos, 24%, no comércio a retalho de 20,5%, depois a alimentação, restauração e outros, as PME's que representam 78,1% do total destacam-se pela sua capacidade de gerar receita demonstrando a vitalidade do nosso tecido empresarial. Ao abordar a atividade económica das empresas numa ótica de IRC, Leiria apresentou um crescimento de 12% da cobrança de IRC, o que evidencia uma melhor rentabilidade económica, o mesmo sucede com a arrecadação do IVA entre 2008 e 2020 tendo-se verificado um aumento de 150 milhões de euros, o que evidenciou o volume de negócios. Apesar de uma forte resiliência apresentada nos últimos 3 anos pelas empresas sedeadas em Leiria alguns indicadores evidenciam alguma desaceleração quer na atividade económica, quer na criação de emprego. As empresas são por excelência de iniciativa privada, o desenvolvimento da economia tem como objetivo o desenvolvimento social e económico. É da responsabilidade das entidades públicas e seus decisores criarem condições necessárias ao seu desenvolvimento. Este Executivo tem demonstrado de forma consistente um trabalho com o objetivo da sedeação das empresas no nosso concelho. A entrada em utilização do Parque Industrial de Monte Redondo assim como a entrada em utilização dos espaços destinados a empresas de tecnologias avançadas no mercado é sinónimo que queremos ir mais longe. Não podemos falar de desenvolvimento económico sem mencionar o papel central na educação. O Instituto Politécnico de Leiria é um bastião de conhecimento e inovação, é essencial criar sinergias com o IPL, as empresas e o Município para transformar o conhecimento em crescimento económico atingível. Não é só o país que perde a direção mais bem formada, Leiria também sofre do mesmo problema e tem de criar condições para reter este investimento, este conhecimento, a questão é como podemos catalisar o nosso potencial económico e social para um desenvolvimento sustentável e inclusivo, sustentável e inclusivo? Senhor Presidente, é importante assumir uma visão para o desenvolvimento económico do concelho, procurar dotar Leiria de uma competência única e diferenciadora que seja referência, ir mais além do que os outros criaram, do que os outros ou do que já se fez, talvez criar um centro de conhecimento aplicado, centro com dinâmica autonomia própria para suporte, com o suporte do Município, do IPL e do Nerlei. O empresário só tem necessidade de conhecimento quando se sabe da sua existência e reconhece a sua importância para a sua empresa quando confia nesse conhecimento. Colocar o conhecimento adquirido acessível às empresas deve ser um objetivo e uma missão do Município. As novas tecnologias baseadas no que chamamos hoje de inteligência artificial são fundamentais para a melhoria da rentabilidade tornando as empresas mais ecológicas, com menos erros, mais assertivas e que potenciam melhores rendimentos para as

empresas e os seus colaboradores. Devemos investir em programas de capacitação dos leirienses, capacitação dos leirienses especialmente nas áreas da tecnologia e gestão garantindo que não só as empresas, mas que Leiria e os leirienses estejam preparados para os desafios e oportunidades do futuro. Senhor Presidente, as empresas sempre estiveram na sua agenda, como atrás referi trabalhou arduamente para que Leiria seja reconhecida como uma sociedade ou como um concelho atrativo para as empresas. Juntos podemos transformar Leiria num modelo de inovação e crescimento económico. Disse.”

Intervenção do senhor deputado Raul Testa - PS

Transcrição:

"Sintam-se cumprimentados por igual medida,

(((não posso deixar de começar por esclarecer o PCP pela segunda vez - e a deputada Joana Cartaxo pela primeira - de que o Pinhal de Leiria, o Pinhal do Rei, se situa a 100% no território do concelho da Marinha Grande. Hoje aqui o debate é o estado do concelho, mas é o concelho de Leiria e não o do concelho vizinho; esclareço também o deputado do PSD Fábio Bernardino que não estamos cá hoje para discutir o estado da cidade, mas sim o estado do concelho, lapso na certa, mas fica a correção)))

- No mundo digital em que já vivemos a realidade é que a Administração Pública ainda está muito atrasada, mas, nesse contexto, a Câmara de Leiria tem feito um grande caminho nos últimos anos.

- Desde 2015 a Câmara já só recebe processos de urbanismo em suporte digital e isto é um grande passo ambiental, mas também para a desmaterialização e futura transparência da Adm. Pública.

- Já em 2023, a Câmara criou linhas telefónicas dedicadas para o apoio à submissão digital das operações urbanísticas e para contacto com os diversos gestores de processos urbanísticos.

- Para além disso, já é possível o agendamento on-line e atendimento por marcação dos técnicos da área do urbanismo e também foram simplificados os requerimentos de instrução das operações urbanísticas.

- O site do urbanismo está em fase final de preparação para ser responsivo, ou seja, será brevemente possível utilizá-lo sem restrições independentemente do tipo de equipamento com o que o cidadão esteja, seja um computador fixo, portátil, telemóvel ou tablet.

- Em 2024, o foco vai claramente no utilizador, algo que muito me diz, o Município vai começar a permitir todos os pagamentos de forma virtual, vai também ter SMSs para comunicar ao cidadão alterações dos processos nas diversas fases da operação urbanística

- Para além disso, vai ter requerimentos dinâmicos, onde passo a passo, a pessoa vai selecionando a tipologia do pedido, permitindo a orientação da escolha de forma intuitiva.

- A CM vai ainda rever as normas de apresentação de ficheiros e dos elementos instrutórios, tornando mais objetivos os elementos necessários para cada operação urbanística.

Deixo a proposta da criação de uma app do cidadão leiriense. Eu sei que a Câmara tem uma app, mas não a considero capaz nem atualizada no que toca à experiência do utilizador. Proponho uma app que abarque todas as facetas de ser Leiriense. Não me refiro a um mero repositório de comunicação da CMLeiria. Esta app deve ser a APP em que o cidadão trata de tudo o que tenha a ver com a Câmara Municipal, para além de streaming dos eventos, streaming das Assembleias Municipais, um Hub de transparência para os cidadãos saberem o que a CM faz sem a complicação que é um site municipal, explicações breves sobre o orçamento municipal, compra de bilhetes para os teatros e coisas mais comuns, mas úteis como foto-denúncias, pedidos de recolha de monos e outros que tal.

Como comecei por dizer no que toca à modernização administrativa, o caminho em toda a adm. pública é bem longo, mas o facto da Câmara Municipal já ter passado do paradigma da desmaterialização dos processos para o paradigma de melhorar a experiência do utilizador é claramente uma vitória de todos os Leirienses e, por isso, tenho que individualizar a vereadora Catarina Louro na parabenização que faço a todo o executivo.

Quando falamos de mobilidade temos que definir bem o que estamos a falar.

- É mobilidade entre o nosso concelho e os concelhos limítrofes?

- É mobilidade dentro do maior polo urbano do nosso concelho, ou seja, a cidade?

- É mobilidade entre a cidade e os outros polos mais pequenos como os centros das freguesias?

- É a qualidade dos serviços de transporte público?

- É o crescimento das condições para os modos suaves de mobilidade?

O que é ter um bom desempenho nesta área? Para mim é tomar decisões e que as decisões tenham os cidadãos na primeira linha de pensamento. É isto que se pede a um executivo municipal.

- Neste mandato, pela primeira vez, eu vejo um esforço efetivo de um presidente da Câmara de Leiria em pensar a mobilidade no território do centro do país, melhorando a mobilidade entre o nosso concelho e os nossos vizinhos, nomeadamente a Marinha Grande que, como sabemos, já está quase totalmente ligada a Leiria em termos de malha urbana.

- Neste mandato, vejo pela primeira vez um executivo com pensamento e ação para diminuir o número de automóveis dentro da nossa cidade e com o foco mais colocado nos peões através do alargamento de passeios, criação de novos parques periféricos de estacionamento gratuito (já são mais de 4000) e serviços de transporte público em franco crescimento na última década.

- Sr. deputado Fábio Bernardino, concordo com algumas observações e crítica que fez ao Mobilis, no que toca às linhas e a alguma organização. Concordo consigo. Concordo igualmente com outras críticas que fez.

- No entanto, e quanto ao Mobilis os dados não mentem e dizer que os leirienses não usam os transportes é, perdoe-me, um achismo. A realidade é que o número de passageiros transportados no nosso concelho passou de 613 174 em 2016 para 1 053 942 (um milhão, 53 mil, 942) em 2019. Aliás, de 2016 para 2017 houve um crescimento de 53% no número de passageiros, o que é impressionante. Este ano os números apurados até julho já mostram que regressaremos a níveis de crescimento pré-pandemia.

- A estes números muito bons não são alheias medidas como o alargamento da oferta Mobilis para os fins de semana; o alargamento Mobilis para novas paragens e melhoria de horários em função da procura; e os transportes públicos gratuitos para estudantes até aos 18 anos, tudo medidas dos últimos anos.

- Sr. deputado Fábio Bernardino, no que toca à gratuitidade do IC36, o grupo do PS nesta casa já aqui apresentou há largos meses um requerimento para a Câmara exigir esta situação ao governo.

- No que toca à mobilidade nas freguesias, a câmara dotou várias estradas de passeios, algo absolutamente fulcral mesmo que isso sacrifique a velocidade máxima a que os automóveis podem circular.

- Caros deputados, pela primeira vez, já vi vários executivos passar pela nossa câmara, mas é a primeira vez que vejo um com capacidade de assumir uma deslocalização do terminal rodoviário, algo que vai mudar de vez para melhor a cara e a saúde do centro da nossa cidade, 300 autocarros por dia no coração da cidade é muito prejudicial a todos os níveis.

- E para escolher o novo local deste terminal, este executivo optou por fazer um estudo sério sobre a melhor localização e deixar os 'achismos' para trás; fez um diálogo muito extenso com os stakeholders mais relevantes neste campo e até sessões abertas aos cidadãos para ouvir a opinião pública.

- Exemplar, meus caros, exemplar.

Para o futuro da mobilidade, deixo algumas notas em forma de pedido e recomendação ao executivo:

- Temos de ter mais autocarros elétricos no mobilis - a eletrificação já começou, mas devemos continuar esta aposta.

- Temos de continuar o reforço da rede mobilis com linhas mais diretas, mais linhas e mais serviços e temos que ter algumas linhas em que haja mais serviços do que a procura de forma precisamente a estimular a procura dos nossos cidadãos.

- Temos de apostar em transformar estradas de acesso a Leiria em estradas mais urbanas, com passeios e ciclovias. Refiro-me à estrada da figueira entre os Marrazes e Leiria, refiro-me à estrada entre as Cortes e Leiria e várias outras.

- Devemos fechar um Plano de Mobilidade e visto que a mobilidade não deve ser pensada em formato de um concelho-ilha, peço que se tenha em conta um plano de mobilidade intermunicipal.

Por tudo o que referi, no que toca à mobilidade, o concelho de Leiria tem melhorado muito. Há bastante caminho pela frente para todo o concelho ficar mais perto do centro, para devolver o centro da cidade a quem nela vive e a quem dela quer usufruir, mas este executivo tem feito esforços notáveis nesse caminho.

Por fim, deixo um pedido que é meu, mas que me parece que também será de todos os leirienses que gostam de usufruir do centro da cidade: Apelo a que, assim que o terminal rodoviário saia da Av. Heróis de Angola, o Largo 5 de outubro seja encerrado ao trânsito,

- Para que fique claro, refiro-me à estrada em frente ao jardim Luis de Camões que liga a rotunda do sinaleiro à Av. Heróis de Angola.

- Só assim conseguiremos evitar que este tão nobre espaço seja utilizado como uma artéria de distribuição de trânsito.

- Naturalmente que proponho que está alteração se faça gradualmente e com um período transitório com regras definidas para horas e dias em que se possa circular ou não.

Quanto à comunicação e eventos municipais eu pergunto em que mundo vivem os senhores deputados do Chega? Será certamente num mundo em que a comunicação é gratuita.

- Boa parte da minha carreira profissional foi em comunicação, por isso até estou bem à vontade para falar deste tema.

- Conheço bem a câmara de Leiria, já lá trabalhei, e em comparação com outras de dimensão semelhante, está tem uma estrutura de comunicação com muito menos recursos humanos

Como vocês, eu também li as notícias da imprensa local sobre os valores investidos em comunicação, mas até acho interessante a imprensa ter retirado da lista os valores que a CM investiu em publicidade nos jornais e vocês sobre isso não dizem nada.

Agora eu pergunto, como é que o senhor deputado Hugo Morgado quer que a CM chegue aos leirienses e aos restantes portugueses? Sinais de fumo?

-Oh sr. deputado, a comunicação é um investimento que traz frutos mensuráveis.

- Todos os eventos que Leiria tem têm crescido em número de pessoas e atualmente os portugueses sabem que Leiria é uma cidade de média dimensão e com ótima qualidade de vida.

- Há 10 anos não era isto que os Portugueses pensavam sobre Leiria, aliás para muitos Leiria não existia. Se não sabem a que me refiro é porque não usam o Reddit.

- Mandar esta mensagem para tantos milhões de pessoas tem um enorme custo.

- Tomemos a Feira de Leiria como exemplo. A Câmara destinou cerca de 60 mil euros para comunicação do evento. A Cision fez um estudo de impacto do evento na opinião pública nacional e esses 60 mil euros corresponderam a um impacto de cerca de 6.7 milhões de euros.

- As externalidades positivas dos eventos não são sequer receita para a Câmara, mas sim para os negócios de Leiria.

- E se querem que vos diga, muito provavelmente se houver um estudo ao esforço de mudança da opinião pública de um país como Portugal sobre um território como Leiria, esse esforço vai ser calculado em centenas de milhões de euros, um valor incomparavelmente superior ao que a CM tem gasto para promover o nosso território.

- Srs. Deputados, que Leiria queremos?

- Queremos turismo ou nem por isso?

- Queremos novas empresas tecnológicas a instalarem-se em Leiria pela qualidade de vida e de negócios ou nem por isso?

- Queremos entretenimento que dá vida e atrai milhares de pessoas ao centro da nossa cidade, com todos os benefícios que isso traz para os nossos negócios locais, ou nem por isso?

Os eventos são muitos? Claro que são muitos e digo-vos também: venham mais!

- Naturalmente, a CM deve sempre acautelar os interesses de quem vive nas zonas diretamente afetadas com os efeitos dos eventos como o barulho, a poluição, etc., mas com ponderação e com mais infraestruturas públicas teremos espaço para atrair mais gente ao nosso território.

Eu não sei que Leiria querem os srs. deputados, mas eu não quero uma Leiria pequena, abandonada e envelhecida, como a que tínhamos até ao PS vencer as eleições em 2009. Eu sei bem a Leiria que quero.

A estratégia deste executivo passa também por investir neste campo e tanto eu como a bancada do Partido Socialista estamos de acordo com este rumo.

Relativamente à insegurança... Sr. deputado Hugo Morgado.

- Há muitos sentimentos que temos que são formados por toda a informação que nos vem das redes sociais e da comunicação social e que ou pura e simplesmente não correspondem à verdade dos factos.

- A comunicação social extrapola tudo o que tenha a ver com insegurança porque sabe que o tema fixa a atenção das pessoas e a direita populista extrapola o tema porque adora usar os nossos piores e mais primitivos sentimentos para crescer e chegar ao poder.

- *A direita populista e a comunicação social tanto martelam que estamos mais inseguros, que é muito fácil todos nós acharmos isso e até encontrarmos sinais disso.*
- *Deixem-me ser abundantemente claro: TODOS os dados que temos tanto no concelho como no país mostram um país todos os anos mais seguro e não o contrário. Está aqui neste papel, estes são os dados de todos os Relatórios Anuais de Segurança Interna (o RASI) desde 2010.*
- *Excetuam-se os anos de 2020 e 2021 por estes serem os anos de pandemia e em que o crime desceu por motivos óbvios.*
- *Claro que agora a direita populista, na sua ânsia de mostrar que estamos constantemente à beira do abismo e de ligar um suposto aumento de criminalidade aos migrantes, agarra-se à comparação entre 2021 e 2022 para dizer que o crime subiu muito em 2022 quando, na realidade, ele está essencialmente igual a 2019 e até mais baixo nos números de crimes violentos.*
- *Sr. deputado Luís Paulo Fernandes do Chega, o sr. diz que não é racista nem xenófobo e logo na frase seguinte diz que se continuamos a receber migrantes não há polícia para segurar tanta gente. Se isto não é uma afirmação xenófoba, então eu não sei mesmo o que será esta sua frase, Sr. Deputado. Se não tem vergonha da sua afirmação, devia de ter.*
- *Mas enfim, já sabemos que a direita com uma ideologia profundamente populista é isto, é sempre o Nós contra Eles, seja na religião, na cultura ou na cor da pele.*
- *E é neste campo que a extrema-direita populista cresce como um cancro da nossa democracia.*

Disse.”

Intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal

Transcrição:

“Muito obrigado, senhor Presidente.

Irei ser rápido. Ouvi com muita atenção os senhores deputados de todos os partidos e, naturalmente, quero fazer alguns comentários sobre o que ouvi, não vou comentar tudo, mas queria deixar aqui alguma reflexão, não só porque achei que fiz uma intervenção inicial que é esclarecedora sobre o que temos feito nos dois anos e se demorou tempo é porque temos muita obra para apresentar e, por isso, não posso deixar também no momento que me cabe a mim como Presidente da Câmara de poder expressar o orgulho que tenho no esforço que fazemos diariamente para cumprir com uma missão de desenvolver o nosso concelho e, portanto, não me posso sentir limitado pelo tempo que utilizo numa assembleia democrática a explicar e a dizer aquilo que é um esforço diário de muitas pessoas para desenvolver o concelho. Por outro lado, tenho a sensação que por mais que faça, por mais que se faça, por mais que nos esforcemos nesta assembleia irá sempre existir partidos que irão estar sempre contra aquilo que a gente faz. Infelizmente, este não é o ambiente político

*que é saudável numa autarquia nem numa assembleia, tanto mais que é uma Assembleia do Município não é uma Assembleia da República a nível nacional. Eu já vou explicar porque é que estou a falar sobre aquilo que é uma autarquia, um município e um país porque porventura ouvimos aqui discursos que são decalcados dos discursos nacionais o que demonstra alguma falta ou bastante falta de criatividade ou a repetição de um argumentário que devia ser adaptado às realidades locais e não usar aquilo que os líderes nacionais porventura dizem porque o nosso contributo nesta assembleia é falar de Leiria e por isso não posso concordar com expressões de como "estamos a assistir a um roubo" ou "o senhor Presidente atirou a toalha ao chão". Só quem não me conhece ou quem não percebe o esforço que dedicamos diariamente é que pode alguma vez imaginar que um Presidente de Câmara que teve a votação que teve ao fim de 2 anos atirava a toalha ao chão, aquilo que eu disse no início foi que o ponto de partida de há 2 anos quando fizemos o programa eleitoral não conseguíamos prever, e acho que nenhum daqui consegue prever, e foi isso que eu expliquei, isto não tem a ver com falta de planeamento porque tive muitas disciplinas de planeamento, felizmente, e acho que aquilo que se fez já no concelho enquanto fui autarca já demonstrou bem o que é que é planear e colocar o concelho atrativo a níveis e patamares que nunca antes tinha alcançado no passado e isso não se faz sem estratégia e sem planeamento faz-se com uma visão. Como é óbvio, ninguém atira a toalha ao chão ao fim de 2 anos, aquilo que eu quis dizer e que quero sublinhar é que nenhum partido nos seus programas eleitorais conseguiu identificar o problema da inflação e do poder de compra vir diminuído, ninguém conseguiu prever isto, ninguém conseguiu prever que íamos ter um nível de imigração que fazia com que as cidades, as principais cidades do país tivessem cada vez mais pessoas a viver nelas de um dia para o outro, esta foi a conclusão que eu quis dizer no início e, portanto, não estamos aqui a inventar esta lógica de falta de planeamento, o que estou a dizer é que temos de ser cada vez mais resilientes e ativos naquilo que é a capacidade de nos adaptarmos aos constrangimentos que o mundo em profunda mudança, em que a nova ordem mundial existe e está em transformação e pensávamos que a seguir ao covid íamos ter uma vida tranquila e não temos e parece que nós, parece que vivemos numa realidade constante, sem oscilações e as oscilações não são só económicas agora são políticas também e não é só em Portugal é em toda a Europa e isto é algo que me preocupa quando estou a falar numa plateia com políticos, parece que não conseguem perceber que, de facto, hoje governar, para além das questões relacionadas com a capacidade de termos uma adaptação como nunca antes tivemos os políticos estão alvo de um escrutínio e de uma análise por vezes exacerbada e exagerada tendo em conta o simples facto "se estás eleito tens de resolver os problemas" e no dia em que vocês estiverem eleitos aqui, estiverem no meu lugar aceitam este tipo de justificação? Esta é a grande **mudança que se vai assistir a seguir, é no dia em que as pessoas claudicarem***

e atirarem a toalha ao chão quem vai estar aqui são as pessoas que desse lado defendiam que era tudo fácil de resolver e depois eu quero saber se vão ser tão críticos como estão a ser hoje com o Executivo, ou com este ou com outro qualquer. Quando hoje falamos de pensamento moderado, de pensamento cuidadoso é como julgar os outros e pensar como faríamos nas condições com que estamos a trabalhar, é este tipo de exercício político que eu acho que os partidos todos sem exceção têm que fazer no curto prazo senão em cima das camadas de crise que estamos a colocar vamos ter uma muito mais grave, mas é que é muito mais grave e volto a dizer aquilo que disse no início, eu fico muito satisfeito porque as áreas fundamentais da Câmara estão todas bem, não foram criticadas. Em termos de educação a pior coisa que existe são as refeições que pelos vistos são escassas, o que dizia à senhora deputada Joana Cartaxo, nós temos um gabinete que acompanha a qualidade e a quantidade, portanto, uma afirmação destas se tem conhecimento agradeço que faça chegar ao meu mail ou ao mail da vereadora, este tipo de afirmações quando nós não temos este tipo de ocorrências, quando se faz um esforço para melhorar não podemos continuar a ter as mesmas reclamações que tínhamos há uns anos atrás onde, de facto, houve momentos em que tivemos refeições que não tinham, se calhar, as condições ideais agora repetir como se fosse um ato de constante, permanente, como se o nosso pensamento não evoluísse e tivéssemos parado no tempo não me parece que seja a melhor maneira de fazer aqui a oposição, portanto, a senhora deputada pedia-lhe o favor de enviar então essas reclamações para podermos verificar o que se passou, mas pelos visto a educação está bem, na cultura e desporto não ouvi comentários nenhuns a não ser o facto de fazermos a animação cultural provocar ruído e provocar alguma, é natural, não é? Eventos que metem centenas de milhares de pessoas na cidade provocam externalidades, tentamos evitar, mas fico muito contente que não haja críticas nesta área. Relativamente às estradas pelos vistos também não ouvi aqui nenhuma reclamação em nenhuma estrada em particular, pelo menos municipal, fico satisfeito. Há aqui também a questão da área social, até fiquei surpreendido porque houve um, apontaram aqui uma percentagem mínima de apoio que é só 1% da população, ainda bem que é só 1%, é sinal que nós estamos a conseguir cobrir todas as outras necessidades. Também não ouvi críticas sobre a rapidez ou menos rapidez dos serviços de urbanismo, principal atividade da Câmara, também fico satisfeito, estamos a trabalhar bem nesta área. Também fico contente porque, pelos vistos os espaços verdes que existem têm vindo a crescer, mas pelos vistos há um que até que custou o que custou, mas pelos vistos não fomos nós que o pagámos, portanto, não é nosso, é utilizado temporariamente por quem quiser lá passar e temos de pedir autorização ao dono dele e depois também fico contente porque não houve nenhuma crítica às contas certas, ótimo, ainda bem, significa que estamos em condições de ter as contas saudáveis para o futuro, Bem, então o que é que foi sinteticamente as críticas que fizeram à Câmara?



Ora bem, área da saúde é a principal crítica que apontam à Câmara, pois voltamos então aquela lógica de atirar a toalha ao chão, não é? Eu pergunto, que responsabilidade tem o Município de Leiria relativamente às urgências do hospital? Alguém me pode explicar? Eu pergunto, os deputados que vieram cá criticar a saúde, se estivessem no meu lugar o que é que faziam para resolver os problemas das urgências do Hospital de Leiria? Atiravam a toalha ao chão? Mas têm soluções? Alguém me pode vir aqui explicar? Eu cedo uma parte do meu tempo para virem cá explicar, alguém é capaz de explicar? Depois, falaram sobre a falta de médicos nos centros de saúde, eu pergunto, é a Câmara Municipal que recruta médicos? O problema de falta de médicos é só em Leiria? O resto do país está cheio de médicos? E na Europa também há médicos em abundância? Não problemas nas urgências de hospitais europeus? Não, pois não? É só em Leiria que há problemas e o culpado é a Câmara, estou a perceber o raciocínio, estamos desfocados, não estamos? Vivemos noutra mundo. Nós estamos numa Assembleia Municipal, não estamos? Estamos, estamos numa Assembleia Municipal, estão a avaliar o trabalho do Município é isso, não é? Eu pergunto, na área da saúde se nós não estamos a cumprir com as nossas competências, com aquilo que nos foi atribuído, eu vou explicar o que é que foi, a manutenção dos centros de saúde estamos a mantê-los todos, a construir novos, fomos o primeiro município do país a inaugurar centros de saúde no âmbito do PRR, já fizemos 3, isso é obra, é da nossa responsabilidade cumprimos, mas estamos atentos e queremos fazer parte da solução, fomos buscar e vamos buscar um esforço do nosso orçamento para tentar atrair médicos que se reformaram outra vez para vir colaborar no Serviço Nacional de Saúde, Serviço Nacional de Saúde, não é o Serviço Municipal de Saúde, isso não existe ainda, pronto. Portanto, muito obrigado, na área da saúde está visto, é uma das críticas que dedicaram uma parte significativa, pelos vistos a culpa da saúde em Portugal é do Presidente da Câmara de Leiria.

Depois há uma outra parte importante que é a segurança, pronto, por acaso a segurança é algo que preocupa e volto a dizer os dados são os que são, mas o sentimento de insegurança é algo que eu não quero que se passe em Leiria e tudo hei-de fazer o que estiver ao meu alcance e o que achar que deva acrescentar a isso para que daqui a 4 ou 5 anos não esteja arrependido de não ter dado um passo para tentar ajudar nesta lógica, é por isso que vamos gastar 750 mil euros em câmaras de videovigilância e vamos receber zero dinheiro de apoio, é do nosso dinheiro que vamos colocar ao serviço da segurança pública nacional, nós ainda não contratamos polícias também e no dia que contratarmos polícias serão municipais, com determinado tipo de limitações, portanto, na área da segurança foi um dos problemas que foi indicado.

Falou-se muito sobre o poder de compra, continuamos a ser o concelho do distrito com o melhor poder de compra e onde se tem mais, infelizmente diminui por causa da inflação,

mas acho que isto não é só em Leiria, o problema da falta de poder de compra não pode ser só acatado ao Município e não deve ser, no meu entender, e depois há um ponto que eu queria sublinhar que é a questão da mobilidade e que já hoje aqui foi bastante falado e curiosamente há intervenções que tanto pedem mais estacionamento na cidade como ao mesmo tempo pedem mais transporte público, é do género que eu já expliquei aqui várias vezes quando se fez um estudo em que se perguntava às pessoas o que é que achavam que devia existir em termos de soluções puseram mais transporte público, então e no seu caso particular? Gostava de ter estacionamento. É um pouco a leitura que temos aqui porque é muito fácil quem não está no poder defender 2 coisas contrárias ao mesmo tempo, muito fácil. O que está a ser feito na mobilidade e volto a dizer, em 2 anos está-se a planear uma transformação na mobilidade de Leiria como nunca existiu antes porque o que estava previsto era a construção ou manutenção do terminal rodoviário no coração da cidade. Nós vamos conseguir, se tudo correr bem, ainda neste mandato transpor o terminal para ao pé do estádio. Se tudo correr bem até lá vamos ter novas viaturas, viaturas elétricas com mais linhas, com mais quilómetros, esse é o nosso objetivo, estamos a meio do mandato, portanto, todas as promessas que foram indicadas ainda teremos tempo para as cumprir, não podem é pedir que a meio do caminho a gente já tenha cumprido tudo aquilo que prometeu para 4 anos, pronto, isso é que eu acho que não é correto, mas no fim estaremos cá para prestar contas.

E queria deixar um último apontamento sobre a intervenção do PSD sobre o pântano. Bem, eu não gosto de falar sobre isto porque prometi para mim mesmo que não deveríamos, que não deveria falar da pesada herança, mas eu acho que o PSD, que tem responsabilidades na governação da Câmara no passado, tem que ter uma noção exata do que é que significa governar ainda com um peso de uma dívida bancária contraída por causa do estádio que nos obriga a pagar 9 mil euros por dia de despesa de serviço da dívida. Enquanto tivermos este montante associado a uma dívida contraída do tempo da governação do PSD eu acho que falar de pântano não parece o termo mais ajustado. A intervenção que ouvi traduziu aquilo que era uma lógica de que estávamos a entregar a Câmara como se tivéssemos um pântano estava só a dizer que aquilo que é a responsabilidade de governação do PSD no passado atira-nos para um dia, para diariamente termos que gerir aquilo que é o serviço da dívida.

Querida deixar só uma última mensagem sobre, sobre o que ouvi e eu queria deixar também aqui sublinhado as intervenções que ouvi de todos, em especial os contributos que deram e muito em particular às intervenções do Partido Socialista que, para além de fazerem a sua intervenção de uma maneira livre e consciente defendendo aquilo que é o trabalho do Município, admiro muito os contributos que hoje deixaram sobre aquilo que é a visão individual de cada um dos deputados para melhorar o concelho. E esta é a postura que eu

gostava que existisse mais nesta Assembleia, é que nem quero que o PS diga sempre está tudo bem, mas também acho que os partidos da oposição não devem estar sempre 100% a dizer que está tudo mal, esta não é a atitude. Esta atitude de quem gosta de Leiria, de quem gosta de Leiria, de quem está eleito para defender os interesses de Leiria tenha uma consciência crítica, ajustada e que haja justiça nas vossas intervenções. Muito obrigado pela vossa atenção.”

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** deu por concluída a sessão assembleia extraordinária dedicada à apreciação do estado concelho no segundo balanço de ano de mandato relembrando a realização da próxima sessão extraordinária no dia 27 de novembro.

ENCERRAMENTO

E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo senhor **Presidente da Assembleia Municipal** encerrada a sessão, eram **1h57** horas.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, que tem como suporte a gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva sessão, nos termos do disposto no artigo 60.º do Regimento, e vai ser assinada pelo senhor **Presidente da Assembleia Municipal** e por mim, Catarina Isabel dos Santos Clemente, que a elaborei nos termos legais.

APROVAÇÃO DA ATA

De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Leiria, em sua sessão ordinária realizada no dia 26 de setembro de 2024, **deliberou por unanimidade aprovar a ata.**

O Presidente da Assembleia Municipal de Leiria
António Lacerda Sales

A Técnica Superior
Catarina Isabel dos Santos Clemente